Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br QUINTA-FEIRA, 30 DE ABRIL DE 2020 Nº 24.653 Preço banca: R$ 3,50

Ajuda a estados e municípios será de R$ 130 bilhões, diz Ministro

O ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu na terça-feira (28) que o acordo com o Senado para enviar R$ 130 bilhões para o socorro aos estados e municípios está próximo de ser concluído. Ele disse que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, compreendeu a necessidade de estabelecer uma contrapartida de estados e municípios para receber os recursos da União, no projeto de lei.

A contrapartida é que não haverá aumento de salários de servidores por 18 meses. "Se nós mandamos R$ 120 bilhões, R$ 130 bilhões, extraordinariamente, em alta velocidade, para estados e municípios, esse dinheiro não pode virar aumento de salário. Se não estaríamos nos disfarçando sob o manto de uma crise para fazer um excesso eleitoral, para gastarmos, para fazermos aumento no funcionalismo no meio de uma crise extraordinária, em que milhões de brasileiros estão perdendo emprego", disse o ministro, em uma transmissão pela internet, organizada pelo setor varejista.

Guedes disse que "estão excetuados" dessa vedação de aumento de salários, "médicos, enfermeiros, policiais militares, todo mundo que está na rua ajudando a população a lutar contra o vírus". Página 3

Dívida das empresas mais afetadas pela pandemia soma R$ 900 bilhões

Página 3

Uso de máscara será obrigatório no transporte público de São Paulo

Página 2

Preços de petróleo sobem após crescimento abaixo do esperado nos EUA

Os preços do petróleo avançaram na quarta-feira (29), após os estoques nos Estados Unidos terem registrado crescimento abaixo do esperado e com uma queda nos estoques de gasolina, sendo apoiados também por esperanças de melhoria na demanda à medida em que alguns países europeus e cidades dos EUA se preparam para aliviar medidas de isolamento adotadas contra o coronavírus.

O petróleo Brent subia 0,98 dólar, ou 4,79%, a 21,44 dólares por barril, no início da manhã de quarta-feira. O petróleo dos Estados Unidos avançava 2,02 dólares, ou 16,37%, a 14,36 dólares por barril. Nos primeiros dois dias da semana, o petróleo nos EUA havia acumulado perdas de 27%.

Os estoques de petróleo nos EUA tiveram alta de 10 milhões de barris, indo para 510 milhões de barris na semana encerrada em 24 de abril, mostraram dados do Instituto Americano de Petróleo na terça-feira, abaixo das expectativas de analistas, de 10,6 milhões.

Os estoques de gasolina caíram em 1,1 milhão de barris, ante projeção de analistas de alta de 2,5 milhões de barris.

"Os preços do WTI conseguiram recuperar um pouco do terreno perdido em parte graças aos dados de estoques nos EUA melhores que o esperado ou, mais precisamente, não tão ruins como se temia", disse a JBC Energy.

"Tirando a alta em Cushing, que não chegou a ser exagerada, os dados de estoques também apontaram a primeira redução para gasolina em diversas semanas; um sinal que observadores otimistas do mercado tendem a gostar" acrescentou. (Agencia Brasil)

Previsão do Tempo

Quinta: Sol com algumas nuvens. Não chove.

29º C
15º C

Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,35
Venda: 5,35

Turismo
Compra: 5,14
Venda: 5,57

EURO
Compra: 5,82
Venda: 5,82

Novo ministro da Justiça quer atuação técnica e mais operações da Polícia Federal

O novo ministro da Justiça e Segurança Pública, André Mendonça, tomou posse no cargo na tarde da quarta-feira (29), em cerimônia no Palácio do Planalto, e prometeu uma gestão técnica à frente da pasta.

"Esse compromisso, dentro dessa expectativa de valores, vem reforçado pela ética, pela integridade, por efetivamente ministrar a justiça e ser agente de segurança da nação brasileira. Na prática, com uma atuação técnica, imparcial e sempre disposta a prestar contas. Não só ao chefe da nação, mas ao país como um todo", afirmou Mendonça em seu discurso de posse.

Agora ex-advogado-geral da União, Mendonça assumiu o lugar de Sergio Moro, que pediu demissão na semana passada.

Para comandar a AGU, o presidente Jair Bolsonaro também deu posse, na mesma cerimônia, ao procurador José Levi Mello do Amaral Júnior. A posse de ambos foi prestigiada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, e pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), João Otávio de Noronha. O ministro Gilmar Mendes, também do STF, foi outra autoridade do Judiciário que compareceu à cerimônia.

Foto:Marcello Casal Jr/ABr

Ministro *da Justiça e Segurança Pública, André Mendonça*

Durante o discurso, André Mendonça também assumiu o compromisso de lutar contra a corrupção e o crime organizado e prometeu ao presidente a realização de mais operações da Polícia Federal. A corporação é subordinada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública. Página 4

Braga Netto e Guedes afirmam compromisso com responsabilidade fiscal

Os ministros da Casa Civil, general Braga Netto, e da Economia, Paulo Guedes, disseram na quarta-feira (29) estarem comprometidos com o equilíbrio fiscal. Os dois negaram divergências em relação ao programa Pró-Brasil, plano de investimentos federais anunciado por Braga Netto. Página 4

Covid-19: Brasil tem 78.162 casos; 44% dos pacientes estão curados

O Ministério da Saúde divulgou, na quarta-feira (29), que o Brasil registra 78.162 pessoas com covid-19. O número de óbitos subiu para 5.466. A taxa de letalidade é de 7%.

Até o momento, 34.132 pacientes foram curados da doença.

São Paulo concentra o maior número de falecimentos (2.247). O estado é seguido pelo Rio de Janeiro (794), Ceará (441), Pernambuco (538), e Amazonas (380).

Além disso, foram registradas mortes no Maranhão (166), Bahia (96) Pará (137), Espírito Santo (76), Santa Catarina (44), Minas Gerais (80), Rio Grande do Sul (50), Paraná (82), Distrito Federal (28), Rio Grande do Norte (53), Amapá (31), Alagoas (41), Goiás (27), Paraíba (58), Roraima (seis), Piauí (24), Rondônia (15), Acre (17), Sergipe (12), Mato Grosso (11), Mato Grosso do Sul (nove), e Tocantins (três). (Agencia Brasil)

Esporte

Jenson Button disputa o campeonato virtual SRO E-Sport GT com um McLaren 720S GT3

Foto: McLaren Automotive

Jenson *Button*

Com os eventos de automobilismo do SRO GT World Challenge adiados devido à crise do Covid-19, um campeonato de e-sports foi criado usando o Assetto Corsa Competizione. Denominado GT World Challenge Powered by AWS, o campeonato é composto por cinco etapas com três classes competindo em corridas separadas, seguidas por uma "grande final" com os melhores colocados de cada classe.

A McLaren Automotive será representada por 10 pilotos na SRO E-Sport GT Series, com seis participando da Pro Series (para competidores do mundo real) e outros quatro da Silver Series (para pilotos de e-sport convidados e já estabelecidos em corridas de simulador). O campeonato também apresenta uma classe Am (amador) que será decidida por uma competição pública de "hot lap". Este campeonato de corridas virtuais foi iniciado no último domingo (26 de abril).

Jenson Button, campeão mundial de Fórmula 1 em 2009, encabeçará a classe Pro para a McLaren. Button disputou sete temporadas pela McLaren (foi vice-campeão em 2011) antes de fazer uma aparição final no Grande Prêmio de Mônaco de 2017. Após uma carreira em que totalizou 306 largadas (quarto lugar na lista de todos os tempos), ele fez sua estréia no e-sport com a McLaren no GP virtual de Fórmula 1 no começo deste mês. Com essa experiência, Button está se voltando para as corridas virtuais de GT, refletindo sua posição na vida real como proprietário de uma equipe, a Jenson Team Rocket RJN, que compete com um McLaren 720S GT3.

Ben Barnicoat, piloto da McLaren Customer Racing, representará a recém-criada equipe 2Seas Motorsport. Barnicoat correu para várias equipes da McLaren Customer Racing, tendo desempenhado um papel fundamental na bem-sucedida estreia do 720S GT3 no final de 2018. Recentemente, terminou em segundo lugar na classificação geral das 12 Horas de Bathurst, na Austrália, defendendo a equipe 59Racing.

A Customer Racing Team 59Racing contará com o experiente piloto Martin Kodri´, que conquistou uma vitória em sua classe nas 12 Horas de Bathurst em janeiro deste ano e deverá competir no Campeonato Australiano de Endurance. Kodri´ terminou em terceiro lugar no International GT Open na última temporada, pilotando para a equipe Teo Martin Motorsport.

Michael O'Brien, um dos pilotos do Programa de Desenvolvimento de Pilotos Automotivos da McLaren Automotive em 2018, conduzirá um 720S GT3 com o design McLaren Customer Racing.

Dois outros McLaren 720S GT3 se alinharão no grid virtual, inscritos por equipes clientes. A Teo Martin Motorsport será representada pelo experiente piloto de GT Fabrizio Crestani, enquanto o histórico piloto de monopostos Benjamin Tusting irá competir pela equipe britânica Balfe Motorsport.

Na categoria Silver (para competidores de e-sports), Arthur Kammerer, vencedor do SRO Charity Challenge, representa a McLaren ao lado do companheiro de equipe Nils Naujoks, da G2 Esports. A Racing oN3 terá Patrick Selva e a AJAR Simracing entrará na pista com Jura Petritchenko.

Para acompanhar a competição e obter mais informações, pode-se acessar o site https://sro-esport.com/, os canais GT World no YouTube e no Dailymotion e as páginas SRO Motorsports (Twitch e Facebook).

Race for Health reunirá pilotos na luta contra a COVID-19

Em um momento jamais visto na história moderna da humanidade uma Pandemia cobre de medo e incertezas todos os cantos do planeta. Sistemas de saúde de vários países já entraram em colapso, a maioria do mundo vive momentos de isolamento social e várias pessoas não terão como retomar suas vidas após a volta à rotina.

Pensando nisso três dos mais promissores pilotos da nova geração do automobilismo brasileiro se uniram para realizar uma competição virtual e arrecadar recursos para a luta contra este terrível mal. A RACE FOR HEALTH tem como embaixadores os pilotos Sérgio Sette Câmara (Super Formula), Felipe Drugovich (F-2) e Gabriel Bortoleto (F4) que, por convites pessoais, estão agregando um renomado grupo de estrelas do esporte, tanto em nível nacional como internacional, para uma disputa eletrizante.

Todas doações serão direcionadas para o Fundo de Crise Coronavírus de Médicos Sem Fronteiras, organização de ajuda humanitária internacional que leva cuidados de saúde a pessoas afetadas por crises humanitárias. Nesse momento, além dos quase 500 projetos regulares de MSF, a organização está respondendo à pandemia de COVID-19 em mais de 50 países, inclusive o Brasil.

A RACE FOR HEALTH será realizada no dia 1º de Maio, às 18 horas, e terá transmissão do site Motorsport.com e da Band Sports. Consagrados nomes do esporte como o de Rubens Barrichello, Helio Castroneves, Felipe Nasr, Antônio Felix da Costa (Portugal), Tom Dilmann (França), Richard Verschoor (Holanda) dentre outros irão dividir a pista com as novas estrelas do esporte como Caio Colet, Victor Franzoni, Dudu Barrichello, Matheus Leist, dentre vários outros. Como homenagem ao legado de Ayrton Senna, a competição conta com apoio da Senna Brands.

A corrida terá 1h30 minutos de duração e os participantes disputarão a prova em duplas, no tradicional circuito das 24 Horas de Le Mans. De forma inovadora a formação do grid de largada será definida pelo número de doações. Em parceria com a plataforma Meep Donate cada piloto terá como registrar as doações individualmente para o seu carro e, com isso, faltando 30 minutos para a largada do evento, será feita a apuração das doações até aquele momento e a definição do grid de largada.

Para gerar maior realidade e credibilidade o evento utilizará como base o software IRacing e a organização do evento está sob a responsabilidade da IRB Esports e da KTF Sports.

A participação de pilotos no evento é restrita a convidados e será limitada.

Uso de máscara será obrigatório no transporte público de São Paulo

O Governador João Doria anunciou na quarta-feira (29) que o uso de máscaras de proteção passará a ser obrigatório para passageiros do Metrô, da CPTM, dos ônibus intermunicipais da EMTU nas regiões metropolitanas e dos ônibus rodoviários fiscalizados pela Artesp.

O decreto com as regras será publicado amanhã no Diário Oficial e a medida passa a valer a partir da próxima segunda-feira (4). O uso de máscaras também será obrigatório nos ônibus da Prefeitura de São Paulo.

"Tenho certeza que essa medida será seguida também por decretos municipais dos demais prefeitos do Estado de São Paulo para tornar obrigatório o uso de máscaras no transporte coletivo. A obrigatoriedade é válida também para táxis e aplicativos, e a especificação será feita pelas prefeituras municipais", disse Doria.

A medida está alinhada com as ações que o Governo do Estado vem tomando para frear o ritmo de contaminação da COVID-19. "Usar máscara é uma medida de cuidado pessoal e um gesto que demonstra respeito a quem está ao seu lado. Se todos colaborarem, vamos juntos vencer o coronavírus e sair dessa crise", afirmou o Secretário dos Transportes Metropolitanos, Alexandre Baldy.

Caberá às empresas e aos prestadores de serviços fiscalizar e não permitir a entrada e a permanência de pessoas sem máscaras no interior das estações, dos vagões e dos ônibus.

"As empresas serão fiscalizadas pelos órgãos estaduais e municipais e advertidas se identificarmos o não cumprimento desta determinação. Depois da advertência, serão multadas", explicou o Governador.

Limpeza e higienização

Além da intensificação na limpeza e higienização nos trens, ônibus, estações e terminais desde o início da disseminação do novo coronavírus, a STM analisa, também, a viabilidade de passar a higienizar os trens e ônibus intermunicipais com equipamento que emite luz ultravioleta (UV).

A tecnologia foi testada no Metrô em parceria com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e poderá ser adotada na CPTM e na EMTU.

O robô Hyperviolet C600 deverá ser um grande aliado no combate ao coronavírus, porque é eficaz, ágil e de baixo custo. O aparelho tem a capacidade de desinfectar cada vagão ou veículo em até um minuto.

O projeto foi idealizado no Brasil pelo piloto Lucas Di Grassi, com o conceito de protótipo realizado de forma técnica pela Zasso. A capacidade de desinfecção do equipamento depende da energia por área (joule/m2). Em uma aplicação com energia suficiente a capacidade de esterilização pode ser de 100%.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

MÍDIAS

Jornalista desde 1990, **Cesar Neto** tem sua coluna (diária) de política publicada - desde 1993 - na imprensa de São Paulo (Brasil). Foi se tornando referência também na Internet, via www.cesarneto.com ; no Twitter, via **@CesarNetoReal** ; Email **cesar@cesarneto.com**

.

CÂMARA (SP)

São muitos os vereadores da bancada cristã, rezando e orando pra que o prefeito Bruno Covas (PSDB) consiga vencer o câncer e se recuperar também pela fé Cristã. As eleições municipais 2020 são as mais inusitadas e sem as lógicas anteriores, por causa das mortes da pandemia Covid-19

.

PREFEITURA (SP)

Entre tantas más notícias pela pandemia Covid-19, a boa é que o prefeito de São Paulo - Bruno Covas (PSDB) - teve a notícia de que sua imunoterapia - contra um câncer que resiste - pode lhe dar sobrevida. O texto acima demonstra que sua fé cristã agrega o Médico dos médicos (Jesus)

.

ASSEMBLEIA (SP)

Deputados de vários partidos, que estavam com tudo preparado pras campanhas nas quais disputariam as prefeituras das suas cidades por todo o Estado, podem vir a repensar suas candidaturas, por conta das mudanças bruscas nas vidas dos eleitores em função da pandemia Covid-19

.

GOVERNO (SP)

Nem o então Presidente da República (1995 - 2002) Fernando Henrique Cardoso (PSDB)) teve um vice tão eficiente (ex-senador Marco Maciel - PFL) como tem o João Doria (dono do novo PSDB). Rodrigo Garcia (DEM ex-PFL) trabalha - na dele - dia e noite, mesmo depois da pandemia Covid-19

.

CONGRESSO (BR)

Paulo Guedes renegocia com Senado e Câmara dos Deputados, equacionando compensações pros gastos bilionários pelos Estados e municípios - sem necessidade de prestação de contas por causa da pandemia Covid-19. O ministro (Economia) aposta que o Brasil vai surpreender o mundo

.

PRESIDÊNCIA

Da Advocacia Geral da União pro Ministério (Justiça e Segurança Pública), André Mendonça deu um testemunho de éticas cristãs. O protestante (Presbiteriano) e Teólogo não tratou das mesquinharias - do tipo por que o Presidente Bolsonaro indicou um policial federal que se tornou amigo ...

.

(REPÚBLICA)

... pra dirigir a Polícia Federal (leia-se liminar de Alexandre Moraes - Supremo - impedindo a posse por se tratar de alguém que poderia aparelhar a PF pro Presidente). Em tempo: Mendonça, que pode virar ministro no Supremo, demonstrou conhecimentos concretos e espirituais

.

PARTIDOS (BR)

Vários dos adversários políticos do governo Bolsonaro (ex-PSL e ainda sem partido) tão insistindo em chamar o agora ministro (Justiça e Segurança Pública) de "terrivelmente evangélico". terrivelmente injusto com André Mendonça, que demonstrou nas falas que tem o Amor Cristão

.

HISTÓRIAS (BR)

É importante que historiadores isentos de paixão política pesquisem como realmente foram os governos militares (de 1964 com Castelo Branco até João Figueiredo finalizando em 1985). A importância disso é o número de generais em cargos importantes no governo Bolsonaro

Email:**cesar@cesarneto.com**

SP registra 2.247 mortes por coronavírus, com novo aumento de 198 óbitos em 24 horas

Pelo segundo dia consecutivo, o Estado de São Paulo confirma cerca de 200 em um período de 24 horas. Nesta quarta-feira (29), São Paulo registra 2.247 óbitos por coronavírus, 198 a mais do registrado na terça-feira (28). Com o avanço da COVID-19 para o interior, litoral e Grande São Paulo, já são 808 vítimas fatais fora da capital. Já houve um ou mais óbitos em 144 municípios, no total.

Casos também já foram confirmados em 314 cidades, totalizando 26.158 pessoas infectadas. Entre estas, 9.520 residiam fora da cidade de São Paulo. A relação de casos e óbitos confirmados por cidade pode ser consultada em www.saopaulo.sp.gov.br/coronavirus.

"Nós não podemos deixar de enfatizar o 'Fique em casa'. Além disso, o uso de máscaras, que é extremamente importante. A sua máscara me protege e a sua máscara protege a você, afirmou o Secretário da Saúde, José Henrique Germann Ferreira.

Mais de 600 novas internações ocorreram desde ontem, totalizando 8,6 mil pessoas em atendimento nos hospitais de São Paulo. Hoje, há 3.445 pacientes em UTI e 5.175 em enfermaria.

Consequentemente, cresceram as taxas de ocupação dos leitos de UTI para atendimento a COVID-19, chegando a 68,7% no Estado de São Paulo e 85,1% na Grande São Paulo.

Na quarta-feira (29), o Governo de São Paulo anunciou a aquisição de novos respiradores. Os equipamentos vão auxiliar no atendimento a pacientes de todo o Estado. "Há clara necessidade de novos respiradores, que têm o objetivo de aplacar o que acontece no já pressionado sistema de saúde. Basta verem os números. Hoje nós temos a interiorização do vírus. Já uma pressão por leitos de UTI no interior do Estado de São Paulo, a região do Grande ABC já muito pressionada e o litoral já muito pressionado", alertou o infectologista David Uip, coordenador do Centro de Contingência.

Perfil da mortalidade

Entre as vítimas fatais, estão 1.309 homens e 938 mulheres. Os óbitos continuam concentrados em pacientes com 60 anos ou mais, totalizando 73,9% das mortes.

Observando faixas etárias subdividas a cada dez anos, nota-se que a mortalidade é maior entre 70 e 79 anos (559 do total), seguida por 60-69 anos (490) e 80-89 (449). Também faleceram 158 pessoas com mais de 90 anos. Fora desse grupo de idosos, há também alta mortalidade entre pessoas de 50 a 59 anos (293 do total), seguida pelas faixas de 40 a 49 (183), 30 a 39 (85), 20 a 29 (22) e 10 a 19 (7), e um com menos de dez anos.

Os principais fatores de risco associados à mortalidade são cardiopatia (59,9% dos óbitos), diabetes mellitus (43,8%), doença renal (11,9%), pneumopatia (11,6%), e doença neurológica (11,3%). Outros fatores identificados são imunodepressão, obesidade, asma e doenças hematológica e hepática.

Esses fatores de risco foram identificados em 1.835 pessoas que faleceram por COVID-19 (81,7%) do total.

Governo de SP entrega hospital de campanha do Complexo Esportivo do Ibirapuera

O Governador João Doria e o Secretário de Estado da Saúde José Henrique Germann Ferreira entregaram na quarta-feira (29) o hospital de campanha do Complexo Esportivo do Ibirapuera, que começa a funcionar nesta sexta-feira (1°) para atendimento exclusivo a casos menos graves de COVID-19.

"Anunciamos o projeto no dia 7 de abril e fizemos a entrega em menos de um mês. O hospital do Complexo Ibirapuera atende 268 leitos e complementa o trabalho realizado por Prefeitura de São Paulo e Governo do Estado com os hospitais de campanha do Pacaembu e do Anhembi", informou Doria.

O serviço foi montado com todo o aparato tecnológico para garantir atendimento com qualidade e humanização, além da prevenção a contaminações. Equipes de saúde e pacientes terão acesso à internet wi-fi para manter contato com familiares, já que visitas e presença de acompanhantes serão restritas. Boletins médicos serão enviados por videochamadas, além de um canal por WhatsApp para contato diário.

Os internados terão suporte de uma equipe multiprofissional e atividades focadas no bem-estar emocional, como biblioteca itinerante, mandalas para colorir e outras atividades culturais. A estrutura tem sistema de arcondicionado que assegura climatização adequada e troca de ar constante, atendendo às normas sanitárias e de segurança.

No total, 800 profissionais vão atuar na unidade, incluindo 213 médicos, 444 profissionais de enfermagem, 33 fisioterapeutas, 14 farmacêuticos, dez assistentes sociais, oito nutricionistas, cinco psicólogos, dois fonoaudiólogos, 52 profissionais de apoio técnico e 19 recepcionistas. A capacitação das equipes começou nesta semana.

O hospital terá 240 leitos de baixa complexidade, 28 leitos de estabilização, sala de descompressão, consultórios médicos e tomografia. A unidade é referenciada e vai receber pacientes encaminhados por serviços de pronto atendimento.

Com investimento de R$ 12 milhões na obra e custeio de R$ 10 milhões mensais, o hospital foi erguido no Complexo Desportivo Constâncio Vaz Guimarães. A área total é de 7,5 mil metros quadrados e ocupa o gramado e parte da pista de atletismo do Complexo, graças a uma parceria com a Secretaria de Estado de Esportes, que cedeu o espaço para montagem.

Sustentabilidade

Todos os processos terão uso extremamente reduzido de papel, diminuindo os riscos de contaminação por contato. Documentos médicos e de rotina serão feitos por sistema informatizado, com prontuário eletrônico.

"Esse serviço foi estruturado de forma a oferecer plenas condições tanto para cuidado físico e médico quanto para favorecer o aspecto emocional dos envolvidos, com conforto aos pacientes e agilidade aos colaboradores", afirma o Secretário de Estado da Saúde, José Henrique Germann.

O hospital de campanha conta ainda com uma máquina para compactação e desinfecção de lixo hospitalar que reduz resíduos em até 50% do peso e até 80% de volume, sem uso de produtos químicos e com baixo consumo de água e eletricidade.

Cidades paulistas adotam sistema de 'drive thru' em feiras livres

Feirantes de Bebedouro e Valinhos adotaram sistema de drive thru (em que o cliente compra a mercadoria sem sair do carro) para manter as vendas das feiras livres durante o período de quarentena. Desde 22 de março, vigora no Estado decreto que limita certas atividades para reduzir aglomerações e, dessa forma, conter o avanço do novo coronavírus. A medida está prevista para durar até 10 de maio.

As feiras livres, a exemplo de supermercados, padarias e farmácias, estão autorizadas a funcionar durante a quarentena. Neste link, há a relação completa dos serviços e negócios permitidos durante esse período. Em Bebedouro e Valinhos feirantes optaram por oferecer o novo formato como alternativa para manter a renda dos pequenos produtores e permitir que consumidores comprassem com segurança.

Quem foi aos endereços indicados, ficou dentro do veículo ou foi a pé, e adquiriu os produtos pela calçada lateral de forma organizada. Para garantir a segurança de todos, além dos feirantes e clientes utilizarem máscaras de proteção e álcool gel, os profissionais das prefeituras mediram a temperatura dos que estavam presentes, e todos os veículos foram higienizados através de um arco de desinfecção.

Para o prefeito de Bebedouro, Fernando Galvão, apesar de todas as dificuldades existentes para evitar a proliferação do vírus, a economia do município precisa girar de forma criativa, sem deixar de lado a segurança das pessoas. "Criamos esse novo formato de feira, pois as pessoas querem e precisam consumir alimentos de qualidade, e nossos feirantes não podem ficar sem seu sustento. Essa ação foi o que conseguimos realizar até esse momento, iniciativa que só está sendo possível graças ao apoio de nossos feirantes e compreensão por parte da população", afirmou.

Em Bebedouro, o novo formato será realizado todos os domingos, das 6h às 12h, no Sambódromo Municipal. Já em Valinhos, a feira acontecerá novamente na próxima quarta-feira, dia 29, das 17h às 20h, no Centro de Artes Cultura e Comércio (CACC): Avenida dos Esportes s/n, Centro.

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo estuda replicar o modelo em outras cidades do Estado. A Secretaria da Saúde lembra que, no atual momento, as recomendações de ficar em casa, para quem puder, e de higienizar as mãos com frequência são as mais importantes para evitar a infecção por COVID-19, doença provocada pelo novo coronavírus.

"Nós precisamos ficar em casa cada vez mais. Coloque suas pessoas idosas em casa. Só saia para trabalhar aqueles que estão envolvidos nas atividades essenciais, para manter o 'Fique em casa'. Gostaria muito de salientar isso. É o único remédio que nós temos, acrescido principalmente, agora, do uso de máscaras", salienta o secretário da Saúde, José Henrique Germann Ferreira.

Lembre sempre de lavar as mãos

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,00

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Ajuda a estados e municípios será de R$ 130 bilhões, diz Ministro

O ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu na terça-feira (28) que o acordo com o Senado para enviar R$ 130 bilhões para o socorro aos estados e municípios está próximo de ser concluído. Ele disse que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, compreendeu a necessidade de estabelecer uma contrapartida de estados e municípios para receber os recursos da União, no projeto de lei.

A contrapartida é que não haverá aumento de salários de servidores por 18 meses. "Se nós mandamos R$ 120 bilhões, R$ 130 bilhões, extraordinariamente, em alta velocidade, para estados e municípios, esse dinheiro não pode virar aumento de salário. Se não estaríamos nos disfarçando sob o manto de uma crise para fazer um excesso eleitoral, para gastarmos, para fazermos aumento no funcionalismo no meio de uma crise extraordinária, em que milhões de brasileiros estão perdendo emprego", disse o ministro, em uma transmissão pela internet, organizada pelo setor varejista.

Guedes disse que "estão excetuados" dessa vedação de aumento de salários, "médicos, enfermeiros, policiais militares, todo mundo que está na rua ajudando a população a lutar contra o vírus".

Reservas internacionais e privatizações

O ministro defendeu ainda redução no tamanho das reservas internacionais para diminuir a dívida bruta. "Podemos reduzir um pouco as reservas que temos. Isso dá uma redução de dívida bruta", afirmou.

Guedes disse ainda que ontem esteve em reunião com o presidente Jair Bolsonaro e foi discutido o plano de privatizações do governo. Segundo o ministro, o secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, Salim Mattar, mostrou que o Brasil tem ativos imobiliários (propriedades) que superam o valor de R$ 1 trilhão, além de R$ 900 bilhões em empresas estatais. "Temos uma dívida de R$ 4 trilhões e quase R$ 2 trilhões em ativos. Se acelerarmos as privatizações e a venda de imóveis, também podemos reduzir a dívida", disse.

Mais competição

Na transmissão, o ministro afirmou que é preciso ter mais competição no "andar de cima" da economia, citando bancos e empreiteiras. "Há milhões de pequenos empreendedores competindo e criando prosperidade, criando emprego e trazendo a saúde financeira para a população brasileira. Queremos que, no andar de cima, também aconteça essa competição", afirmou.

Para o ministro, com mais competição e consequentemente mais produtividade, os salários dos trabalhadores vão subir e será possível "criar um mercado de consumo de massa". "Já foi ensaiado [criar um mercado consumidor de massa] duas ou três vezes, mas não teve sustentação, porque não foi ensaiado em cima da produtividade, da acumulação de capital, dos impostos mais baixos, da maior geração de emprego. Ele foi sempre ensaiado só jogando um chuveirinho de dinheiro para o mais pobre", argumentou.

"Não queremos dar chuveirinho de dinheiro. Já demos FGTS [Fundo de Garantia do Tempo de Serviço] duas vezes, agora demos o auxílio emergencial", acrescentou. Segundo ele, essas medidas ajudam, mas somente o aumento de produtividade será eficiente. "Essa é a verdadeira proteção para com o trabalhador brasileiro", disse.

Testes da covid-19

Guedes defendeu ainda que, quando a economia voltar a funcionar, os empresários testem sistematicamente os funcionários. "Precisamos de vocês agora, empresário, fazendo testes. Funcionário chegou, faz o teste. Se está infectado, vai para casa", disse.

Crédito para as empresas

Na transmissão, Guedes disse que a liberação de compulsórios - recursos que os bancos são obrigados a deixar depositados no Banco Central - foi usada pelos bancos para negociar com as maiores empresas. "Soltamos primeiro o crédito, liberando compulsórios e esperando a maré de liquidez subir. Mas os bancos, em um momento de crise, pensam primeiro no depositante do que nos tomadores de crédito. Conservadoramente, eles retiveram essa liquidez e renegociaram o crédito de seus melhores clientes, que são as maiores empresas", afirmou.

Para as pequenas e médias empresas, Guedes disse que foi lançada a linha de financiamento da folha de pagamentos. E para as microempresas, ele citou o projeto de lei que vai permitir aos bancos darem empréstimos de valor correspondente a até 30% de sua receita bruta. De acordo com ele, esse crédito deve chegar a R$ 16 bilhões, beneficiando 3,5 milhões de micro e pequenas empresas.

Mal-entendido

Guedes afirmou ainda que houve um mal-entendido na avaliação de que o programa Pró-Brasil lançado pela Casa Civil tenha gerado conflito com a equipe econômica. O programa de investimento do governo federal foi lançado sem a presença de Guedes.

"O general Braga Netto é o chefe da Casa civil. Ele é o homem que tem que compatibilizar todos os programas setoriais. Naturalmente, todos os ministérios têm os seus projetos. A economia tem que dizer quanto tem de recursos", afirmou.

Ele defendeu que a retomada da economia não será por investimentos públicos, mas pelos privados. "A retomada do crescimento virá pelo investimento privado", afirmou. E argumentou ainda que o "PAC [Programa de Aceleração de Crescimento, lançado em 2007] já foi seguido e já deu errado". (Agencia Brasil)

Dívida das empresas mais afetadas pela pandemia soma R$ 900 bilhões

A dívida total das empresas mais afetadas pela pandemia de covid-19 no Brasil soma R$ 900 bilhões. Desse total, R$ 556 bilhões são dívidas com o sistema financeiro nacional, informou na quarta-feira (29) o diretor de Fiscalização do Banco Central (BC), Paulo Souza, em entrevista coletiva, transmitida pela internet, para apresentar o Relatório de Estabilidade Financeira.

De acordo com Souza, os setores mais afetados são comércio, serviços, transporte, indústria de transformação, eletricidade e gás.

No relatório, o Banco Central divulgou uma simulação do impacto econômico gerado pela pandemia de covid-19. O BC selecionou 1,6 milhão de empresas (1,5 milhão dos setores mais afetados e 100 mil fornecedores) e 9,9 milhões de empregados (7,5 milhões das empresas afetadas diretamente e 2,4 milhões dos fornecedores). Na simulação, o BC considera que essas empresas entrariam em default (quando a empresa não consegue pagar os seus credores).

O resultado da simulação, chamado de teste de estresse, mostra que seria necessário aumento de R$ 395 bilhões em provisão (reservas para casos de perdas) dos bancos, devido à quebra das empresas. Desse total, R$ 207,3 bilhões seriam das empresas mais afetadas; R$ 48,1 bilhões dos empregados diretos; R$ 96,5 bilhões da cadeia de fornecedores; R$ 23,1 dos empregados dos fornecedores; R$ 8,9 bilhões referentes a reclassificação de risco de empresas afetadas, mas que não entrariam em default; e R$ 11,1 bilhões de contágio interfinanceiro.

"Devido ao volume de provisões que seriam necessárias, a capacidade de o sistema gerar novos créditos e sustentar o crescimento da economia ficaria temporariamente comprometida", diz o relatório.

"Seria o impacto mais severo, dependendo da duração da pandemia", disse Paulo Souza. Ele acrescentou que, com esse impacto, para o sistema financeiro voltar a se enquadrar no nível regulatório mínimo, seriam necessários R$ 70 bilhões, o que corresponde a 7,2% do patrimônio de referência (PR) do Sistema Financeiro Nacional. Segundo o relatório, considerando a rentabilidade em períodos de crises anteriores, seriam necessários três anos para o sistema recompor sua atual capacidade.

"Para se ter uma ideia, no estudo realizado em 2015 sobre os setores envolvidos na Lava Jato esse impacto era de R$ 3,4 bilhões, representava 0,4% do PR. De qualquer forma, o sistema financeiro mostra-se capaz de absorver esse impacto com os resultados que vão ser auferidos futuramente", disse o diretor do BC.

Souza destacou que, na época da operação Lava Jato, as empresas envolvidas eram acusadas de crimes relacionados à corrupção, com risco de imagem. "Tanto o governo quanto o sistema financeiro não tinham como prestar auxílio naquele período. No caso específico [da pandemia de covid-19], os efeitos estão sendo causados por fatores que não estão relacionados à gestão das empresas. É um caso sanitário, de saúde. E tanto o sistema financeiro quanto o governo têm todo interesse em contribuir na solução. Portanto, a gente espera que esse impacto seja muito inferior ao cenário de estresse apresentado, mas temos que estar preparados", afirmou. (Agencia Brasil)

Déficit nas contas públicas deve chegar a R$ 600 bilhões este ano

Devido aos gastos extras para o enfrentamento da pandemia de covid-19 e a queda de receitas, o déficit nas contas públicas deve se aproximar de R$ 600 bilhões este ano, valor correspondente a cerca de 8% do Produto Interno Bruto (PIB), soma de todos os bens e serviços produzidos no país. A previsão foi divulgada na quarta-feira (29) pelo Tesouro Nacional. Se essa estimativa se confirmar, será o maior déficit primário (despesas maiores que as receitas, sem considerar o cálculo os gastos com juros) já registrado.

Em 2019, o déficit primário do setor público ficou em R$ 61 bilhões (0,9% do PIB). "Qualquer que seja o critério, deve haver forte aumento do déficit primário e nominal do setor público este ano para reduzir os efeitos econômicos e sociais da covid-19. Por consequência, haverá elevação significativa do endividamento público e requererá um esforço fiscal do país ainda maior no período posterior ao da crise. A manutenção do processo de consolidação fiscal, por meio da regra do teto dos gastos, é fundamental para garantir a solvência das contas públicas e, por consequência, a sustentabilidade das políticas públicas tão necessárias no país", diz o Tesouro.

Segundo o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, o governo federal deve apresentar déficit de R$ 550 bilhões, em função da perda de arrecadação, gerada pela economia em queda, e pelo "aumento temporário de despesas" para enfrentar os efeitos econômicos e sociais da pandemia. "Junto com o déficit de estados e municípios [previsto em cerca de R$ 50 bilhões], é um número bastante expressivo. Não se pode falar que o Brasil não está reagindo à crise econômica e social que decorre do coronavírus", afirmou Mansueto.

De acordo com secretário, devido a esse cenário, neste mês o déficit primário deve superar o resultado de todo o ano de 2019. O resultado de abril será divulgado pelo Tesouro no próximo mês.

Os dados do Tesouro divulgados na quarta-feira, relativos a março, mês que não foi totalmente afetado pelos impactos econômicos da pandemia, mostram que o déficit primário do governo central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) chegou a R$ 21,171 bilhões, resultado próximo ao registrado em igual mês de 2019 (R$ 21,087 bilhões). De acordo com Mansueto, isso aconteceu porque neste ano não houve pagamento de precatórios como em 2019. Ele explicou que o governo aguarda aprovação de crédito suplementar pelo Congresso Nacional para fazer os pagamentos de precatórios.

De janeiro a março, o déficit primário chegou a R$ 2,908 bilhões, contra R$ 9,288 bilhões registrados no primeiro trimestre de 2019. (Agencia Brasil)

Confiança do empresário do comércio tem maior queda em cinco anos

O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) caiu 5,3% na passagem de março para abril. É o segundo recuo consecutivo e a maior queda percentual desde abril de 2015, de 6,4%. O dado foi divulgado na quarta-feira (29) pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

A queda em relação a abril de 2019 chegou a 3,6%. Segundo a CNC, o otimismo dos empresários do comércio foi fortemente afetado pela crise econômica provocada pela pandemia do novo coronavírus (covid-19).

Na comparação com março deste ano, houve quedas de 5,1% na confiança em relação ao momento atual, de 6,3% nas expectativas e de 3,2% nas intenções de investimentos. Os componentes que tiveram maiores quedas foram confiança no momento atual da economia, 7,2%, e confiança no futuro da economia, de 7,7%.

Na comparação com abril de 2019, foram observadas quedas de 1,1% na confiança em relação às condições atuais e de 7,5% em relação às expectativas. As intenções de investimento ficaram estáveis. (Agencia Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

INTERNACIONAL

Coronavírus aumentará pobreza na América Latina e Caribe, diz FAO

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO - Food and Agriculture Organization) alertou na quarta-feira (29), em seu novo relatório, para as consequências da pandemia do novo coronavírus na América Latina e no Caribe.

A região, que observou uma piora na segurança alimentar nos últimos anos, deve ter aumento da fome e da pobreza. A FAO apela aos governos para que declarem oficialmente a alimentação e a agricultura como atividades estratégicas fundamentais, que requerem atenção e apoio especiais de todos os órgãos do estado, bem como da população em geral.

"Manter o sistema alimentar vivo é essencial para que a crise da saúde não se transforme em crise alimentar", disse Julio Berdegue, representante regional da FAO.

A América Latina e o Caribe produzem e têm reservas suficientes para alimentar de forma adequada os seus habitantes nos próximos meses. Para a FAO, no entanto, o principal risco no curto prazo é não conseguir garantir o acesso à alimentação da população mais vulnerável, que está cumprindo as medidas de segurança sanitária e que, em muitos casos, perdeu sua principal fonte de renda.

Em 2020, o número de pessoas pobres na região deve passar de 186 para 214 milhões de pessoas, enquanto o número de pessoas em extrema pobreza poderá aumentar de 67,5 para 83,4 milhões. Isso significaria que entre 2019 e 2020 a taxa de pobreza regional passou de 30,3% para 34,7% e a taxa de pobreza extrema de 11,0% para 13,5%. As estimativas são da Comissão Econômica para América Latina e Caribe, a Cepal.

A previsão para 2020 é de contração da economia regional em 5,3%, com quedas de 5,2% na América do Sul, 5,5% na Mesoamérica e 2,5% no Caribe. O Brasil deve sofrer retração de 5,2%.Na caso específico do Brasil, o documento reforça a importância de assegurar a continuidade das merendas oferecidas aos estudantes que participam dos programas de alimentação escolar e ressalta iniciativa vigente: "estudantes de escolas públicas e beneficiários do programa Bolsa Família recebem, para suprir a alimentação, o valor de R$ 3,98 que serão transferidos para as famílias de acordo com a situação de cada aluno que está no registro do Departamento Educação, ou seja, em três faixas: alunos que recebem uma refeição na escola terão direito ao valor de R$ 59,70 pelos 15 dias de suspensão; os estudantes que recebem duas refeições têm direito a R$ 119,40; e quem recebe três refeições terá direito a R$ 179,10. O dinheiro estará disponível através do Cartão de Material Escolar. No total, cerca de 70 mil famílias receberão o benefício".

O relatório sugere ainda outras medidas para redução do impacto da pandemia. Entre elas, esta a entrega de alimentos para as comunidades e territórios mais vulneráveis, em coordenação com agências governamentais autorizadas ou cooperação internacional; a isenção de impostos sobre alimentos básicos para famílias com crianças idade escolar, especialmente para trabalhadores dos setores mais econômicos afetados; e distribuição em domicílio de alimentos frescos, se possível da agricultura familiar.

Além disso, para garantir a oferta de alimentos, a FAO recomenda facilitar o transporte e o acesso econômico a insumos produtivos (sementes, fertilizantes, alimentos para animais, etc.), máquinas e infraestrutura.

As medidas políticas devem ser focadas principalmente em "garantir acesso de produtores e produtos aos mercados, fornecimento de material sanitário para proteger os atores da cadeia (em fazendas, agronegócios, mercados atacadistas, lojas e supermercados), implementação de medidas de segurança e limpeza nos pontos de armazenamento e venda, flexibilidade à operação das redes de supermercados e outras infraestruturas essenciais para facilitar o transporte de produtos frescos. A promoção do comércio eletrônico e a distribuição de alimentos em casa, também é uma estratégia importante", ressalta o informe.

Os impactos na oferta e na demanda de alimentos durante a pandemia dependerão das estruturas produtivas e comerciais dos países, de seus níveis e grau de desigualdade de renda e de fatores externos relacionados aos mercados de energia e crédito, e às taxas de câmbio. Para a FAO, os problemas que atingem a região não conhecem fronteiras e, portanto, devem ser enfrentados conjuntamente.

O relatório destaca, ainda, a importância de que os países desenvolvam políticas comerciais e fiscais que mantenham o comércio mundial aberto, para evitar mudanças nos preços domésticos ou reduções na oferta de alimentos. O documento foi desenvolvido a pedido da Presidência Pro Tempore do México para a Comunidade dos Estados da América Latina e do Caribe (Celac). (Agencia Brasil)

Publicado decreto que lança a Estratégia de Governo Digital 2020-2022

O Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020, que estabelece a Estratégia de Governo Digital 2020-2022 foi lançada pelo governo federal, por meio do Decreto 10.332, publicado no Diário Oficial da União da quarta-feira (29). O documento traça o caminho para um governo totalmente digital.

Entre as metas previstas, está a digitalização de 100% dos serviços públicos no âmbito federal e ações que simplifiquem a vida do cidadão também nos estados e municípios. "O objetivo deste governo é facilitar e modernizar a vida do cidadão brasileiro. A Estratégia de Governo Digital caminha para esta meta", disse o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Jorge Oliveira.

Além da economia já propiciada, de R$ 2,2 bilhões anuais com a digitalização de 668 serviços federais desde janeiro do ano passado, o governo passou a contabilizar também as horas de burocracia poupadas pela população.

Pelas estimativas do governo federal, os brasileiros já poupam 147 milhões de horas por ano com os serviços públicos federais digitalizados nos últimos 15 meses. "É o equivalente a um dia inteiro de trabalho a toda a população economicamente ativa da Grande São Paulo'.

O processo de elaboração do documento contou com 150 participantes de 32 organizações públicas e privadas, além das 320 contribuições recebidas em consulta pública, realizada em novembro do ano passado.

Com a aplicação da nova Estratégia de Governo Digital, a partir de deste ano, a previsão de economia para o governo federal em cinco anos é de R$ 37,9 bilhões, com a eliminação de papel e burocracia, de locação de estruturas e contratação de pessoal para atendimento presencial, além de perdas com erros e fraudes nos serviços públicos. (Agencia Brasil)

ADS Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 13.439.535/0001-05

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços Patrimoniais

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
Ativo circulante	**18**	**40**	**25.673**	**23.657**
Caixa e equivalentes de caixa	17	37	9.377	11.396
Contas a receber de clientes	-	-	15.594	11.479
Tributos a recuperar	1	3	277	441
Outras contas a receber	-	-	422	341
Ativo não circulante	**149.548**	**135.368**	**327.912**	**344.576**
Títulos e valores mobiliários	-	-	13.006	14.865
Depósitos judiciais	-	-	53	9
Investimentos	149.548	135.368	-	-
Imobilizado	-	-	304.731	318.901
Intangível	-	-	10.122	10.803
Total do ativo	**149.566**	**135.408**	**353.585**	**368.235**

Demonstrações do Resultado	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Receita líquida de vendas	-	-	57.656	56.219
Custo dos produtos vendidos	-	-	(23.784)	(23.945)
Lucro bruto	**-**	**-**	**33.872**	**32.274**
Despesas operacionais				
Resultado de participações societárias	14.161	10.634	-	-
Gerais e administrativas	-	(308)	(1.699)	(2.177)
Outras receitas e despesas, líquidas	6	(7)	1.263	2.125
	14.167	**10.319**	**(436)**	**(52)**
Resultado operacional	**14.167**	**10.319**	**33.436**	**32.222**
Resultado financeiro	-	-	(17.166)	(19.494)
Lucro antes do IR e da CS	**14.167**	**10.319**	**16.270**	**12.728**
IR e contribuição social	-	-	(2.103)	(2.409)
Lucro do exercício	**14.167**	**10.319**	**14.167**	**10.319**
Lucro básico por ação - R$	0,09	0,06	0,09	0,06

	Controladora		Consolidado	
Passivo e Patrimônio Líquido	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
Passivo circulante	**18**	**9**	**21.554**	**32.686**
Empréstimos e financiamentos	-	-	19.462	19.309
Fornecedores	-	-	505	938
Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias	-	2	729	459
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	7	535	1.028
Outras contas a pagar	18	-	323	10.952
Passivo não circulante	**-**	**-**	**182.483**	**200.150**
Empréstimos e financiamentos	-	-	182.224	200.104
Provisão para riscos	-	-	116	46
Outras contas a pagar	-	-	143	-
Patrimônio líquido	**149.548**	**135.399**	**149.548**	**135.399**
Capital social	159.888	159.888	159.888	159.888
Adiantamento futuro aumento capital	22	40	22	40
Prejuízos acumulados	(10.362)	(24.529)	(10.362)	(24.529)
Total do passivo e patrimônio líquido	**149.566**	**135.408**	**353.585**	**368.235**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital	AFAC	Lucro (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2017	**159.888**	**40**	**(34.848)**	**125.080**
Lucro do exercício	-	-	10319	10.319
Saldos em 31/12/2018	**159.888**	**40**	**(24.529)**	**135.399**
Devolução de AFAC	-	(18)	-	(18)
Lucro do exercício	-	-	14.167	14.167
Saldos em 31/12/2019	**159.888**	**22**	**(10.362)**	**149.548**

de contas a receber de clientes. Em 31 de dezembro de 2018, as controladas da Companhia apresentaram excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes, no montante de R$ 9.029, decorrentes, principalmente, dos saldos de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), fornecedores e outras contas a pagar pela compra dos equipamentos na montagem do parque eólico. A emissão das presentes demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 28 de abril de 2020. **2. Resumo das principais políticas contábeis** - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciados pela administração na sua gestão. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **2.2. Consolidação: a. Demonstrações contábeis consolidadas:** As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas e indiretas em 31 de dezembro: **(i) Controle direto:** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação cessa na data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas consolidadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia e suas controladas; e **(ii) Companhias consolidadas:** As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas:

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Fluxo de caixa das atividades operacionais:	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Lucro/Prejuízo do exercício antes do IR e da contribuição social	**14.167**	**10.319**	**16.270**	**12.728**
Ajustes				
Depreciação e amortização	-	-	16.122	15.928
Baixa de imobilizado	-	-	-	-
Provisão para riscos	-	-	70	-
Juros e atualização monetária sobre financiamentos e instrumentos financeiros	-	-	17.851	20.748
Rendimento de Títulos Imobiliários	-	-	1.027	1.220
Equivalência patrimonial	(14.161)	(10.634)	-	-
Variações				
Contas a receber de clientes	-	-	(4.115)	380
Impostos a recuperar	2	-	161	213
Depósitos judiciais	-	-	(44)	-
Outros créditos	-	297	(81)	(25)
Fornecedores	-	(26)	(760)	207
Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias	(2)	(5)	270	(732)
Outras contas a pagar	-	(1)	(10.50)	(7.560)
Caixa proveniente das operações	**6**	**(50)**	**35.339**	**43.107**
Juros pagos	-	7	(17.244)	(18.918)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7)	-	(2.596)	(1.381)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	**(1)**	**(43)**	**15.499**	**22.808**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:				
Títulos e valores mobiliários	-	-	832	(2.684)
Adições de investimentos	(19)	-	-	-
Aquisições de bens do ativo imobilizado	-	-	(1.043)	(20)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	**(19)**	**-**	**816**	**(2.704)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:				
Captações de financiamentos	-	-	345	157
Pagamento de financiamento	-	-	(18.679)	(18.533)
Caixa líquido aplicado das atividades de financiamentos	**-**	**-**	**(18.334)**	**(18.376)**
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	**(20)**	**(43)**	**(2.019)**	**1.728**
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	37	80	11.396	9.668
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	17	37	9.377	11.396
Geração de caixa e equivalentes	**(20)**	**(43)**	**(2.019)**	**1.728**

			Controle direto e indireto no capital social (%)	
Controladas diretas	**País**	**2019**		**2018**
ADS ER Complexo Senandes S.A.	Brasil	100		100
Controladas indiretas				
ADS ER Venti Aragano S.A.	Brasil	0,01		0,01
ADS ER Senandes II S.A.	Brasil	0,01		0,01
ADS ER Senandes III S.A.	Brasil	0,01		0,01
ADS ER Senandes IV S.A.	Brasil	0,01		0,01

b) Demonstrações contábeis individuais: Nas demonstrações contábeis individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

Thadeu Carneiro da Silva - Diretor
Wagner Aparecido Nilo de Paschoal - Contador CRC 1SP-145.242/O-5

Instituto das Filhas e Filhos do Coração Imaculado de Maria

CNPJ: 62.717.137/0001-19

Demonstrações Financeiras de 2019 e 2018

Balanços patrimoniais findos em 31 de dezembro - Em Reais

Ativo	**Nota**	**2019**	**2018**
Circulante		**1.482.992**	**473.988**
Caixa e equivalentes de caixa	**4**	**449.652**	**390.186**
Caixa		5.983	12.665
Bancos contas correntes	**4**	**32.325**	**84.828**
Contas correntes (sem restrição)		31.491	84.498
Contas correntes (sem restrição)		834	330
Aplicações financeiras	**4**	**411.544**	**292.693**
Aplicação/Poupança (com restrição)		130.577	174.035
Aplicação/Poupança (sem restrição)		280.871	118.624
Créditos e valores a receber	**5**	**1.032.241**	**83.512**
Adiantamento a colaboradores		36.472	56.899
Adiantamento a fornecedores		-	26.613
Impostos a recuperar		317	-
Convênio Pref. Munic. de São Paulo/SP		619.975	-
Convênio Pref. Munic. de Ponta Grossa/PR		375.478	-
Não circulante		**2.048.479**	**1.428.648**
Convênio Pref. Munic. de São Paulo/SP		619.975	-
Imobilizado	6	1.810.259	1.733.235
(-) Depreciação	6	(381.759)	(304.587)
Imobilizado líquido	**6**	**1.428.500**	**1.428.648**
Total do ativo		**3.530.662**	**1.902.636**

Passivo e patrimônio líquido	**Nota**	**2019**	**2018**
Circulante		**1.119.966**	**126.399**
Obrigações trabalhistas	7	46.969	45.687
Provisão de férias e encargos	7	67.526	70.170
Obrigações sociais e fiscais	7	10.018	10.542
Subvenções a realizar - Pref. São Paulo/SP	7	619.975	-
Subvenções a realizar - Pref. Ponta Grossa/PR	7	375.478	-
Não circulante			
Subvenções a realizar - Pref. São Paulo/SP		619.975	-
Patrimônio líquido (social)	**10**	**1.790.620**	**1.775.945**
Superávit / Déficit acumulados		1.775.948	1.685.757
Superávit / Déficit do exercício		14.672	90.191
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.530.662**	**1.902.336**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro - Em Reais

	Acumulados	Superávit/Déficit do Exercício	Total do Patrimônio Líquido (social)
Em 31 de Dezembro de 2017	**1.833.931**	**147.760**	**1.685.757**
Apropriação do déficit exercício do ano 2017	(147.760)	147.760	-
Superávit do exercício de 2018	-	90.191	90.191
Em 31 de Dezembro de 2018	**1.685.757**	**90.191**	**1.775.948**
Apropriação do superávit do exercício de 2018	90.191	(90.191)	-
Superávit do exercício de 2019	-	14.672	14.672
Em 31 de Dezembro de 2019	**1.775.948**	**14.672**	**1.790.620**

Demonstração de resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro - Em Reais

	Nota	**2019**	**2018**
Receita operacional	**8**	**1.592.760**	**1.548.639**
Receita com assistência à educação			
Provisão de férias e encargos		(1.051.792)	1.078.380
Receita com assistência à educação			
Sem restrição			
Doações		60.689	48.806
Promoção e eventos		78.822	110.918
Total das receitas (assistência à educação)		**1.191.303**	**1.238.104**
Receita com assistência social			
Sem restrição			
Doações		37.688	4.637
Promoção e eventos		163.230	185.313
Total das receitas (assistência social)		**200.918**	**189.950**
Outras receitas			
Receitas financeiras operacionais		110.488	120.584
Total das receitas		**1.592.760**	**1.548.639**
Custos e despesas operacionais	**9**		
Custos e despesas (assistência à educação)		**(1.215.082)**	**(1.149.158)**
Pessoal e encargos sociais		(803.196)	(772.146)
Materiais de consumo		(232.485)	(223.131)
Gerais e Administrativa		(152.193)	(129.948)
Serviços de terceiros		(27.208)	(23.933)
Custos e despesas (assistência social)		**(119.770)**	**(134.320)**
Pessoal e encargos sociais		(40.103)	(52.674)
Materiais de consumo		(36.927)	(45.361)
Gerais e administrativa		(28.125)	(23.370)
Serviços de terceiros		(14.615)	(12.915)
Outras despesas gerais e administrativas		**(159.892)**	**(176.289)**
Resultado Financeiro (+/-)		**5.924**	**1.319**
Superávit dos exercícios		**14.672**	**90.191**

Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro - Em Reais

Atividades operacionais	**2019**	**2018**
Superávit / déficit do exercício	**14.672**	**90.191**
Ajustes para conciliar o superávit/déficit do exercício		
Depreciação e amortização	77.172	73.658
Superávits / déficits conciliados	**91.892**	**173.849**
Variações nos ativos e passivos		
Imposto a recuperar	(317)	1.476
Adiantamento a fornecedores	26.613	(26.613)
Adiantamento a colaboradores	20.426	184
Convênio Pref. Munic. de São Paulo	(619.975)	-
Convênio Pref. Munic. de Ponta Grossa	(375.478)	-
Convênio Pref. Munic. de São Paulo (não circulante)	(619.975)	-
Obrigações trabalhistas	1.282	(2.494)
Provisão de férias e encargos	(2.644)	112
Obrigações sociais e fiscais	(524)	(3.653)
Outras obrigações	-	(38.193)
Subvenções a realizar - Pref. São Paulo	619.975	-
Subvenções a realizar - Pref. Ponta Grossa	375.478	-
Subvenções a realizar - Pref. São Paulo (não circulante)	619.975	-
Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais	**136.691**	**104.668**
Atividades de investimentos		
Baixa de imobilizado	(77.024)	(6.592)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	**(77.024)**	**(6.592)**
Aumento líquido de equivalentes de caixa	**59.668**	**(98.076)**
Demonstração da evolução do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	390.186	292.110
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	449.852	390.186
Aumento líquido de equivalentes de caixa	**59.668**	**98.076**

c) Despesas gerais e administrativas	**2019**	**2018**
Água e esgoto	(6.170)	(7.291)
Energia elétrica	(7.589)	(10.774)
Telefone	(3.816)	(5.822)
Aluguel	(7.589)	(7.669)
Conservação predial	(59.500)	(46.455)
Depreciação de equipamentos	(3.906)	(2.320)
Copa e cozinha	(13.361)	(6.692)
Pessoas e comprovantes	(6.275)	-
Depreciação e amortização	(8.235)	(14.842)
Material de escritório	(2.885)	(1.355)
Outras despesas administrativas	(52.489)	(72.240)
Total	**(182.815)**	**(175.460)**

d) Serviços de terceiros	**2019**	**2018**
Serviços assistência social	(26.308)	(23.933)
Outros serviços tomados	(2.900)	-
Total	**(27.208)**	**(23.933)**

2) Despesas (atividades assistência social)		
(a) Despesas de pessoal e encargos	**2019**	**2018**
Salários e ordenados	(27.301)	(32.347)
Despesas com vale transporte	(166)	(15)
Despesas com FGTS	(3.422)	(8.401)
Despesas com PIS s/ folha	(1.207)	(1.647)
Indenizações e rescisões	(1.875)	(4.461)
Férias e 13º salário	(7.047)	(7.043)
Outras despesas com pessoal	-	-
Total	**(40.018)**	**(52.874)**

(b) Materiais de consumo	**2019**	**2018**
Gêneros alimentícios	(27.232)	(30.871)
Medicamentos	(3.565)	(8.317)
Material de limpeza e higiene	(1.465)	(1.717)
Combustível e veículos	(2.403)	(1.571)
Outros materiais de consumo	(1.262)	(2.605)
Total	**(35.927)**	**(43.081)**

(c) Despesas gerais e administrativas	**2019**	**2018**
Conservação predial	(2.452)	(626)
Copa e cozinha	(2.586)	-
Depreciação e amortização	(8.070)	(3.436)
Vigilância e condomínio	(1.316)	(1.690)
Outras despesas administrativas	(18.199)	(17.250)
Total	**(32.623)**	**(23.000)**

(d) Serviços de terceiros	**2019**	**2018**
Serviços assistência social	(14.154)	(11.982)
Outros serviços tomados	(1.461)	(1.604)
Total	**(14.615)**	**(12.586)**

3) Despesas (mantenedora)		
Despesas com pessoal e encargos	**2019**	**2018**
Despesas com pessoal e encargos	(26.182)	(28.192)
Materiais de consumo	(36.682)	(43.793)
Despesas administrativas	(76.604)	(81.337)
Água, energia, telefone e gás	(8.127)	(9.065)
Tributos e taxas diversas	(417)	(569)
Serviços de terceiros	(15.792)	(13.149)
Total	**(163.804)**	**(176.105)**

10. Patrimônio Líquido (Social): Composto pelo superávit/déficit acumulados reconhecido ao longo da existência do Instituto - A entidade encerrou o exercício de 2019 em 31 de dezembro com superávit social de R$ 14.672 (em milhares de reais, sem centavos e setenta e nove reais).

Patrimônio líquido (social)	**2019**	**2018**
Superávit/Deficit acumulado	1.775.948	1.685.757
Superávit do exercício	14.672	90.191
Total	**1.790.620**	**1.775.948**

Os recursos do Instituto foram aplicados integralmente em suas finalidades institucionais, conforme seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas receitas, despesas e investimentos patrimoniais. **11. Gratuidades:** O Instituto presta serviços de a seus assistidos de forma totalmente gratuita, portanto não há incidência de cobranças de mensalidades ou anuidades pela contraprestação dos serviços. De acordo com a Lei 12.101/09 e suas alterações lei 12.868/2013 o decreto nº 8.242/2014, as gratuidades estão assim representadas:

Base para gratuidades (assistência educacional)	**2019**	**2018**
Receita		
Receita bruta - convênios	1.051.792	1.078.380
Receita bruta - outras atividades	139.511	159.724
Base para gratuidades com serviços educacionais	**1.191.303**	**1.238.104**
Gratuidades concedidas - atividades educacionais		
Custo aplicado em projetos educacionais	**(1.215.082)**	**(1.149.158)**
Base para gratuidades (outros projetos)		
Descrição	**2019**	**2018**
Receita bruta - outras receitas próprias	312.208	310.534
Gratuidades concedidas - outros projetos		
Custo aplicado em outros projetos	**(279.572)**	**(310.600)**

12. Imunidade Tributária: Isenções Usufruidas: O benefício usufruído pelo Instituto em função do gozo de sua imunidade tributária a serviço das contribuições sociais, que corresponderiam à cota patronal do INSS (exercícios de 2019 e 2018), como também da contribuição social sobre o lucro CSLL, cujos montantes em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 estão demonstrados conforme segue:

Descrição	**2019**	**2018**
Isenção usufruída cota patronal INSS	188.310	184.444
Contribuição sobre o superávit - CSLL	16.953	19.751
Total	**188.630**	**192.561**

13. **Eventos Subsequentes:** Em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, a Administração fez suas avaliações e chegou à conclusão que não ocorreram fatos relevantes a serem divulgados entre a data base do encerramento das demonstrações financeiras e a data da sua respectiva aprovação.

São Paulo, 31 de dezembro de 2019.

Aluizio Soares dos Santos - TC/CRC 1SP114.522/O-3 - CPF: 133.945.094-15

Parecer do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações Contábeis Relativas ao Exercício Encerrado em 31/12/2019.

O Conselho Fiscal do Instituto das Filhas e Filhos do Coração Imaculado de Maria, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, tendo procedido à avaliação do material contábil do ano de 2019, referente à contabilidade desa ano, efetuando a análise do relatório anual da administração inerente às atividades de natureza econômica, elaborou o presente Relatório, com a emissão do Parecer, a ser submetido à Assembleia Geral. **1 - Da Documentação Contábil** - A documentação contábil foi apresentada em tempo hábil, composta dos documentos de receitas, dos respectivos balancetes, diários e extratos bancários. **2 - Da Movimentação Financeira Mensal** - Os balancetes, analisados e conferidos, foram apresentados de forma cumulativa, tende este Conselho Fiscal feito a apuração dos lançamentos mensalmente, estando todos em perfeita ordem. **3 - Parecer** - Com base nos documentos examinados, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos apresentados pela diretoria da Entidade, o Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscais, por unanimidade de seus membros, é de opinião que os documentos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de Dezembro de 2019, razão pela qual recomenda a aprovação de tais documentos pela Assembleia Geral.

São Paulo, 27 de abril de 2020

Adriana Almeida Conceição - CPF: 079.052.089-31
Ana Chalcouski - CPF: 014.611.118-46
Judite Ribeiro de Lima - CPF: 476.941.499-49.

Eliana Alves Salles - Presidente - CPF: 063.502.638-47.

Novo ministro da Justiça quer atuação técnica e mais operações da PF

O novo ministro da Justiça e Segurança Pública, André Mendonça, tomou posse no cargo na tarde da quarta-feira (29), em cerimônia no Palácio do Planalto, e prometeu uma gestão técnica à frente da pasta.

"Esse compromisso, dentro dessa expectativa de valores, vem reforçado pela ética, pela integridade, por efetivamente ministrar a justiça e ser agente de segurança da nação brasileira. Na prática, com uma atuação técnica, imparcial e sempre disposta a prestar contas. Não só ao chefe da nação, mas ao país como um todo", afirmou Mendonça em seu discurso de posse.

Agora ex-advogado-geral da União, Mendonça assumiu o lugar de Sergio Moro, que pediu demissão na semana passada.

Para comandar a AGU, o presidente Jair Bolsonaro também deu posse, na mesma cerimônia, ao procurador José Levi Mello do Amaral Júnior. A posse de ambos foi prestigiada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, e pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), João Otávio de Noronha. O ministro Gilmar Mendes, também do STF, foi outra autoridade do Judiciário que compareceu à cerimônia.

Operações da PF

Durante o discurso, André Mendonça também assumiu o compromisso de lutar contra a corrupção e o crime organizado e prometeu ao presidente a realização de mais operações da Polícia Federal. A corporação é subordinada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.

"Lutarei com todos os meus esforços no combate ao crime organizado, o que envolve não apenas a corrupção, mas tráfico de drogas, de armas, os crimes contra a vida, o patrimônio, os crimes de abuso sexual, e os crimes cometidos contra as crianças, os adolescentes e contra a mulher. Vamos fazer operações conjuntas. Cobre de nós mais operações da Polícia Federal, presidente da República".

A posse do diretor-geral da PF, que também estava prevista, acabou não ocorrendo após a suspensão determinada pelo STF, que barrou a nomeação do delegado Alexandre Ramagem, indicado pelo presidente Bolsonaro ao cargo.

O novo ministro falou ainda em trabalhar de forma articulada com estados e municípios, fortalecendo o Sistema Único de Segurança Pública (Susp). "É preciso compreender que a criminalidade hoje se constitui em rede. Não é mais um sistema hierarquizado, onde havia um chefe e uma cadeia de comando, mas uma rede de inúmeras pessoas, onde é mais complexo se retirar o agente ou os agentes que coordenam essa rede".

AGU

Empossado para dirigir a AGU, José Levi Mello do Amaral Júnior afirmou que a segurança jurídica é fundamental para o desenvolvimento da democracia. "Uma advocacia pública proativa acompanha a política desde a sua gênese. Uma advocacia pública proativa ressoa a simples resposta 'não pode', mas sim, abraça a postura de buscar possibilidades a alterativas, sempre na rigorosa moldura da constitucionalidade e da legalidade".

Antes de assumir a AGU, Levi Mello era procurador-geral da Fazenda Nacional (PGFN), no Ministério da Economia. Aos 43 anos, ele está na advocacia pública desde 2000 e chegou a ser secretário-executivo do Ministério da Justiça em 2016 e 2017, no governo de Michel Temer, e chefe da assessoria jurídica da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da presidência da República, entre 2013 e 2015, no governo de Dilma Rousseff (PT). Entre 2015 e 2016, ele foi consultor-geral da União. (Agencia Brasil)

Braga Netto e Guedes afirmam compromisso com responsabilidade fiscal

Os ministros da Casa Civil, general Braga Netto, e da Economia, Paulo Guedes, disseram na quarta-feira (29) estarem comprometidos com o equilíbrio fiscal. Os dois negaram divergências em relação ao programa Pró-Brasil, plano de investimentos federais anunciado por Braga Netto há uma semana e disseram que, depois do fim da crise econômica provocada pela pandemia do novo coronavírus, o governo continuará empenhado na agenda de reformas.

"Em nenhum momento, pensou-se em sair do programado, sair do trilho, como diz meu amigo Paulo Guedes, [em sair] do programado pela Economia. Quem dá esse caminho, se é possível ou não [ampliar investimentos públicos], é a Economia. Quem vai decidir o que priorizar é o presidente", disse Braga Netto.

O ministro da Casa Civil explicou que o programa Pró-Brasil, que prevê investimentos públicos de R$ 30 bilhões e investimentos privados de R$ 250 bilhões em projetos de infraestrutura nos próximos três anos, foi elaborado para unificar projetos dos ministérios e evitar brigas por recursos entre as diversas pastas.

"O programa surgiu porque ministros começaram a me procurar para apresentar programas para a retomada do crescimento", explicou Braga Netto. De acordo com o ministro, Guedes não compareceu à primeira reunião de discussão do Pró-Brasil porque, até o momento, não há valores definidos para os projetos. "O programa foi feito para evitar que cada ministro fosse à Economia, brigar cada um por seu pedaço", declarou o general.

Entrosamento

Logo após a fala de Braga Netto, Guedes ressaltou o entrosamento da equipe de governo. "A Casa Civil tem um papel de coordenar os ministérios e de levar demandas setoriais ao presidente Bolsonaro. Só então entra a parte orçamentária", disse Guedes.

"A integração que ele [Braga Netto] faz tem uma moldura, que é o programa que elegeu o presidente Bolsonaro, no plano de transformação do Estado e de descentralização de recursos", disse Guedes. O ministro da Economia arrescentou que a relação entre ele e Braga Netto é harmoniosa e que os dois, embora não se conhecessem pessoalmente antes do governo, tinham "relações antigas", por meio de familiares.

Estados

Assim como havia dito em transmissão ao vivo com investidores na quarta-feira, Guedes reafirmou a confiança no acordo com o Senado para a aprovação do pacote de socorro de R$ 130 bilhões aos estados, com a contrapartida de congelamento do salário dos servidores públicos por dois anos. Segundo o ministro, a contrapartida é essencial para manter o compromisso com o equilíbrio fiscal após o fim da pandemia.

"O presidente do Senado aprova agora essa descentralização de recursos com uma contrapartida do funcionalismo. Quer dizer, não havendo esse aumento [nos salários], nós não teremos uma despesa adicional de R$ 130 bilhões, em todos os níveis, federal, estadual e municipal", disse.

Guedes assegurou que, pela proposta, profissionais diretamente envolvidos no enfrentamento ao novo coronavírus poderão ter os salários aumentados nos próximos 18 meses, mas que as categorias restantes terão os salários congelados. "Os profissionais na linha de combate, como os médicos, enfermeiros, pessoal de saúde, policiais, a turma que está na linha de combate, é uma exceção. Durante o período da pandemia, eles estão lá. Se o governo precisar reforçar, contratar mais enfermeiro, dar aumento de salário, ele pode fazer isso, mas não o resto", explicou. (Agencia Brasil)

Nova Química Farmacêutica S.A.

CNPJ/ME nº 72.593.791/0001-11

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços Patrimoniais	2019	2018
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	54.716	45.359
Contas a receber de clientes	79.224	82.841
Contas a receber de partes relacionadas	3.826	17.282
Estoques	31.677	37.682
Tributos a recuperar	65.159	3.816
Outros recebíveis	19.829	620
Total do ativo circulante	**254.426**	**167.600**
Não circulante		
Depósitos judiciais	713	723
Tributos a recuperar	37.498	67.256
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.124	8.886
Imobilizado	8.179	463
Intangível	14	19
Total do ativo não circulante	**52.528**	**78.087**
Total do ativo	**306.954**	**245.687**
Passivo Circulante		
Fornecedores	1.046	3.544
Fornecedores a pagar partes relacionadas	18.178	33.642
Salários e encargos	1.309	1.676
Tributos a recolher	1.066	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	19.905	15.230
Dividendos a pagar	105.529	88.999
Outras contas a pagar e provisões diversas	6.209	4.100
Total do passivo circulante	**153.242**	**147.191**
Não circulante		
Outras contas a pagar e provisões diversas	6.726	48
Provisão para perdas com processos judiciais	5.728	8.484
Total do passivo não circulante	**12.454**	**8.532**
Total do passivo	**165.696**	**155.723**
Patrimônio líquido		
Capital social	66.000	66.000
Reserva legal	13.203	11.499
Reserva de lucros	62.055	12.465
Total do patrimônio líquido	**141.258**	**89.964**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**306.954**	**245.687**

Demonstrações do Resultado

	2019	2018
Receita	336.014	364.197
Custo das vendas	(190.981)	(224.945)
Lucro bruto	**145.033**	**139.252**
Despesas com vendas	(18.785)	(14.699)
Despesas administrativas	(21.150)	(29.604)
Perdas por valor recuperável de contas a receber	(426)	3.141
Outras despesas, líquidas	(2.246)	(1.558)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	**102.426**	**96.532**
Receitas financeiras	2.992	3.499
Despesas financeiras	(3.315)	(7.276)
Resultado financeiro líquido	**(323)**	**(3.777)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**102.103**	**92.755**
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	(34.279)	(30.984)
Lucro líquido do exercício	**67.824**	**61.771**
Lucro líquido por ação/quota atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R$ por ação)	1,03	0,94

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2017	**66.000**	**8.410**	**42.995**	-	**117.405**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	61.771	61.771
Destinações:					
Reserva legal	-	3.089	-	(3.089)	-
Dividendos complementares propostos - AGE 26/12/2018	-	-	(42.995)	(31.333)	(74.328)
Dividendos mínimos obrigatórios - AGE 26/12/2018	-	-	-	(14.671)	(14.671)
Constituição para reserva de lucros	-	-	12.465	(12.678)	(213)
Em 31 de dezembro de 2018	**66.000**	**11.499**	**12.465**	-	**89.964**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	67.824	67.824
Destinações:					
Reserva legal	-	1.704	-	(1.704)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(16.530)	(16.530)
Constituição para reserva de lucros	-	-	49.590	(49.590)	-
Em 31 de dezembro de 2019	**66.000**	**13.203**	**62.055**	-	**141.258**

Demonstração do Fluxos de Caixa

Fluxos de caixa das atividades operacionais:	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**102.103**	**92.755**
Ajustes de		
Depreciação	51	89
Amortização	5	24
Valor residual de ativo imobilizado baixado	(45)	172
(Reversão)/Constituição de provisão para perdas a valor recuperável do contas a receber	426	(3.141)
(Reversão)/Constituição de provisão para perdas com obsolescência	(573)	748
(Reversão)/Constituição de provisão para perdas com processos judiciais	(1.494)	4.047
Ganhos (Perdas) monetários não realizados	281	1.586
Outras provisões	-	1.586
Variações no capital circulante		
Contas a receber de clientes	3.191	(19.000)
Contas a receber de partes relacionadas	13.456	(14.315)
Estoques	(13.417)	12.764
Tributos a recuperar	(29.455)	(22.578)
Outros recebíveis	(19.209)	204
Depósitos judiciais	10	911
Fornecedores	(2.498)	728
Fornecedores a pagar partes relacionadas	(15.464)	(22.751)
Perdas com processos judiciais	(1.543)	-
Salários e encargos	(367)	517
Outras contas a pagar	776	(284)
Caixa gerado pelas operações	**36.233**	**32.734**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(26.842)	(25.009)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**9.391**	**7.725**
Fluxos de caixa das atividades de investimento:		
Compras de imobilizado e intangível	(34)	(202)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(34)**	**(202)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:		
Dividendos pagos	-	(15.000)
Caixa líquido originado das atividades de financiamento	**-**	**(15.000)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**9.357**	**(7.476)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**45.359**	**52.835**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**54.716**	**45.359**

Demonstrações Financeiras Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional - A Nova Química Farmacêutica S.A. (a "Companhia") foi constituída em 1994. A Companhia tem por objeto social a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos, próprios e de terceiros, farmacêuticos, alopáticos, alimentícios dietéticos, insumos farmacêuticos e drogas. Em 2019 e 2018, 98% das receitas são oriundas de revendas de produtos adquiridos de terceiros e partes relacionadas, e o remanescente é oriundo de vendas de produção própria. A sede social da Companhia está localizada na Rodovia Jornalista Aguirre Proença, km. 08 s/nº - Hortolândia - SP. A Companhia faz parte do Grupo NC (o "Grupo") utilizando-se dos seus recursos administrativos, operacionais, financeiros, e tecnológicos. Parte substancial das operações é efetuada com partes relacionadas. Essas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. **2. Base de preparação e declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP). A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria, em 30 de março de 2020. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentados na nota nº 7. Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 06(R2) - Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na nota 05. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação** - A moeda funcional da Companhia é o Real. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamentos** - Na preparação destas demonstrações financeiras a administração da Companhia utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, e as revisões são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota 11** - mensuração da perda de crédito esperada para contas a receber; principais premissas determinadas na base para a mensuração da perda; **Nota 12** - reconhecimento e mensuração das provisões dos estoques; principais premissas na determinação das perdas dos estoques sem movimentação ou vencidos; e **Nota 16** - reconhecimento e mensuração de provisões e litígios: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude da saída de recursos. **(i) Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em ativos para ativos e passivos idênticos; **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorrem as mudanças. **5. Mudanças nas políticas contábeis - a. CPC 06 (R2) Leases (Arrendamento Mercantil):** A Companhia adotou inicialmente o CPC 06 (R2) *Leases* (Arrendamento Mercantil), a partir de 1º/01/2019, usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º/01/2019). Como resultado, a Companhia não aplicou os requerimentos do CPC 06 (R2) no período comparativo apresentado. A aplicação dos requerimentos do CPC 06 (R2) *Leases* (Arrendamento Mercantil), na data de transição, resultaram na constituição de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento em montante similar de R$ 8.598. Os valores do passivo de arrendamento estão apresentados pelo fluxo de pagamentos descontados a valor presente pela taxa incremental dos contratos de empréstimos. ***Definição de arrendamento***: Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento, descrita na nota 7. Na transição para o CPC 06(R2), a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06(R2) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) e ICPC 03/IFRIC 4 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2). Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2) foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º/01/2019. *Como arrendatária*: Como arrendatária, a Companhia arrenda diversos ativos, incluindo imóveis, equipamentos de produção e equipamentos de TI. A Companhia classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente a Companhia. De acordo com o CPC 06(R2), a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual. No entanto, para arrendamentos imobiliários, a Companhia optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento. **(i) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)/IAS 17:** Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontado a taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º/01/2019. Os ativos de direito de uso são mensurados: Pelo seu valor contábil como se o CPC 06(R2) tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado usando a taxa de empréstimo incremental da Companhia na data da aplicação inicial; a Companhia aplicou essa abordagem ao seu maior arrendamento imobiliário; ou Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados; a Companhia aplicou essa abordagem a todos os outros arrendamentos mercantis. A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável. A Companhia utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1). Em particular: não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial; não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI); excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso da data da aplicação inicial; e utilizou mais de um ponto de vista para determinar o prazo do arrendamento. **(ii) Arrendamento classificado como arrendamento financeiro conforme CPC 06(R1)0029:** Em 31/12/2019, a Companhia não possuia arrendamentos financeiros classificados como arrendamentos financeiros de acordo com o CPC 06(R1). **b. Impacto nas demonstrações financeiras:** *(i) Impacto na transição*: Na transição para o CPC 06(R2), a Companhia reconheceu ativos de direito de uso adicionais e passivos de arrendamento adicionais. O impacto da adoção inicial da transição está resumido abaixo.

Em milhares de Reais	**1º/01/2019**
Ativos de direito de uso - ativo imobilizado	8.598
Passivos de arrendamento	(8.598)

Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo em 1º/01/2019. A taxa média ponderada aplicada é de 9,98%. **c. IFRIC 23 - Incertezas em relação a tratamentos tributários:** Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 Tributos sobre o Lucro quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto de renda. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação. Esta interpretação entrou em vigor em 1º/01/2019. A Companhia não identificou impactos relevantes em seus demonstrações financeiras em decorrência da aplicação dessa interpretação. **6. Base de elaboração** - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. **7. Principais políticas contábeis** - As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo, tem sido aplicadas de maneira consistente de acordo com os exercícios sociais e nas demonstrações financeiras, exceto se descrito de outra forma e exceto para as políticas contábeis relacionadas ao CPC 06 que não foi aplicado em 2018. **a. Transações em moeda estrangeira** - As transações em moeda estrangeira são convertidas para Reais pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão geralmente são reconhecidas no resultado. **b. Receita de contrato com clientes:** A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 usando o método retrospectivo e estabeleceu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 - Receitas e o CPC 17 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens e serviços e determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento. **c. Benefícios a empregados:** *(i) Benefícios de curto prazo a empregados*: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de um serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. *(ii) Participação nos lucros*: A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*construtiva obligatório*). **d. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de rendimento de depósito bancário de curto prazo, juros de duplicatas a receber, descontos obtidos, variação cambial, e outras receitas financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem juros sobre financiamentos, variação cambial, descontos concedidos entre outras despesas financeiras. **e. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real de tributação anual, caso existam. As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. *(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*: Despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, e qualquer ajuste aos impostos a pagar ou a receber de anos anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que refletem as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. *(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido*: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no período geram receitas ou despesas de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação a diferenças temporárias dedutíveis na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados líquido no balanço quando do há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **f. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. No caso dos produtos acabados e dos produtos em processo, o custo inclui parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados dos necessários para efetuar a venda. A provisão para estoques obsoletos é constituída com base nos critérios divulgados na nota 7.k. **g. Imobilizado:** Terrenos e edificações compreendem principalmente fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados, e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado. **h. Instrumentos financeiros:** *(i) Reconhecimento e mensuração inicial*: O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na com mais de 120 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem componente significativo financeiro significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação possíveis estimados diretamente ao seu emissão. Um conta a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. *(ii) Classificação e mensuração subsequente*: Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e seus termos contratuais geram, em datas especificas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas especificas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado. *Avaliação do modelo de negócio*: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; e os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação do ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: eventos contingentes que modificariam o valor ou a época dos fluxos de caixa; termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o direito da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). *Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas*:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos Patrimoniais a VJ de dívida a VJORA	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos Patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado se for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. *(iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros*: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não mantém o controle do ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substanciais todos os riscos e benefícios do ativo transferido. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. *Passivos financeiros*: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos cedidos que não forem caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. *(iv) Compensação*: Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia atualmente um direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. *(v) Instrumentos financeiros derivativos*: A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. *Redução ao valor recuperável (impairment)*. **(i) Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura a provisão para perda esperada em montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: títulos de dívida sobre os quais o risco de crédito na data do balanço; e outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tem aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e informações especificadas pespectivas (*forward-looking*). A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 120 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver aplicável); ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 120 dias. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em período menor, se a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. ***Mensuração das perdas de crédito esperada***: As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pelo valor presente de todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. ***Ativos com problema de recuperação***: Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidências objetivas de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou devedor; quebras de dificuldades contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 120 dias; reestruturação de um ativo devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; a probabilidade que o devedor entrará em falência ou outra reorganização financeira; ou o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. ***Apresentação e baixa da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial***: A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. ***(vi) Ativos não financeiros***: Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos biológicos, propriedades para investimento, estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para determinar se há indicação de perda do valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor Companhia possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável, se houver, é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. **(i) Arrendamentos:** A Companhia aplicou o CPC 06(R1) e ICPC 03. Os detalhes das políticas contábeis correntes do CPC 06(R1) e ICPC 03 são divulgados separadamente. ***Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1º/01/2019:*** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). Esta política é

Balanços patrimoniais	31/12/2019	31/12/2018
Ativo / Circulante	**12.830.873**	**13.277.230**
Caixa e Bancos	216	210
Aplicações Financeiras e Ações	8.442.702	8.215.649
Ações de Outras Empresas	3.198.000	3.825.000
Clientes	42.449	80.389
Adiantamentos		243.760
Impostos a Recuperar/ Compensado	243.760	185.078
Estoques	930.040	950.908
Despesas Pagas Antecipadamente	2.706	2.265
Ativo Não Circulante	**18.753.372**	**18.819.304**
Depósitos Judiciais		29.009
Investimentos	13.573.481	13.573.481
Imobilizado	5.179.890	5.216.813
Total do Ativo	**31.612.245**	**32.096.598**
Balanços patrimoniais	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Passivo / Circulante	**472.792**	**498.220**
Fornecedores	53.561	70.740
Obrigações Sociais	83.125	82.529
Obrigações Fiscais	25.517	21.917
Outras Obrigações	3.000	9
Contas a Pagar	102.171	91.005
Adiantamento de Terceiros	211.418	139.609
Patrimônio Líquido	**31.135.452**	**31.600.367**
Capital	11.393.683	11.393.683
Ajuste IPC/90	(63.085)	(63.085)
Reservas	5.950.186	5.950.186
Ajuste de Avaliação Patrimonial	13.962.894	14.449.094
Lucros/Prejuízos de Exercícios Anteriores	(39.511)	459.788
Resultado do Exercício	(68.715)	(40.299)
Distribuição de Lucros		(459.000)
Total do Passivo	**31.612.245**	**32.096.598**

A Diretoria

LW AGRICOLA E PARTICIPAÇOES S.A CNPJ 61.291.282/0001-18

Demonstrações Contábeis para os exercícios Findos em 31/12/2018 e 31/12/2018 (Valores em R$ 1.000)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Capital Social	Ajuste IPC/90	Reservas	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2017	**11.393.683**	**(63.085)**	**5.950.186**	**14.849.094**	**(38.311)**	**31.890.567**
Ajuste de Avaliação Patrimonial				805.500		**805.500**
Lucro do Exercício					(40.299)	**(40.299)**
Distribuição de Lucros					(459.000)	**(459.000)**
Saldos em 31/12/2018	**11.393.683**	**(63.085)**	**5.950.186**	**14.449.094**	**(39.311)**	**31.600.367**
Ajuste de Avaliação Patrimonial				(486.200)		**(486.200)**
Lucro do Exercício					(68.715)	**(68.715)**
Saldos em 31/12/2019	**11.393.683**	**(63.085)**	**5.950.186**	**13.962.894**	**(108.026)**	**31.135.452**

Demonstrações do resultado	31/12/2018	31/12/2018
Receita Bruta de Vendas		
Vendas Mercado Interno	747.677	406.731
Impostos Incidentes:		
Impostos Incidentes	(113.614)	(29.847)
Deduções da Receita Bruta:		
Devoluções		(17.505)
Receita Líquida	**633.463**	**359.379**
Custos das Atividades Rurais		
Variação Patrimonial	(20.170)	(8.796)
Custos/ Despesas Gerais - Fazendas	(3.246.079)	(3.088.533)
Resultado Bruto	**2.632.785**	**(2.737.970)**
Despesas Atividades Rurais		
Despesas Administrativas Gerais	(277.565)	(331.399)
Despesas Não Dedutíveis	(1.584)	(1.458)
Resultado Operacional	**(2.917.034)**	**(3.070.830)**
Outras Receitas	1.359.220	2.953.572
Despesas Financeiras	(4.902)	(2.338)
Receitas Financeiras/ Efeitos Inflacionários		
Receitas Financeiras	1.479.537	977.923
Efeitos Inflacionários	9.464	5.255
Resultado Antes do IRPJ e CSL	**(68.715)**	**(36.446)**
Contribuição Social		(1.445)
Imposto de Renda		(2.408)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	**(68.715)**	**(40.299)**

Salatiel Dias Batista Filho - Crc: 1sp 261.936/O-8

MARILAN ALIMENTOS S.A.

CNPJ nº 02.034.139/0001-60

Demonstrações Financeiras Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

Balanço Patrimonial em 31/12/2019 (Valores expressos em milhares de reais - R$)	Controladora 2019 (reapresentado)	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Ativo				
Circulante	**314.807**	**269.354**	**345.970**	**276.949**
Caixa e equivalentes de caixa e depósito em moeda estrangeira	26.284	25.177	50.427	32.271
Contas a receber de clientes	168.586	160.612	167.346	160.612
Estoques	37.710	43.394	37.317	43.394
Impostos e contribuições a recuperar	21.040	24.517	14.154	24.517
Partes Relacionadas		10.140		10.140
Instrumentos financeiros	7.627	6.781		
Outras contas a receber	3.560	5.514	7.833	6.014
Não Circulante	**359.387**	**244.954**	**439.556**	**237.647**
Investimentos em controladas	33.585	20.054		
Outras contas a receber	21	993	3.974	993
Depósitos judiciais	801	689	801	689
Impostos e contribuições a recuperar	79.837	3.745	79.837	3.745
Imobilizado	189.038	208.640	318.332	221.387
Ativo de direito de uso	27.278		27.278	
Intangível	8.827	8.833	8.827	8.833
Total do Ativo	**674.194**	**514.308**	**785.426**	**514.596**
Demonstração dos Fluxos Caixa Exercício findo em 31/12/2019 (Valores expressos em MR$)	**Controladora 2019**	**Controladora 2018** (reapresentado)	**Consolidado 2019**	**Consolidado 2018**
Fluxo Caixa Atividades Operacionais				
Resultado do exercício	127.817	60.552	127.817	60.552
Ajustes p/ conciliar lucro líquido (prejuízo) exercício ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais				
Provisão para IR e CS - diferidos	(672)	2.713	(220)	2.713
Depreciação e amortização	31.585	32.179	37.585	35.179
Valor ativo imobilizado/intangível baixados	66	37	66	37
Provisão p/ crédito/ Perdas de duvidosas	(2)	(1.217)	(2)	(1.397)
Provisão para não realização estoques	(550)	550	(550)	550
Resultado de Equivalência patrimonial (3.931)	(54)			
Tributos "sub-judice" e provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	42	(1.377)	42	(1.377)
Juros variações monetárias e cambiais sobre empréstimos, partes relacionadas e pro-labore/ tributários	(101.100)	13.039	(98.091)	11.307
Variação nos Ativos Operacionais				
Contas a receber de clientes	(7.932)	(2.132)	(6.364)	(2.132)
Estoques	5.453	(11.882)	5.849	(13.012)
Impostos e contribuições a recuperar	6.657	(3.426)	3.065	(5.427)
Outras contas a receber e depósitos judiciais	(5.253)	(11.255)	(4.232)	(1.751)
Variação nos Passivos Operacionais				
Fornecedores	5.171	(4.987)	3.938	(4.710)
Partes relacionadas	(946)		(546)	
Salários e encargos sociais	(4.782)	3.524	(4.713)	3.524
Impostos e contribuições a recolher	33.637	17.744	34.971	17.771
Instrumentos financeiros	16	(48)	16	(48)
Outras contas a pagar, fretes e acordos comerciais e adiantamentos	7.005	20.436	6.472	20.268
Caixa gerados nas atividades operacionais	100.159	120.730	96.101	120.586
Juros pagos	(8.081)	(16.916)	(8.403)	(18.916)
IR e CS sobre o lucro líquido pagos	(13.732)	(21.879)	(14.684)	(21.894)
Caixa líquido gerados nas atividades operacionais	78.346	80.935	73.014	80.176
Fluxo Caixa Atividades Investimento				
Aquisições de bens ativo imobilizado	(9.490)	(14.083)	(125.179)	(26.830)
Aquisições de bens do ativo intangível	(1.228)	(2.075)	(1.228)	(2.075)
Aumento de capital em controlada		(20.000)	(20.000)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(40.717)	(36.158)	(126.407)	(28.904)
Fluxo Caixa Atividades Financiamento				
Empréstimos e financiamento	(78.349)	(42.969)	(78.349)	(42.969)
Captação	61.569	40.000	169.641	40.000
Partes relacionadas/Pagamentos de principal		(3.360)		(3.360)
Arrendamentos	(7.733)		(7.733)	
Adiantamentos - partes relacionadas	(10.140)		(10.140)	
Dividendos intermediários distribuídos	(12.000)	(11.090)	(12.000)	(11.090)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(36.522)	(27.559)	71.559	(27.559)
Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.107	16.619	18.166	23.713
Caixa e Equivalentes de Caixa - No início do Exercício	25.177	8.558	32.271	8.558
Caixa e Equivalentes de Caixa - No Fim do Exercício	26.284	25.177	50.437	32.271
	1.107	16.619	18.166	23.713

Demonstração do Resultado para o Exercício Findo em 31/12/2019 (Valores expressos em MR$, exceto prejuízo básico e diluído por ação)	Controladora 2019 (reapresentado)	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receita Operacional Líquida	899.973	899.145	949.006	899.185
Custo dos produtos vendidos	(624.581)	(551.603)	(697.888)	(551.603)
Lucro Bruto	345.392	347.562	351.118	347.582
Receitas (Despesas) Operacionais				
Despesas com vendas	(241.462)	(217.978)	(241.487)	(217.978)
Despesas gerais e administrativas	(58.067)	(57.516)	(58.547)	(57.926)
Outras receitas operacionais,líquidas	74.684	429	74.684	429
Equivalência patrimonial	3.931	54		
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro	124.057	72.571	125.767	72.507
Resultado Financeiro	**37.113**	**(7.610)**	**36.932**	**(7.728)**
Receitas financeiras	70.583	26.525	76.262	26.601
Despesas financeiras	(31.223)	(25.350)	(34.880)	(25.320)
Variação cambial, líquida	(2.248)	(9.030)	(4.461)	(9.020)
Lucro Antes do IR e da CS	161.170	64.961	162.699	64.780
IR e CS: Correntes	(33.965)	(1.496)	(35.102)	(1.515)
Diferidos	(1.055)	2.713	(1.055)	2.713
Lucro Líquido do Exercício	**127.817**	**60.552**	**127.817**	**60.552**
Lucro Básico e Diluído Por Ação	**2,815**	**1,334**	**2,816**	**1,334**

Demonstrações Abrangentes Exercício findo em 31/12/2019 (Valores expressos em milhares de reais - R$)	Controladora 2019 (reapresentado)	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Lucro Líquido do Exercício	127.817	60.552		
Outros Resultados Abrangentes: Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado: Ajuste a valor de mercado instrumentos financeiros, líquido efeito fiscal	16			
Resultado Abrangente Acumulado	**127.833**	**60.552**		

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercício findo em 31/12/2019 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros (reservas de lucros acumulados)	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	70.000	14.197	7.252	82.543	11.090	-	184.202
Dividendos adicionais distribuídos conforme AGO de 26.04.18					(11.090)	-	(11.090)
Integralização Capital Social conforme AGO 26.04.18	10.000				(10.000)	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial						-	-
Realização do custo atribuído ao imobilizado, líquido dos impostos		(2.851)				2.851	
Lucro líquido do exercício					60.552	60.552	
Constituição de reserva legal			3.028		(3.028)	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio					(3.019)	(3.019)	
Constituição de reserva de incentivos fiscais				51.066	(51.066)		
Transferência para reserva de retenção de lucros					6.269	(6.269)	
Saldos em 31 de Dezembro de 2018 (reapresentado)	80.000	11.346	10.563	51.066	6.269	-	230.715
Dividendos adicionais distribuídos conforme AGO de 26.04.19					(18.105)	-	(18.105)
Integralização Capital Social conforme AGO 26.04.19	10.000				(10.000)	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial:							
Ajuste ao valor mercado de instrumentos financeiros, líquido efeito fiscal	-	16				-	16
Realização do custo atribuído ao imobilizado, líquido dos impostos	-	(2.591)				2.591	
Baixa do custo atribuído ao imobilizado, líquido dos impostos	-	(4)				-	(4)
Lucro líquido do exercício						127.817	127.817
Constituição de reserva legal	-	-	6.391			(6.391)	
Dividendos mínimos obrigatórios						(6.201)	(6.201)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-			53.027		(53.027)	
Transferência para reserva de retenção de lucros	-				64.789	(64.789)	
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	90.000	8.767	16.954	104.115	124.405	-	334.239

Notas explicativas às demonstrações financeiras: 1. Contexto operacional: A Marilan Alimentos S.A. ("Companhia") é uma Sociedade por ações de capital fechado com sede em Marília, Estado de São Paulo. A Companhia e suas controladas tem como objeto social e atividade preponderante a industrialização e comércio de bisccoitos. A Companhia mantem negócios em todo território nacional e exporta para diversos países entre os continentes e conta com uma linha de produtos completa em seu portfólio, sendo como destaque marcas como Marilan, Levi, Pit Stop e Teens. **Desempenho operacional:** Destaca-se que no ano de 2019 foi apresentado um cenário político de grandes benefícios, positivo para o mercado, com a eleição presidencial da República e no congresso nacional e, do ponto de vista macroeconômico, o mercado de bisccoitos apresentou retração em termos consumo de produtos derivados de farinha de trigo. Mesmo diante destes cenários apresentados acima, a companhia iniciou em 2019 um crescimento em sua receita líquida, totalizando R$ 949,0 milhões, sublinhando 5,5% frente aos R$ 899,2 milhões apresentados em 2018. A recorrente expansão dos negócios observada nos últimos anos tem proporcionado a consolidação da companhia como a segunda maior fabricante de bisccoitos e de torradas do país em termos de volume de vendas, e também como a primeira marca de bisccoitos preferida no mercado nacional. Seguindo com os principais acontecimentos econômicos e financeiros, a companhia apresentou lucro líquido de R$ 127,8 milhões em 2019. Este resultado representa ainda um crescimento de 111,1% na comparação com o período de 2018, quando a empresa reportou um lucro líquido de R$ 60,5 milhões. O principal fator para este aumento está relacionado ao reconhecimento de ganho em processos tributários. Adicionalmente a companhia manteve constantes ações ligadas à revisão de suas estratégias comerciais, operacionais e de investimentos, visando maximizar a eficiência operacional, fortalecendo sua atuação no mercado e contribuindo para uma posição competitiva sustentável e de reinvestimentos no negócio. O sucesso alcançado ao longo dos últimos anos, em dívida, se deve em grande medida, à dedicação de seus mais de 3.300 colaboradores, que diariamente empregam o melhor de seus esforços para garantir a excelência no atendimento dos anseios de nossos milhões de consumidores. Diante desse contexto, a Administração tem ciência dos desafios em relação ao desempenho da Companhia para os próximos anos, principalmente para 2020 em função da crise mundial decorrente do COVID-19. Mesmo com estes fatores adversos, a companhia reitera o comprometimento de continuidade da expansão de suas atividades através de forte atuação no mercado, da ampliação do portfólio de produtos e do intenso esforço em buscar de novas eficiências e redução de custos e despesas operacionais.

Sérgio Tavares Ferreira dos Santos – Diretor Presidente
Cristiana Goes da Silva – Gerente Tributário e Contábil
Fabiano Biazotti Oliveira – Supervisor Contábil - Contador - CRC 1SP263774/O-7

Matera Systems Informática S.A.

CNPJ nº 57.040.0031-94

Demonstrações Financeiras em Exercícios findos em 31/12/2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

Balanços patrimoniais	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Ativo	**40.345**	**41.009**	**57.513**	**64.182**
Circulante	34.950	36.562	45.564	54.155
Caixa e equivalentes de caixa	3.066	1.522	7.203	6.057
Contas a receber de clientes	-	868	-	868
Ativos de contrato a receber	1.695	2.353	2.820	2.560
Impostos a recuperar	634	832	1.058	980
Outras contas a receber	**22.749**	**22.744**	**14.124**	**12.179**
Depósitos judiciais	-	-	25	-
Impostos a recuperar	-	860	-	860
Ativo fiscal diferido	366	110	378	162
Outras contas a receber	-	-	403	-
Total do realizável do longo prazo	**366**	**970**	**806**	**1.022**
Imobilizado	2.605	606	4.710	1.065
Investimentos	18.947	20.074	-	-
Intangível	831	894	8.659	10.062
	22.383	**20.774**	**13.369**	**11.154**
Total do ativo	**63.064**	**60.813**	**71.427**	**76.368**
Passivo/Circulante	**15.469**	**13.324**	**21.446**	**16.941**
Fornecedores	838	969	3.469	4.127
Passivo de arrendamento	1.043	-	1.456	-
Salários, férias e encargos a pagar	5.639	4.921	8.333	6.860
IR e CS	524	42	1.055	594
Impostos e contribuições a recolher	944	691	1.289	984
Dividendos a pagar	5.165	5.475	5.165	5.475
Passivos de contrato	729	618	-	62
Outras conta a pagar	587	608	682	819
Não circulante	**791**	**60**	**1.668**	**36**
Passivo de arrendamento	751	-	1.668	-
Provisão para processos judiciais	-	60	-	36
Total do passivo	**16.260**	**13.384**	**23.114**	**16.977**
Patrimônio Líquido	**46.874**	**45.229**	**48.313**	**57.391**
Capital social	21.000	21.000	21.000	21.000
Reservas de Lucros	11.306	21.306	11.306	21.306
Lucros acumulados	13.335	11.923	13.335	11.923
Ajuste de avaliação patrimonial	1.233	980	1.233	980
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	**46.874**	**45.229**	**46.874**	**55.229**
Participação de não controladores	-	-	1.647	2.162
Total do passivo e patrimônio líquido	**63.064**	**60.613**	**71.427**	**76.358**

Demonstrações do resultado	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receita de vendas	**70.649**	**56.326**	**87.862**	**59.124**
e de serviços prestados	(30.614)	(30.613)	(63.795)	(58.699)
Custo das vendas	**40.035**	**25.713**	**24.067**	**108.026**
e dos serviços prestados	(35.164)	(30.613)	(63.795)	(58.699)
Lucro bruto	**4.871**	**(4.900)**	**(39.728)**	**49.327**
Despesas gerais e administrativas	(11.866)	(9.718)	(19.090)	(13.859)
Despesas de vendas	(2.504)	(1.715)	(5.218)	(4.073)
Custos com pesquisa e inovação e capacitação	(4.163)	(4.440)	(4.867)	(5.156)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(705)	(149)	(938)	(404)
Outras receitas	108	2.110	108	2.110
Lucro operacional antes das receitas (despesas) financeiras líquidas equivalência patrimonial e impostos	**(16.359)**	**(12.416)**	**(27.887)**	**(20.747)**
Receitas financeiras	3.139	2.615	4.160	4.071
Despesas financeiras	(365)	(60)	(574)	(416)
Resultado financeiro líquido	**2.774**	**2.522**	**3.586**	**3.655**
Participações nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial, líquido de impostos	6.193	10.104	-	-
Resultado antes do IR e da CS	**(8.392)**	**(0.042)**	**(31.443)**	**(32.492)**
IR e CS corrente	(4.742)	(2.210)	(8.258)	(7.158)
IR e CS diferido	74	(822)	33	39
Lucro líquido do exercício	**(13.060)**	**(12.074)**	**(39.668)**	**(39.611)**
Resultado atribuível aos				
Acionistas controladores	20.658	22.205	20.658	22.205
Acionistas não controladores	-	-	2.559	3.927
Lucro líquido do exercício	**20.658**	**22.205**	**23.217**	**25.302**

Demonstrações do resultado abrangente	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Lucro líquido do exercício	**20.658**	**22.205**	**23.217**	**25.302**
Outros resultados abrangentes				
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	54	149	54	149
IR e CS sobre outros resultados abrangentes	(182)	(51)	(182)	(51)
Resultado abrangente do período	**20.894**	**22.303**	**23.465**	**25.400**
Resultado abrangente total atribuído a				
Acionistas controladores	20.894	22.303	20.894	22.303
Acionistas não controladores	-	-	2.559	3.097
Lucro líquido do exercício	**20.894**	**22.303**	**23.465**	**25.400**

Demonstrações Financeiras em Exercícios findos em 31/12/2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Reservas de lucros Capital Social	Legal	Outras reservas	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01/01/2018	**19.472**	**3.894**	**15.960**	**(28)**	**18.626**	**57.931**	**6.304**	**64.235**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	22.205	22.205	3.097	25.302
Outros resultados abrangentes	-	-	-	98	-	98	-	98
Ações adquiridas	-	-	-	1.033	-	1.033	(4.308)	(3.275)
Destinações: Dividendos de exercício propostos	-	-	-	-	(5.475)	(5.475)	-	(5.475)
Retenção de lucros	-	306	1.140	-	(1.445)	-	19	19
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	11.821	-	(11.821)	(19.474)	(2.961)	(22.435)
Aumento de capital	1.528				(1.528)			
Adoção inicial ao CPC 47 e CPC 48	-	-	-	-	(1.088)	(1.088)	-	(1.088)
Saldos em 31/12/2018	**21.000**	**4.200**	**28.921**	**1.103**	-	**55.229**	**2.151**	**57.381**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	20.658	20.658	2.559	23.217
Outros resultados abrangentes	-	-	-	236	-	236	-	236
Ações adquiridas	-	-	-	38	-	38	(19)	19
Destinações: Dividendos de exercício propostos	-	-	-	-	(5.165)	(5.165)	-	(5.165)
Retenção de lucros	-	-	-	-	(1.008)	(1.008)	-	(1.008)
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(14.000)	(14.000)	-	(14.000)
Adoção inicial ao CPC06 (R2)	-	-	-	-	(538)	(538)	-	(538)
Saldos em 31/12/2019	**21.000**	**4.200**	**28.921**	**1.376**	-	**46.874**	**1.647**	**48.521**

Demonstrações dos fluxos de caixa operacionais	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Resultado antes dos impostos	**25.326**	**25.042**	**31.443**	**32.492**
Depreciação e amortização	705	149	938	404
Provisão para perdas de crédito	370	383	1.865	382
Despesas financeiras líquidas	(724)	(682)	(692)	(893)
Resultado na venda de ativos imobilizados	92	67	100	117
Resultado da equivalência patrimonial, líquido de impostos	(6.193)	(10.104)	-	-
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	(1.426)	(1.061)	(2.073)	5.929
Impostos a recuperar	704	(1.302)	525	(1.340)
Outros ativos	909	(799)	422	(1.967)
Fornecedores	2.024	203	2.318	1.768
Salários, férias e encargos a pagar	718	764	1.453	882
Passivo e contribuições a recolher	689	(383)	720	(828)
Outros passivos	375	105	1.473	118
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**23.567**	**13.747**	**38.592**	**38.732**
IR e CS pagos	(6.611)	(3.728)	(8.578)	(8.602)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**16.956**	**10.019**	**30.006**	**30.130**
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado	(248)	(465)	(617)	(577)
Aumento de capital nas investidas	-	(3.971)	-	-
Aquisição de ativo intangível	-	(54)	(54)	(71)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Informações Gerais: A sociedade tem por objeto social a exploração do ramo de consultoria, desenvolvimento, implantação, manutenção, suporte e treinamento de sistemas e "softwares" na área de informática; o comércio de produtos e tecnologias, nacionais ou importadas, relacionadas à área de "softwares" e sistemas de informática; a importação e exportação de produtos e serviços e, ainda, qualquer outra prestação de serviços, bem como, a participação, por qualquer forma, do capital de outras sociedades, de mesmo ou diferente objeto social, com quais ou distintos objetos. **2. Principais Políticas Contábeis:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Empresa Matera Systems Informática S.A. foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na lei das Sociedades por Ações e nas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade e normas e orientações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários e pelos pronunciamentos do CPC/ IFRS - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. Os impactos da adoção inicial das normas foram avaliados e registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de forma cumulativa, conforme estabelecido em norma contábil. **3. Demonstrações Financeiras Individuais:** Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. A) Aplicação dos Resultados: As receitas e despesas são reconhecidas no resultado do período. B) Contas a Receber: As contas a receber de clientes correspondem aos valores de recebíveis pelas prestações de serviços no decurso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo menos a provisão para perda do valor recuperável (CPC 48). Na prática são normalmente reconhecidos ao valor faturado. C)Imobilizado: Os ativos classificados no imobilizado são demonstrados pelo custo de aquisição, de construção deduzida da depreciação acumulada. Os encargos de depreciação foram calculados pelo método linear, mediante a aplicação de taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica dos bens. D) Investimento: O investimento em controladas está avaliado pelo método de equivalência patrimonial, e eliminando-se os lucros não realizados até a data do balanço. E) Imposto de renda e contribuição social: As previsões de Imposto de Renda e Contribuição Social constituídas, se aplicável, em conformidade com a legislação vigente. **4. Demonstrações financeiras consolidadas:** Em investimento fiscal relacionado a pesquisa tecnológica e desenvolvimento de novos produtos ou processos e utilizados no benefício da Lei 11.196/05 com a dedução das despesas com capacitação. **5. Patrimônio Líquido:** O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2019, no valor de R$ 21.000.000,00, está representado por 714.800 ações ordinárias nominativas de classe única sem valor nominal. **6)** Sigilos: Para atender medidas preventivas, adotadas permanentemente, a Matera Systems Informática S.A. e suas controladas efetuam a contratação de seguros em valores considerados suficientes, pela administração, para cobertura de eventuais sinistros.

A Diretoria
Josiane Cristina de Azevedo - Contadora - CRC 1SP276227/O-7

Edenred Brasil Participações S.A.

CNPJ nº 42.169.508/0001-68

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços Patrimoniais Ativo	2019	2018	Passivo e Patrimônio Líquido	2019	2018
Circulante	**86.256**	**38.357**	**Circulante**	**116.102**	**96.192**
Caixa e equivalentes de caixa	377.746	256.916	Fornecedores	1.192	1.192
Impostos a recuperar	16.579	14.376	Obrigações trabalhistas	5.382	5.382
Dividendos a receber	-	1.000	IR e CS a recolher	-	1.000
Partes relacionadas	38	38	Partes relacionadas	91	6.891
Dividendos a receber	313.292	99.558	Dividendos obrigatórios	110.777	92.979
Outras contas a receber	516	1.000	Outras contas a pagar	955	2.326
Não Circulante	**1.884.981**	**1.276.966**	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.618	1.398
Realizável a longo prazo: IR e CS diferidos	672	641	**Patrimônio Líquido**	**2.653.421**	**1.882.808**
Depósitos judiciais	2.218	1.591	Capital Social	814.247	814.247
Empréstimo mútuo	221		Reservas de Capital	411.036	411.036
Investimento	1.171.054	1.002.482	Reservas de Lucros	1.189.91	656.324
Imobilizado	710.673	272.252	Outros resultados abrangentes	33.651	43.881
Intangível	1.123	1.000	Ajuste de avaliação patrimonial	4.554	7.320
Total do Ativo	**1.970.236**	**1.315.323**	**Total do Passivo e Patrimônio Líquido**	**2.769.523**	**1.978.192**

Demonstrações do Resultado	2019	2018
Receitas (Despesas) Operacionais		
Gerais	(160)	(1.063)
Administrativas	(7.034)	(17.463)
Outras despesas gerais e administrativas	(1.664)	(1.398)
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas	91	6.863
Equivalência Patrimonial	432.520	356.457
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	**423.803**	**339.396**
Receitas Financeiras		
Receitas Financeiras	16.468	14.251
Despesas Financeiras	(518)	(39)
Resultado Antes do IR e da CS	**439.753**	**353.608**
IR e CS: Correntes	(2.000)	(625)
Diferidos	31	(549)
Lucro Líquido do Exercício	**436.787**	**351.482**
Lucro Líquido do Exercício por Lote de Mil Ações da Capital Social - R$	86,95	77,24

Demonstrações do Resultado Abrangente	2019	2018
Lucro Líquido do Exercício	436.787	351.482
Reconhecimento de ganho líquido efeito do imposto de renda e contribuição social	44.770	17.132
Resultado Abrangente do Período	**481.757**	**368.614**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional: A Edenred Brasil Participações S.A. ("Companhia") que de ora em diante por 31/12/2019, passou a se chamar Hyla Soluções de Pagamento S.A. ("Companhia"), é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na Avenida Presidente Vargas, nº 2001, 10º andar, Centro, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20210-030, e tem por objeto social a participação em outras sociedades como sócia ou acionista, e em empreendimentos industriais, comerciais e agropecuários, isoladamente ou em associação, e a prestação de serviços de apoio administrativo e de gerenciamento de bens e direitos de terceiros. **2. Base de Elaboração das Demonstrações Financeiras:** A Companhia e suas controladas são sociedades de capital aberto, registradas na CVM - Comissão de Valores Mobiliários e, portanto, estão obrigadas a elaborar e divulgar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas emitidas pela CVM e as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - International Accounting Standards Board, e também as normas emitidas pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. **2.2. Base de elaboração das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos

BMPI INFRA S.A.

CNPJ nº 24.416.909/0001-93

Relatório da Administração

Sobre a BMPI Infra: A BMPI Infra é uma *holding* de investimentos e participações de capital privado, focada no setor de infraestrutura. Fundada em maio de 2013, a Companhia participa dos segmentos de saneamento, resíduos, iluminação pública, energia, transportes, infraestrutura social e *real estate*. A BMPI Infra possui uma estratégia de investimentos bem definida e disciplinada, focada na criação de valor para os seus acionistas no longo prazo, através de uma gestão ativa de seus investimentos. **Contexto Setorial e de Atuação:** A organização da BMPI Infra, num primeiro nível, está baseada na especialização e individualização em seus setores prioritários da infraestrutura, através de empresas holdings específicas. **Organização da BMPI Infra:**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO		Controladora		Consolidado	
			(Reapresentado)		(Reapresentado)
	Notas	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	5.891	1.507	6.496	1.603
Contas a receber	4	1.596	1.191	1.596	1.191
Créditos a receber	5	11.138	7.088	11.138	7.088
Tributos a recuperar		41	32	112	3.128
Partes relacionadas	6	4.947	2.170	7.069	3.973
Total do ativo circulante		23.613	11.988	26.410	16.983
Ativo não circulante					
Créditos a receber	5	49.641	56.078	49.741	56.178
Partes relacionadas	6	1.426	566	4.195	571
Imposto diferido	16	-	-	4.886	-
Investimentos	7	196.882	197.792	186.340	192.700
Imobilizado	8	74	93	74	93
Intangível		-	6	6	9
Total do ativo não circulante		248.023	254.530	245.242	249.551
Total do ativo		271.636	266.518	271.652	266.540

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		Controladora		Consolidado	
			(Reapresentado)		(Reapresentado)
	Notas	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	9	497	116	497	116
Fornecedores		169	104	171	119
Obrigações trabalhistas	10	396	417	396	417
Obrigações tributárias	11	136	150	148	157
Partes relacionadas	6	78	382	78	382
Total do passivo circulante		1.276	1.169	1.290	1.191
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	9	30.088	28.765	30.088	28.765
Partes relacionadas	6	22.951	24.411	22.951	24.411
Total do passivo não circulante		53.039	53.176	53.039	53.176
Patrimônio líquido	12	-	-	-	-
Capital social	12.1	2.701	2.701	2.701	2.701
Adiantamento para futuro aumento de capital	12.4	55.874	54.645	55.873	54.645
Reserva de capital	12.2	122.340	122.340	122.340	122.340
Reserva de lucros		36.406	32.467	36.402	32.467
Total patrimônio líquido		217.321	212.153	217.316	212.153
Total do passivo e patrimônio líquido		271.636	266.518	271.652	266.540

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de lucros retidos	Adiantamento para futuro aumento de capital	Resultado do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (Reapresentado)	12	2.420	105.909	-	484	12.860	54.645	-	174.318
Aumento de capital		281	-	-	-	-	-	-	281
Reserva de ágio na integralização de capital	12.2	-	18.431	-	-	-	-	-	18.431
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	25.340	25.340
Destinação do resultado do exercício:									-
Constituição de reserva legal	12.3	-	-	56	-	-	-	(56)	-
Distribuição de dividendos	12.5	-	-	-	-	(6.217)	-	-	(6.217)
Reserva de lucros		-	-	-	-	25.284	-	(25.284)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)	12	2.701	122.340	540	-	31.927	54.645	-	212.153
Adiantamento para futuro aumento de capital	12.4	-	-	-	-	-	1.229	-	1.229
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	13.787	13.787
Destinação do resultado do exercício:									-
Distribuição de dividendos	12.5	-	-	-	-	(9.848)	-	-	(9.848)
Reserva de lucros		-	-	-	-	13.787	-	(13.787)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	12	2.701	122.340	540	-	35.866	55.874	-	217.321

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A BMPI Infra S.A. é uma *holding* de investimentos e participações focada no setor de infraestrutura, situada na Rua Renato de Paes, 750 - conjunto 01 - Bairro Itaim Bibi - São Paulo - SP. Com início de suas operações em maio de 2013, a Companhia, através de suas investidas, participa dos setores de iluminação pública, saneamento, resíduos, transportes, energia, infraestrutura social e *real estate*.

2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e principais práticas contábeis adotadas: 2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e a reapresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 20 de abril de 2020. **2.1.1. Base de consolidação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis consolidadas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, incluem as demonstrações contábeis das investidas:

Investidas	% de participação
Sano Saneamento e Participações S.A.	100%
Ambientis Soluções Ambientais S.A.	100%
Brasil IP Iluminação Pública S.A.	100%

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta, a data na qual a controladora obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir (exceto quando a controlada está sob controle temporário). As demonstrações contábeis consolidadas de 2019 foram elaboradas para o mesmo período de divulgação das demonstrações contábeis individuais, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, foram eliminados por completo. Uma mudança na participação sobre a controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido. O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo. **2.1.2. Moeda funcional e de apresentação:** O resultado e a posição financeira da Companhia estão expressos em milhares de reais, sua moeda funcional e moeda de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **2.1.3. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção de instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.1.4. Uso de estimativas e julgamentos:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **2.2. Principais políticas contábeis adotadas:** As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm são aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **a) Apuração do resultado:** O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas dos contratos compreendem os valores iniciais acordados no contrato, acrescidos de variações decorrentes de solicitações adicionais (aditivos efetuados de contratos) e ajustes de preços. São observados os procedimentos e normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico (CPC 47) aprovado pelo CFC conforme NBC TG 47. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **c) Valores a receber:** Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída com base em perdas esperadas calculadas através das modificações dos riscos de realização desde o reconhecimento inicial dos valores a receber. **d) Investimentos:** Nas demonstrações contábeis os investimentos permanentes em empresas coligadas e controladas em conjunto, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. A participação da Companhia nos resultados das empresas controladas é reconhecida no resultado do período como receitas (despesas) de equivalência patrimonial. A Companhia possui participação direta e indiretamente nas empresas descriminadas a seguir:

Participação direta	% de participação 2019	2018
Ambientis Soluções Ambientais S.A.	100,00%	100,00%
Brasil IP Iluminação Pública S.A.	100,00%	100,00%
Sano Saneamento e Participações S.A.	100,00%	100,00%
Mindt Participações S.A.	46,18%	45,00%
Companhia Energética Chapecó (CEC)	41,00%	41,00%
BH Iluminação Pública S.A.	39,00%	39,00
Concessionária Rota do Horizonte S.A.	20,00%	20,00%
CSul Desenvolvimento Urbano S.A.	4,80%	4,80
Sano Projetos em Saneamento Ltda.	0,01%	0,01%
Participação indireta		
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	49,00%	49,00%
Essencis Minas Gerais S.A.	33,33%	33,33%
Empresa Metropolitana de Tratamento e Resíduos	27,50%	27,50%
NGP Nova Geração Participações S.A.	21,78%	19,14%
PCN Suzano SPE Ltda.	10,89%	9,57%
Sistemas de Gestão Ambiental S.A. (SGA)	50,00%	50,00%
Águas de Mandaguaçy S.A.	42,44%	42,44%
Águas de Valparaíso S.A.	20,00%	20,00%
Novos Horizontes Participações e Empreendimentos Imobiliários S.A.	-	16,425%
Csul Desenvolvimento Urbano S.A.	9,63%	8,21%
Costa Laguna SPE Empreendimentos Imobiliários S.A.	5,61%	1,82%
Sano Projetos em Saneamento Ltda.	100,00%	100,00%

e) Imobilizado: Reconhecimento e mensuração: Mensurados e apresentados ao custo histórico de aquisição, deduzido das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, as taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Os ganhos e perdas na alienação de itens do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado do exercício. **Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido de valor residual. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **f) Intangível:** Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados pelo custo de aquisição e posteriormente deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pela vida útil econômica estimada. Saldo composto pelo ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill* e de software. Sendo o ágio avaliado anualmente através do teste de *impairment*. **g) Arrendamentos mercantis operacionais:** IFRS 16 (Arrendamentos) - A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamento no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade de arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento atuais, incluindo CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. **h) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de impairment):** A Administração revisa anualmente o valor contábil dos seus ativos com propósito de identificar possíveis circunstâncias que possam requerer teste de recuperação para determinados ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em UGCs, ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa em uso contínuo, estratégias essas que são, em grande parte, independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC excede o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes as UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para reduções do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na medida em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Não foram constatadas indicações de que os valores contábeis de bens imobilizados e intangíveis possam ser superiores aos valores de recuperação. **i) Instrumentos financeiros:** *Reconhecimento e mensuração inicial:* Os títulos e valores mobiliários e os títulos de dívida são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros ou passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a VJR, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. *Classificação e mensuração subsequente:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se não for designado como mensurado ao VJR e atender a ambas as condições a seguir: • Ser mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; • Apresentar fluxos contratuais que geem, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento do principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado são classificados como VJR. Atualmente a Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio de outros Resultados Abrangentes (VJORA). **Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados e o funcionamento prático dessas políticas. • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR. Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia alterar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atendeia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o prazo dos fluxos de caixa. • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis. • Termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados no *performance* de um ativo). **Mensuração subsequente a ganhos e perdas:** • **Ativos financeiros a VJR** - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. • **Ativos financeiros a custo amortizado** - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é também reconhecido no resultado. **j) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo, ou valor, puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constitucional como consequência de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é esperada que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **k) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social são calculados pelas alíquotas regulares aplicáveis sobre o lucro tributável, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício, sendo que o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia são calculados da seguinte forma: **l) Imposto de renda pessoa jurídica:** A alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R$ 240 mil. **m) Contribuição social sobre o lucro líquido:** A alíquota de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa de imposto de renda e contribuição social - corrente e calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração da Companhia avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco. **l) Impostos diferidos:** O imposto sobre a renda diferido (imposto diferido) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando

Neste sentido, a organização da BMPI Infra compreende: **Saneamento:** A BMPI Infra, através da Sano Saneamento e Participações S.A. (Sano), busca oportunidades de investimento e gerenciamento de ativos de saneamento por meio de concessões (plenas ou parciais) e parcerias públicas privadas (PPPs). A BMPI Infra detém atualmente 100,00% de participação na Sano, sendo o seu veículo de investimentos para projetos no segmento de saneamento. Por meio da Sano, a BMPI Infra desempenha atividades de gerenciamento de concessões públicas de saneamento em todo processo do ciclo integral da água - captação, tratamento e abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, além de desenvolver novos projetos e prestar consultorias diversas na área. A Sano possui atualmente participação de 50,00% na SGA - Sistemas de Gestão Ambiental S.A. (SGA) que, por sua vez, administra duas concessões municipais, em Jaú (SP) e Votorantim (SP). **Resíduos:** A BMPI Infra, através da Ambientis Soluções Ambientais S.A. (Ambientis), busca oportunidades de investimento e administração de projetos estruturados de destinação final, tratamento, valorização e aproveitamento energético de resíduos, sempre com o compromisso de preservar o meio ambiente, num quadro de sustentabilidade econômica e social. A BMPI Infra detém atualmente 100,00% de participação na Ambientis, sendo o seu veículo de investimento para projetos no segmento de resíduos. Por meio da Ambientis, a BMPI Infra atua em projetos de implantação e operação de aterros sanitários, tratamento e aproveitamento energéticos de resíduos, e energia potencial de expansão se setor através de novas tecnologias, projetos estruturados, aquisições e parcerias estratégicas. A Ambientis possui atualmente participações de 49,00% na Viasolo Engenharia Ambiental S.A.; 33,33% na Essencis MG Soluções Ambientais S.A.; 27,50% na Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A. e 21,78% na NGP Nova Geração Participações S.A. **Iluminação Pública:** A BMPI Infra atua ativamente na prospecção de novas oportunidades de PPPs de Iluminação Pública no país, particularmente junto às municipalidades das regiões Sul e Sudeste. A BMPI Infra detém atualmente 100,00% de participação da Brasil IP S.A., sendo o seu veículo de investimento para novos projetos no segmento de Iluminação Pública, e possui participação de 39,00% da BH Iluminação Pública S.A., concessionária de Iluminação Pública de Belo Horizonte, destinada a modernizar, eficientizar, manter e expor mais de 180 mil pontos de iluminação do município. Em adição a participação da BMPI Infra, o Grupo Barbosa Mello detém outros 9% de participação na BMPI, através de outra empresa do grupo, totalizando, portanto, 48% de participação acionária consolidada. **Energia:** Com experiência em setores complexos e regulados, a BMPI Infra busca oportunidades no setor de energia por meio do desenvolvimento, implementação e gestão de fontes alternativas de geração, e tem como estratégia a criação de uma plataforma de investimentos através do desenvolvimento de novos projetos de geração. A BMPI Infra detém atualmente participação direta de 41,00% na Companhia Energética Chapecó S.A., constituída no ano de 2000 para a implantação e operação da Usina Hidrelétrica Quebra Queixo, localizada no rio Chapecó (SC) e cuja capacidade instalada é de 121,5MW. **Transporte:** O Grupo Barbosa Mello foi um dos pioneiros no setor de concessão de rodovias no país, tendo participado do controle acionário da Intervias (Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.). Além do setor de Rodovias, a BMPI Infra estuda oportunidades de investimento nos setores de Portos, Aeroportos e Mobilidade Urbana. **Infraestrutura Social:** A BMPI Infra desenvolve ativamente novos projetos de concessões e parcerias público-privadas (PPPs) nos segmentos de estacionamentos, escolas, hospitais, terminais de ônibus, dentre outros. ***Real Estate:*** Fazem parte do escopo de atuação da BMPI Infra alguns segmentos de negócios não regulados, de natureza privada, e com perspectivas de solida geração de valor no longo prazo. A BMPI Infra possui investimentos no setor de *real estate* através de participação de 4,80% e indireta 9,64% na CSul Desenvolvimento Urbano S.A., que tem como atividade a administração, incorporação, construção e comercialização de empreendimento imobiliário de aproximadamente 27 milhões de m², localizado nos municípios de Nova Lima e Itabirito, setor sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG). **Mensagem da Administração:** Em 2019, a BMPI Infra continuou sua estratégia de consolidação como player relevante do setor de infraestrutura no País. O ano foi marcado pela implantação de novos ativos no setor de Resíduos, aumento de participação acionária nos ativos de Iluminação Pública e *Real Estate*, de prospecção e desenvolvimento de diversos projetos e fortalecimento de parcerias estratégicas, todas estas iniciativas visando seu crescimento sustentado. Em 2020, a BMPI Infra segue com sua estratégia de longo prazo, buscando novas oportunidades no setor de infraestrutura. Nossos esforços estarão direcionados ao desenvolvimento e concretização de novos investimentos, principalmente nos setores de Iluminação Pública e Saneamento. Pautados pelos mais rígidos padrões éticos e pela disciplina de capital, esperamos incorporar valor ao portfólio atual.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora 31/12/2019	Controladora (Reapresentado) 31/12/2018	Consolidado 31/12/2019	Consolidado (Reapresentado) 31/12/2018
Receita líquida	13	1.696	1.581	2.092	1.958
Custo dos serviços prestados	14	(723)	(616)	(725)	(619)
Lucro bruto		973	971	1.367	1.339
Receitas (despesas) operacionais					
Administrativas, comerciais e gerais	14	(4.724)	(4.512)	(4.850)	(5.858)
Despesas tributárias		(377)	(548)	(383)	(556)
Equivalência patrimonial	7	15.143	24.770	10.032	25.628
Outras receitas operacionais		120	58	120	58
		10.162	19.710	4.857	19.214
Lucro antes do resultado financeiro		11.135	20.681	6.224	20.553
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	15	(3.431)	(118)	(3.438)	(155)
Receitas financeiras	15	6.083	4.777	6.128	4.942
Lucro antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social		13.787	25.340	8.964	25.340
Imposto de renda e contribuição social - correntes	16	-	-	(63)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	16	-	-	4.886	-
Lucro líquido do exercício		13.787	25.340	13.787	25.340

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 31/12/2019	Controladora (Reapresentado) 31/12/2018	Consolidado 31/12/2019	Consolidado (Reapresentado) 31/12/2018
Lucro líquido do exercício	13.787	25.340	13.787	25.340
Depreciação/amortização	19	16	22	16
Equivalência patrimonial	(15.143)	(24.770)	(10.032)	(25.628)
Juros provisionados	2.204	116	2.204	116
IRPJ e CSLL diferidas	-	-	(4.886)	-
	867	702	1.095	(156)
(Aumento) redução dos ativos				
Contas a receber	(405)	(443)	(405)	(443)
Créditos a receber	2.387	(11.486)	2.387	(11.486)
Tributos a recuperar	(9)	-	3.016	(29)
	1.973	(11.928)	4.998	(12.058)
Aumento (redução) dos passivos				
Fornecedores	65	84	51	98
Obrigações trabalhistas e tributárias	(35)	96	(30)	96
	30	180	21	194
Caixa e equivalentes de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	2.870	(11.046)	6.114	(11.970)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição/redução de investimento	1.645	(33.210)	(1.542)	(24.978)
Aquisição de imobilizado	-	(27)	-	(27)
Aquisição de intangível	-	-	-	3
	14.409	19.481	17.935	19.156
Caixa e equivalentes de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	16.054	(13.756)	16.393	(5.806)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos	-	28.765	-	28.765
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(500)	-	(500)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento com acionistas				
Partes relacionadas	(5.421)	3.052	(8.495)	(4.848)
Integralização de capital	-	1	-	1
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.229	-	1.229	-
	(2.848)	(6.217)	(9.848)	(6.217)
Caixa e equivalentes de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(14.540)	25.601	(17.614)	17.701
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	4.384	799	4.893	(75)
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	1.507	708	1.603	1.678
No final do exercício	5.891	1.507	6.496	1.603
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	4.384	799	4.893	(75)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 31/12/2019	Controladora (Reapresentado) 31/12/2018	Consolidado 31/12/2019	Consolidado (Reapresentado) 31/12/2018
Lucro líquido do exercício	13.787	25.340	13.787	25.340
(-) Resultado abrangente	-	-	-	-
Resultado abrangente	13.787	25.340	13.787	25.340

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Adiantamentos para Futuro Aumento de capital (AFAC)

	31/12/2019	31/12/2018
Mindt Participações S.A.	576	566
Outros	-	4
Total do AFAC	**576**	**580**
Ativo circulante	**5.370**	**2.170**
Ativo circulante	**4.947**	**2.170**
Ativo não circulante	**1.426**	**566**

Investimentos

	Controladora 31/12/2019	Controladora (Reapresentado) 31/12/2018	Consolidado 31/12/2019	Consolidado (Reapresentado) 31/12/2018
Balanços patrimoniais:				
Ativo				
Ativo circulante				
Demais ativos circulantes	4.918	1.818	13.010	1.003
Partes relacionadas	1.622	548	2.170	2.431	548	2.973
Total do ativo circulante	11.540	548	11.988	16.441	548	16.983
Ativo não circulante						
Demais ativos não circulantes	56.738	-	56.738	56.851	-	56.851
Investimentos	195.674	2.318	197.792	190.382	2.318	192.700
Total do ativo não circulante	252.412	2.318	254.530	247.233	2.318	249.551
Total do ativo	263.952	2.866	266.518	263.674	2.866	266.540
Passivo e Patrimônio Líquido						
Passivo circulante						
Total do passivo circulante	1.183	-	1.183	1.193	-	1.193
Passivo não circulante						
Total do passivo não circulante	53.176	-	53.176	53.176

BMPI INFRA S.A.

CNPJ nº 24.416.909/0001-93

Investida direta e indireta

Controladas	Consolidado 31/12/2017 (Reapresentado)	Aquisição/ aporte de capital	Dividendos	Equivalência patrimonial	31/12/2018 (Reapresentado)
Concessionária Rota do Horizonte S.A.	1.071	-	-	34	**1.105**
Sistema de Gestão Ambiental S.A.(SGA)	10.183	-	(788)	3.318	**12.713**
Sistema de Gestão Ambiental S.A. - agio (SGA)	7.177	-	-	-	**7.177**
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	20.802	-	-	1.936	**22.738**
Viasolo Engenharia Ambiental S.A. - agio	1.879	-	-	-	**1.879**
Essencis Minas Gerais S.A.	8.740	-	(428)	1.708	**10.020**
Empresa Metropolitana de Tratamento e Resíduos	14.214	-	-	(609)	**13.605**
BH Iluminação Pública S.A.	-	18.711	-	609	**19.320**
CSul Desenvolvimento Urbano S.A.	-	17.006	(121)	245	**17.130**
CSul Desenvolvimento Urbano S.A. - agio	-	10.670	-	-	**10.670**
NGP - Nova Geração Participações S.A.	-	187	-	(29)	**158**
NGP - Nova Geração Participações S.A. - agio	-	423	-	-	**423**
	133.728	**52.530**	**(19.197)**	**25.628**	**192.708**

8. Imobilizado

	% - Taxas depreciação a.a.	Controladora e Consolidado Liquido 2019	Liquido 2018 (Reapresentado)
Móveis e instalações gerais	10	34	39
Equipamentos de transporte	20	13	18
Computadores	20	27	36
Total		**74**	**93**

	Controladora e Consolidado 31/12/2018 (Reapresentado)	Adições	Baixas	31/12/2019
Móveis e instalações gerais	43	-	-	43
Equipamentos de transporte	23	-	-	23
Computadores	45	-	-	45
Custo do ativo imobilizado	**111**	**-**	**-**	**111**
Móveis e instalações gerais	(4)	(5)	-	(9)
Equipamentos de transporte	(5)	(5)	-	(10)
Computadores	(9)	(9)	-	(18)
(-) Depreciações acumuladas	**(18)**	**(19)**	**-**	**(37)**
Total	**93**	**(19)**	**-**	**74**

	Controladora e Consolidado 31/12/2017 (Reapresentado)	Adições	Baixas	31/12/2018 (Reapresentado)
Móveis e instalações gerais	34	9	-	43
Equipamentos de transporte	23	-	-	23
Computadores	27	18	-	45
Custo do ativo imobilizado	**84**	**27**	**-**	**111**
Móveis e instalações gerais	-	(4)	-	(4)
Equipamentos de transporte	-	(5)	-	(5)
Computadores	(2)	(7)	-	(9)
(-) Depreciações acumuladas	**(2)**	**(16)**	**-**	**(18)**
Total	**82**	**11**	**-**	**93**

9. Empréstimo e financiamento

Descrição	Controladora e Consolidado 31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
Capital de giro	30.585	28.888
Total	**30.585**	**28.888**
Passivo circulante	**497**	**3.888**
Passivo não circulante	**30.088**	**28.765**

O capital de giro possui taxas de juros de 100% do Certificado de Depósitos Interbancário (CDIs) acrescidos de 1,25% a.a. A partir desde financiamento é a alienação fiduciária das ações da CSul Desenvolvimento Urbano S.A., de propriedade da Companhia. A movimentação sumária dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora e consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (Reapresentado)	
Captação de capital de giro	28.765
Provisão de juros	116
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)	**28.881**
Apropriação de juros	2.204
Amortização e pagamento de juros	(500)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**30.585**

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia não possui obrigações com empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (covenants). Em 31 de dezembro de 2019, as parcelas de longo prazo possuem os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	31/12/2019
2021	3.313
2022	8.931
2023	17.844
Total	**30.088**

10. Obrigações trabalhistas

	Controladora e consolidado 31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
Salários/Ferias/PL/rescisões/pensão alimentícia	162	175
Contribuição previdenciária	54	57
Provisões férias	179	183
Obrigações e encargos	-	2
Total	**396**	**417**

11. Obrigações tributárias

	Controladora 31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)	Consolidado 31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
PIS	2	2	2	4
Cofins	9	12	12	15
ISS sobre faturamento	8	8	10	5
Impostos e contribuições retidos na fonte	117	127	117	129
Imposto de renda a pagar	-	-	4	-
Contribuição social a pagar	-	-	2	-
Total	**136**	**150**	**148**	**153**

12. Patrimônio líquido: 12.1. Capital social: O capital social totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R$ 2.701, dividido em 2.782.811 ações, sendo 2.560.186 ações ordinárias, 222.625 ações preferenciais classe "A"

	31/12/2019
Ações ordinárias	2.560.186
Ações preferenciais Classe A	222.625
Total	**2.782.811**
Valor de capital social	**R$ 2.701**

12.2. Reserva de capital: Sob essa rubrica encontram-se apropriados os valores integralizados pelos acionistas que ultrapassaram a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal em relação a importância destinada à formação do capital social. No ano de 2019 não ocorreu modificação no saldo da reserva. No ano de 2018, foram incorporadas ao patrimônio da Companhia o valor de R$ 18.431 a título de reserva de ágio na emissão de 382.259 ações ordinárias e preferenciais classe "A" da Companhia, com valor nominal de ágio de R$ 50,7387 por ação. **12.3. Reserva legal:** No ano de 2019, a Companhia não constituiu reserva legal adicional, por ter atingido em 2018 o percentual de 5% do lucro líquido do exercício, conforme previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e mais a limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2018, foi constituída a reserva legal no montante de R$ 56. **12.4. Adiantamento para futuro aumento de capital** Sob essa rubrica encontram-se apropriados aportes de recursos efetuados pelos acionistas e destinados a futuro aumento de capital. Em 2019, foi apontado o valor de R$ 1.229, relativo a valores que se encontram com pendencia de suas respectivas participações no capital social, totalizando o saldo de R$ 55.874. A integralização ocorrerá assim que todos os acionistas tiverem equilibrados, com previsão para integralização do capital no próximo exercício social. Em 2018, o saldo era de R$ 54.645.

12.5. Distribuição de lucros: A distribuição de lucros segue o previsto no estatuto social da Companhia, exceto quando deliberado de forma diversa pela assembleia geral, o qual contém as destinações: • 5% para reserva legal, limitado a 20% do capital social; • 25% a título de dividendos mínimos obrigatórios. Em 2019, foram distribuídos dividendos no montante de R$ 9.848, sendo R$ 2.413 a título de dividendos fixos das ações preferenciais classe "A" e R$ 7.435 relativo a dividendos deliberado pelos acionistas. Em 2018, foram distribuídos dividendos no montante de R$ 6.217, sendo R$ 2.413 a título de dividendos fixos das ações preferenciais classe "A" e R$ 3.804 relativo à parte dos dividendos mínimos obrigatórios, conforme deliberado pelos acionistas.

13. Receita operacional líquida:

	Controladora 31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)	Consolidado 31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
Serviços prestados	1.976	1.850	2.440	2.283
Deduções	(282)	(263)	(348)	(325)
Receita líquida total	**1.694**	**1.587**	**2.092**	**1.958**

14. Natureza dos custos e despesas administrativas

Descrição	Controladora 31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)	Consolidado 31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
Pessoal, obra e encargos	(4.758)	(4.335)	(4.757)	(4.336)
Equipamentos	(16)	(12)	(17)	(12)
Materiais	(11)	(19)	(12)	(34)
Serviços	(259)	(456)	(352)	(1.607)
Outros	(384)	(289)	(414)	(465)
Depreciação e amortização	(19)	(17)	(21)	(19)
Total de custos e despesas	**(5.447)**	**(5.128)**	**(5.575)**	**(6.477)**
Classificadas como				
Custos dos serviços prestados	(723)	(616)	(725)	(619)
Despesas administrativas gerais	(4.724)	(4.512)	(4.850)	(5.858)
Total	**(5.447)**	**(5.128)**	**(5.575)**	**(6.477)**

15. Resultado financeiro líquido

Descrição	Controladora 31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)	Consolidado 31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
Receitas financeiras				
Dividendos de ações (a)	5.929	4.724	5.929	4.724
Receita aplicações financeira	151	51	172	63
Outras	-	-	77	155
Total das receitas financeiras	**6.080**	**4.777**	**6.178**	**4.942**
Despesas financeiras				
Taxa, comissões e tarifas	(110)	(1)	(112)	(38)
Juros de empréstimos	(2.204)	(117)	(2.208)	(117)
Juros de empréstimos reembolsados	(1.112)	-	(1.118)	-
Total das despesas financeiras	**(3.431)**	**(118)**	**(3.438)**	**(155)**
Resultado financeiro líquido	**2.652**	**4.659**	**2.740**	**4.787**

(a) A Companhia é usufrutuária de ações que foram objeto de venda com cláusula de benefício de todos os rendimentos realizados na vigência do presente usufruto. Nos exercícios de 2019 e 2018, foram creditados dividendos sobre as ações com direito de usufruto nos valores de R$ 5.929 e R$ 4.724, respectivamente.

16. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social são registrados nas demonstrações contábeis com base na receita reconhecida e nos custos e despesas incorridos pelo regime de competência. A seguir, a reconciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social apurados em 31 de dezembro de 2019:

	Consolidado 31/12/2019
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**8.984**
Alíquota IR/CS nominal %	34%
Despesas de IR/CS calculadas pela alíquota social nominal	3.046
Resultado de equivalência patrimonial	(3.409)
Dividendos de ações	(2.016)
Adições permanentes	4
Prejuízo fiscal do exercício para o qual não foi constituído ativo fiscal diferido	2.476
Compensação de prejuízos fiscais de períodos anteriores	(37)
Outros	1
Reconhecimento de prejuízos fiscais acumulados anteriormente não reconhecidos (i)	(4.886)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	**(4.822)**
Alíquota IR/CS efetiva %	54%
Imposto de renda e contribuição social correntes	63
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.886)

(i) A origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos e de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social. A seguir, a movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos no exercício:

2019	Saldo líquido em 1º janeiro	Reconhecimento no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Prejuízo fiscal e saldo negativo da contribuição social a compensar (i)	-	4.923	4.923	4.923	-
Ações temporárias	-	-	-	-	-
Impostos ativos antes da compensação	**-**	**4.923**	**4.923**	**4.923**	**-**
Compensação de imposto	-	(37)	(37)	(37)	-
Imposto líquido ativo (passivo)	**-**	**4.886**	**4.886**	**4.886**	**-**

(i) Em 2019 a Controlada da Companhia, Sano Saneamento e Participações S.A., apresentou lucros tributáveis, como resultado, a Administração da Controlada revisou suas estimativas dos lucros tributáveis futuros e reconheceu o ativo fiscal diferido de R$ 4.923 referente aos prejuízos fiscais não reconhecidos anteriormente, uma vez que considerou provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, poderão ser utilizadas para compensar o saldo do ativo fiscal diferido.

Previsão de realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2020	34	12	46
2021	140	50	190
2022	181	65	246
2023	211	76	287
2024 a 2029	3.027	1.090	4.117
Total	**3.593**	**1.293**	**4.886**

17. Gestão de riscos e instrumentos financeiros: a) Considerações gerais e políticas: A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratados aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos. A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia. **Aplicações financeiras:** De acordo com a política de aplicações financeiras estabelecida, a Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, seguindo avaliação do rating de crédito da contraparte em questão, percentual máximo de exposição por instituição de acordo com o *rating* e percentual máximo do patrimônio líquido do banco. **Contas correntes com partes relacionadas:** Na controladora, os saldos com partes relacionadas são referentes às contas correntes com empresas ligadas. **b) Gestão de risco financeiro: Fatores de risco financeiro:** A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pela Diretoria. A tesouraria identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros. **b.1) Risco de mercado:** O mercado de atuação está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças nas taxas de juros. **(i) Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras, são compostas pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras. **b.2) Risco de crédito:** A Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. Consideram baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras com as quais operam, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha.

18. Cobertura de seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria anual, consequentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes.

19. Previsão para riscos: A Companhia e suas controladas diretas, não são parte em ações judiciais (natureza tributária, trabalhista e cível), processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações.

20. Eventos subsequentes: Diante da situação global da pandemia de Covid-19 e com reflexo em praticamente em todos os setores econômicos, os negócios da Companhia e suas controladas possivelmente serão afetados em consequência do impacto no setor serviços. Até o fechamento do primeiro quadrimestre de 2020, os negócios da Companhia e suas controladas permanecem dentro do estimado pela Administração.

Bruno Costa Carvalho de Sena
Diretor-Presidente

Alicia Maria Gross Figueiró
Diretora Administrativo-Financeira

Miguel Luiz Morad Noronha
Diretor de Investimentos

Farley Vasconcelos Botelho
Contador - CRC MG 84.315/0-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **BMPI Infra S.A.** - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da BMPI Infra S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da BMPI Infra S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Reapresentação dos valores correspondentes:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.4, das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram alteradas e estão sendo reapresentados certos previstos no CPC 23 - Práticas contábeis, mudanças de estimativas, retificações de erros, por conter modificação no resultado em uma de suas investidas. Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto. **Outros assuntos: Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil de contabilização das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles responsáveis pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época das trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 28 de abril de 2020

GrantThornton Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Daniel Meneses Vieira
CT CRC 1MG-078.081/O-1

Elecnor do Brasil Ltda.

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 *(Valores expressos em milhares de Reais - R$)*

Balanços Patrimoniais	2019	2018
Ativo/Circulante	**373.044**	**241.795**
Caixa e equivalentes de Caixa	186.174	136.167
Contas a receber	56.262	89.629
Medições a faturar	83.170	81.017
Impostos a recuperar	40.535	27.228
Outros créditos	7.303	7.751
Não circulante	**45.976**	**30.192**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	46.689	20.740
Depósitos judiciais	2.760	2.121
Investimentos	1	1
Imobilizado	36.684	30.082
Intangível	344	110
Ativo de direito de uso	8.947	
Total do ativo	**468.869**	**394.846**

Balanços Patrimoniais	2019	2018
Passivo e patrimônio líquido/Circulante	**276.110**	**247.350**
Fornecedores	24.581	42.893
Receita diferida	91.250	166.879
Obrigações trabalhistas	22.122	9.592
Obrigações tributárias	6.105	8.578
PPLI e CSLL a recolher	44.880	6.871
Outras contas a pagar	85.837	12.438
Arrendamento	1.345	-
Não circulante	**39.803**	**23.924**
Provisão para riscos	31.434	23.924
Arrendamento	8.369	-
Patrimônio líquido	**152.956**	**123.572**
Capital social	108.384	108.384
Reservas de incorporação	(121)	(121)
Lucros acumulados	44.693	15.309
Total do passivo e patrimônio líquido	**468.869**	**394.846**

Demonstrações do Resultado	2019	2018
Receita líquida de serviços	740.903	422.295
Custos dos serviços prestados	(530.606)	(305.785)
Lucro bruto	211.897	86.510
Despesas gerais e administrativas	(75.578)	(37.196)
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	-	(10.384)
Outras receitas (despesas), líquidas	11.796	8.672
	(63.782)	**(38.918)**
Lucro antes do resultado financeiro e impostos	**148.115**	**47.592**
Receitas financeiras	10.271	5.856
Despesas financeiras	(5.823)	(999)
Resultado financeiro	**4.448**	**4.861**
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	152.563	52.453
Correntes	(74.620)	(19.389)
Diferidos	25.940	777
Lucro líquido do exercício	**103.882**	**33.841**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes	2019	2018
Lucro líquido do exercício	103.882	33.841
Resultado abrangente total	103.882	33.841

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reservas de incorporação	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/12/2017	**125.987**	**-**	**3.961**	**129.913**
Incorporação de ações/ líquido de incorporação	4.538	-	-	4.538
Redução de capital	(22.000)	-	-	(22.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	33.841	33.841
Dividendos distribuídos	-	-	(22.500)	(22.500)
Reservas de incorporação	-	(121)	(121)	-
Saldos em 31/12/2018	**108.384**	**(121)**	**15.309**	**123.572**
Lucro líquido do exercício	-	-	103.992	103.992
Dividendos distribuídos e juros sobre o capital próprio	-	-	(74.607)	(74.607)
Saldos em 31/12/2019	**108.384**	**(121)**	**44.693**	**152.956**

Diretoria: Andrés Pedro Estebas - Diretor Administrativo-Financeiro
Anderson Guimarães Cardoso – Contador CRC SP 278.090/O-3

As Notas Explicativas encontram-se em sua totalidade à disposição na sede da Companhia

MC Mall Properties S.A. - CNPJ: 03.690.059/0001-68

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 *(Em Milhares Reais)*

Balanço patrimonial

ATIVO	2019	2018
Ativo circulante	**6.202**	**7.034**
Caixa, Bancos e Aplicações	1	826
Contas a receber	3.704	2.989
Estoques	5.327	5.327
Adiantamentos Diversos	13	894
Ativo não circulante	**132.602**	**131.460**
Aplicação Financeira	868	1.073
Outros créditos	346	693
Imobilizado	131.382	129.701
Intangível	6	6
Total do ativo	**141.646**	**141.496**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	2018
Passivo circulante	**6.202**	**7.034**
Empréstimos e financiamentos	3.798	6.762
Impostos e contribuições a recolher	371	244
Contas a pagar	33	28
Passivo não circulante	**10.709**	**13.640**
Empréstimos e financiamentos	10.647	13.460
Outras Contas a Pagar	62	180
Patrimônio líquido	**126.735**	**120.813**
Capital social	108.204	108.204
Capital à integralizar	(2.460)	(3.880)
Reservas de Capital	999	775
Lucros acumulados	19.992	15.514
Total do passivo e patrimônio líquido	**141.646**	**141.496**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva legal	Reserva para investimentos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31.12.2017	**98.924**	**604**	**13.000**	**-**	**112.528**
Integralização de Capital	9.276	-	-	-	**9.276**
Capital à Integralizar	(3.880)	-	-	-	**(3.880)**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.767	**1.767**
Constituição de reservas	-	84	-	(84)	-
Transferência para Reserva para Investimentos	-	-	1.683	(1.683)	-
Saldos em 31.12.2018	**104.324**	**775**	**15.514**	**-**	**120.813**
Integralização de Capital	3.680	-	-	-	**3.680**
Capital à Integralizar	(2.460)	-	-	-	**(2.460)**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.702	**4.702**
Constituição de reservas	-	224	-	(224)	-
Transferência para Reserva para Investimentos	-	-	4.478	(4.478)	-
Saldos em 31.12.2019	**105.744**	**999**	**19.992**	**-**	**126.735**

Demonstrações do resultado

	2019	2018
Receitas de Alugueis/CDU	6.550	5.988
Receitas de Serviços	652	556
Receita Bruta	**7.202**	**6.544**
Impostos sobre receitas	(289)	(290)
Receita líquida	**6.913**	**6.254**
Lucro bruto	**6.913**	**6.254**
Receitas (despesas) operacionais:		
Gerais e administrativas	(2.227)	(3.709)
Resultado operacional	**4.686**	**2.545**
Despesas financeiras	(263)	(698)
Receitas financeiras	1.528	982
Resultado do exercício antes do IRP/CSL	**5.947**	**2.830**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.245)	(1.072)
Lucro líquido do exercício	**4.702**	**1.767**

Demonstrações dos fluxos de caixa

	2019	2018
Caixa gerado das operações	**8.335**	**6.130**
Lucro líquido antes do IR e Contribuição Social	5.947	2.839
Depreciação/amortização e perdas/ajustes de investimentos	1.757	2.479
	7.704	**5.318**
Decréscimo/Acréscimo nos ativos e passivos operacionais		
Ativo		
Contas a receber	(715)	901
Créditos Diversos	882	68
Outros créditos	459	(161)
Passivo		
Fornecedores	-	(50)
Impostos e contribuições a recolher	127	45
Outras contas a pagar	(122)	5
Caixa líquido das atividades operacionais	**8.335**	**6.130**
Caixa líquido das atividades de investimento	**(1.601)**	**(3.369)**
Aquisição de ativo imobilizado	(1.601)	(3.369)
Caixa usado nas atividades de investimento	**(1.601)**	**(3.369)**
Das atividades de financiamento (com acionistas e com terceiros)		
Integralização de capital	1.220	5.595
Pagamento de empréstimos	(7.534)	(2.458)
Caixa gerado (usado) nas atividades de financiamento	**(6.314)**	**(1.863)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(620)**	**(101)**
Caixa e equivalentes de caixa: No início do exercício	826	1.007
No final do exercício	1	826

José Carlos de Mattias - Diretor **Waldemar de Mattias** - Diretor **Manoel Francisco da Silveira** - CRC 1SP131459/O-1

CONCESSIONÁRIA DO ESTACIONAMENTO DE CONGONHAS S.A. - EM LIQUIDAÇÃO

CNPJ nº 01.472.027/0001-40

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 29 de abril de 2020 **A Administração**

BALANÇO PATRIMONIAL Levantado em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Em milhares de reais - R$)

Ativo	2019	2018
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	22.815	24.377
Contas a receber	23	1.378
Impostos a recuperar	146	–
Total dos ativo circulante	22.984	25.755
Não Circulante		
Imobilizado	2	46
Intangível	6	570
Total do ativo não circulante	8	616
Total do Ativo	22.992	26.371

Passivo e Patrimônio Líquido	2019	2018
Circulante		
Fornecedores e contas a pagar	13	596
Salários e encargos sociais	–	2.666
Impostos e contribuições a recolher	–	1.483
Total dos passivos circulantes	13	4.745
Não Circulante		
Provisão para riscos tributários cíveis e trabalhistas	766	594
Total dos passivos não circulantes	766	594
Patrimônio Líquido		
Capital social	17.000	17.000
Reserva de lucros	5.213	4.032
Total do patrimônio líquido	22.213	21.032
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	22.992	26.371

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Em milhares de reais - R$, exceto o prejuízo por ação)

	2019	2018
Receita de serviços líquidas	2

BARRA GRANDE PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 22.686.328/0001-46

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 29 de abril de 2020

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais - R$)

Ativo	2019	2018
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	9.032	5.035
Dividendos a receber	1.260	–
Impostos a recuperar	18	1
Partes relacionadas	5.907	5.951
Total do ativo circulante	16.217	10.987
Ativo Não Circulante		
Investimentos:		
Em operações controladas em conjunto	58.790	65.788
Total do ativo não circulante	58.790	65.788
Total do Ativo	75.007	76.775

Passivo e Patrimônio Líquido	2019	2018
Passivo Circulante		
Fornecedores	–	1
Impostos a recolher	881	761
Partes relacionadas	3.772	3.998
Total do passivo circulante	4.653	4.760
Patrimônio Líquido		
Capital social	64.129	64.129
Reserva de Lucros	6.225	7.886
Total do patrimônio líquido	70.354	72.015
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	75.007	76.775

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais - R$)

	Patrimônio líquido				
		Reserva de lucros			
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	64.129	2.368	2.805	–	69.302
Dividendos antecipados	–	–	–	(20.835)	(20.835)
Lucro do exercício	–	–	–	23.548	23.548
Destinação:					
Constituição de reserva legal	–	1.177	–	(1.177)	–
Reserva de retenção de lucros	–	–	1.536	(1.536)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	64.129	3.545	4.341	–	72.015
Dividendos antecipados	–	–	–	(23.394)	(23.394)
Lucro do exercício	–	–	–	26.074	26.074
Dividendos distribuídos	–	–	(4.341)	–	(4.341)
Destinação:			–	–	–
Constituição de reserva legal	–	1.304	–	(1.304)	–
Reserva de retenção de lucros	–	–	1.376	(1.376)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	64.129	4.849	1.376	–	70.354

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais - R$, exceto o resultado por ação)

	2019	2018
Receita Líquida de Produtos	67.020	64.590
Custos dos Produtos	(38.761)	(38.916)
Lucro Bruto	28.259	25.674
Receitas (Despesas) Operacionais		
Gerais e administrativas	(198)	(204)
Equivalência patrimonial	112	127
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro	(86)	(77)
Resultado Financeiro		
Receitas financeiras	77	18
Despesas financeiras	(31)	(20)
	46	(2)
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	28.219	25.595
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.145)	(2.047)
Lucro Líquido do Exercício	26.074	23.548
Resultado por Ação		
Básico/diluído por ação ON - R$	1,1016	0,1140
Básico/diluído por ação PN - R$	1,6320	1,4119

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais - R$)

	2019	2018
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido antes do impostos de renda e da contribuição social	28.219	25.595
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Resultado de equivalência patrimonial	(112)	(127)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Impostos a recuperar	(18)	(1)
Partes relacionadas	44	(248)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(1)	1
Impostos e obrigações a pagar	(1)	8
Partes relacionadas	(224)	(2.837)
	27.907	22.391
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.025)	(2.019)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	25.882	20.372
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Recebimento de dividendos	5.850	4.809
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	5.850	4.809
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Dividendos pagos	(27.735)	(20.835)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(27.735)	(20.835)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.997	4.346
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	5.035	689
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício	9.032	5.035

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais - R$)

	2019	2018
Lucro Líquido do Exercício	26.074	23.548
Outros Resultados Abrangentes	–	–
Resultado Abrangente do Exercício	26.074	23.548

A DIRETORIA

NELSON NÓBREGA DA COSTA - Contador - CRC 1 SP 202165/O-9

As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, estão à disposição na sede da Companhia

MACHADINHO PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 22.686.342/0001-40

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 29 de abril de 2020

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais - R$)

Ativo	2019	2018
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	9.212	722
Contas a receber	94	136
Impostos a recuperar	28	5
Partes relacionadas	4.215	17.523
Outros créditos	110	109
Total do ativo circulante	13.659	18.495
Ativo Não Circulante		
Partes relacionadas	798	–
Imobilizado	25.289	26.900
Direito de Uso em Arrendamentos	13	–
Total do ativo não circulante	26.100	26.900
Total do Ativo	39.759	45.395

Passivo e Patrimônio Líquido	2019	2018
Passivo Circulante		
Fornecedores	167	174
Impostos e contribuições a recolher	606	557
Partes relacionadas	9	7
Arrendamento Mercantil a Pagar	4	–
Outras obrigações	249	272
Total do passivo circulante	1.035	1.010
Passivo Não Circulante		
Arrendamento Mercantil a Pagar	9	–
Total do passivo não circulante	9	–
Patrimônio Líquido		
Capital social	31.795	31.795
Reservas de Lucros	6.920	12.590
Total do patrimônio líquido	38.715	44.385
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	39.759	45.395

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais - R$)

	Patrimônio líquido				
		Reserva de lucros			
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	31.795	1.897	7.586	–	41.278
Lucro do exercício	–	–	–	36.167	36.167
Dividendos antecipados	–	–	–	(33.060)	(33.060)
Destinação:					
Reserva legal	–	1.808	–	(1.808)	–
Dividendos propostos					–
Reserva de retenção de lucros	–	–	1.299	(1.299)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	31.795	3.705	8.885	–	44.385
Dividendos distribuídos de anos anteriores	–	–	(8.885)	–	(8.885)
Dividendos antecipados	–	–	–	(34.139)	(34.139)
Lucro do exercício	–	–	–	37.354	37.354
Destinação:					
Reserva legal	–	1.869	–	(1.869)	–
Reserva de retenção de lucros	–	–	1.346	(1.346)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	31.795	5.574	1.346	–	38.715

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais - R$, exceto o resultado por ação)

	2019	2018
Receita Líquida	47.528	46.094
Custos das Vendas	(7.714)	(7.491)
Lucro Bruto	39.814	38.603
Receitas (Despesas) Operacionais		
Gerais e administrativas	(991)	(946)
Lucro Antes do Resultado Financeiro	38.823	37.657
Resultado Financeiro		
Receitas financeiras	119	22
Despesas financeiras	(51)	(55)
	68	(33)
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	38.891	37.624
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.537)	(1.457)
Lucro do Exercício	37.354	36.167
Resultado por Ação		
Básico/diluído por ação ON - R$	0,2932	0,3465
Básico/diluído por ação PN - R$	4,7348	4,7571

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais - R$)

	2019	2018
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro antes do impostos de renda e da contribuição social	38.891	37.624
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	1.897	1.892
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Partes relacionadas	12.510	427
Contas a receber de clientes	42	(32)
Impostos a recuperar	(23)	(4)
Outros créditos	(1)	(34)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Partes Relacionadas	2	(45)
Fornecedores	(7)	(163)
Impostos e obrigações a pagar	15	6
Outras obrigações	(23)	46
	53.303	39.717
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.503)	(1.447)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	51.800	38.270
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(286)	(550)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(286)	(550)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Dividendos pagos	(43.024)	(37.599)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(43.024)	(37.599)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	8.490	121
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	722	601
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício	9.212	722

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais - R$)

	2019	2018
Lucro Líquido do Exercício	37.354	36.167
Outros Resultados Abrangentes	–	–
Resultado Abrangente do Exercício	37.354	36.167

A DIRETORIA

NELSON NÓBREGA DA COSTA - Contador - CRC 1 SP 202165/O-9

As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, estão à disposição na sede da Companhia

Maia propõe discussão sobre isolamento social no combate à covid-19

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou na quarta-feira (29) que o Parlamento deve debater a necessidade e os critérios do isolamento social no combate à pandemia do novo coronavírus. Para Maia, a medida pode reduzir a velocidade de propagação da doença e evitar o colapso no sistema de saúde brasileiro.

Segundo o congressista, a discussão deve ocorrer de forma virtual, como já têm sido realizadas as votações, e incluir o Ministério da Saúde, especialistas, técnicos, médicos, governadores e prefeitos.

"Nossas decisões não podem estar baseadas em impressões ou opiniões de aliados, ou do setor privado, ou da sociedade. Nossas decisões precisam estar baseadas em decisões técnicas, com o cuidado que dizem a ciência e a área médica", argumentou o deputado. "O Parlamento não é feito apenas para aprovar projeto, mas para debater", acrescentou.

Gastos públicos

De acordo com Maia, o período pós-crise vai exigir uma discussão sobre a qualidade do gasto público. Para o deputado, o foco do debate deverá ir além do congelamento de salários de servidores públicos.

"Essa previsão de congelar salários de servidores é um gesto simbólico, já que nenhum ente da Federação irá aumentar salários neste momento de crise da pandemia do coronavírus", afirmou. "A gente pode tratar de congelamento por 18, 12 meses, tirar médicos, guardas [do projeto de lei]. Isso pode ser feito, mas o mais importante é que o pós-crise vai levar a necessidade do Parlamento, do governo e da sociedade a uma nova pactuação", completou.

Maia ressaltou ainda que estados e municípios estão com perda de arrecadação próxima de 30% em abril e que pode chegar a 45% em maio. A proposta já foi aprovada na Câmara dos Deputados e aguarda votação no Senado. Congressistas têm negociado novos termos para a medida, considerada muito ampla e sem contrapartidas dos entes federados. (Agencia Brasil)

Edital de Citação. Prazo: 20 dias. Processo nº 1016195-29.2017.8.26.0008. O Dr. Luis Fernando Nardelli, Juiz de Direito da 3ª Vara Cível do Foro Regional do Tatuapé/SP. Faz Saber a Michael Fernand Nascimento de Castro Biggs (CPF: 035.842.147-00), que nos autos da ação de Execução, ajuizada por Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, em face de Itas Brasil Paisagismo Ltda (CNPJ: 11.503.534/0001-57), foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, manifeste-se sobre o pedido de desconsideração da personalidade jurídica da empresa Itas Brasil Paisagismo Ltda (CNPJ: 11.503.534/0001-57), requerendo as provas cabíveis. Estando o requerido em lugar ignorado, expede-se edital, o qual será afixado e publicado na forma da lei. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito, nos moldes do artigo 257, IV do CPC. SP, 25/03/2020. 29 e 30 / 04 / 2020

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1130740-93.2018.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 31ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Gerentes Sales Corrêa (CPF: 414.587.798-58), que Omni Banco S/A (atual razão social do Banco Peculnia S/A) lhe ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 97.058,42 (dezembro de 2018), decorrente do Contrato de Financiamento nº 1000331453. Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, o requerido será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. 29 e 30 / 04 / 2020

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1099508-34.2016.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 12ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Daniel Serpertino, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) EDVANDRO EUCLIDES DE BARROS, Brasileiro, Solteiro, Diretor de Empresas, RG 30.505.767-4, CPF 285.108.858-00; BARROS ESCOLA DE IDIOMAS LTDA - ME, CNPJ 15.738.623/0001-33; e a DARCI FERREIRA DE BARROS, Brasileiro, EMPRESARIO(A), RG 36.711.888-9, CPF 369.555.079-15, que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de Editora Cna Cultural Norte Americano S/A, objetivando o recebimento da quantia de R$ 62.069,45 (setembro de 2016), decorrente do Contrato de Franquia, para Implantação e Operação de Escola de Idiomas. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague(m) o débito atualizado, acrescida(s) dos honorários advocatícios no montante de 5% (cinco por cento) sobre o valor atualizado do débito, ocasião em que o réu ficará isento do pagamento das custas processuais, ou ofereça embargos, sob pena de converter-se o mandado inicial em mandado executivo. No caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 03 de abril de 2020. 29 e 30 / 04 / 2020

MPD Investimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ nº 12.284.450/0001-45

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Milhares de Reais)

Balanços Patrimoniais	2019	2018
Ativo/Circulante	55.995	51.464
Caixa e equivalentes de caixa	23.274	4.430
Contas a receber	4.071	4.547
Imóveis a comercializar	5.585	6.350
Partes relacionadas	18.004	31.557
Adiantamento a fornecedores	85	–
Impostos a recuperar	250	21
Despesas comerciais a apropriar	111	111
Outros créditos	4.615	4.448
Ativo/Não circulante	408.283	273.054
Realizável a longo prazo		
Contas a receber	13.527	18.851
Partes a receber	84.900	50.882
Tributos diferidos	1.508	–
Conta corrente sócios	88	–
	100.023	69.733
Investimentos	288.165	183.883
Propriedades para investimentos	17.941	19.438
Imobilizado	1.154	–
	308.260	203.321
Total do ativo	464.278	324.518

Balanços Patrimoniais	2019	2018
Passivo/Circulante	171.988	129.405
Fornecedores	212	527
Empréstimos e financiamentos	24.117	–
Obrigações tributárias	298	160
Impostos diferidos	271	324
Credores por imóveis compromissados	686	246
Partes relacionadas	80.925	79.939
Participação societária a pagar	–	46.862
Demais contas a pagar	65.489	1.347
Passivo/Não circulante	280.358	193.329
Empréstimos e financiamentos	122.219	–
Partes relacionadas	127.823	172.833
Credores por imóveis compromissados	7.907	2.098
Impostos diferidos	541	754
Provisão para demandas judiciais	315	–
Demais contas a pagar	21.551	7.644
Total do passivo	452.346	322.734
Patrimônio líquido	11.932	11.784
Capital social	3.306	30
Adiantamentos para futuro aumento de capital	5	3.150
Lucros acumulados	8.621	8.604
	11.919	11.788
Participação dos sócios não controladores	11	4
Total do passivo e do patrimônio líquido	464.278	324.518

Demonstração do Resultado do Exercício

	2019	2018
Receita líquida	7.840	5.243
Custos incorridos nas unidades vencidas	(4.414)	(2.750)
Lucro bruto	3.426	2.493
Receitas (despesas) operacionais:		
Gerais e administrativas	(1.894)	(2.317)
Comerciais	(1.505)	(1.263)
Resultado de equivalência patrimonial	45.886	12.870
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	120	2.468
	42.606	11.858
	46.032	14.351
Imposto de renda e contribuição social: Corrente	(636)	(596)
Diferido	1.636	114
	1.000	(482)
Lucro líquido do exercício	46.242	13.752
Atribuível a: Controladores	47.859	16.665
Não controladores	(1.617)	(3.913)
Lucro líquido do exercício	46.242	13.752

Demonstrações do Fluxos de Caixa

	2019	2018
Das atividades operacionais: Lucro antes do IR e da CS	47.242	17.227
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido gerado na atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	651	1.385
Despesas comerciais a apropriar	–	(111)
Resultado com equivalência patrimonial	(45.886)	(12.870)
Encargos financeiros	(23)	(46)
Provisão para distrato	–	(216)
PIS e COFINS diferidos	(1.610)	(202)
	375	5.132
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	5.800	6.366
Imóveis a comercializar	788	4.206
Conta corrente com parceiros nos empreendimentos	(88)	1
Impostos e contribuições a recuperar	(101)	96
Outros créditos e adiantamentos a fornecedores	(252)	(1.481)
Fornecedores	(315)	355
Obrigações tributárias	138	3
Credores por imóveis compromissados	7.593	(529)
Demais contas a pagar	31.496	35.061
	45.434	49.210
Imposto de renda e contribuição social pagos	(636)	(596)
Caixa líquido gerado nas (utilizado) atividades operacionais	44.798	48.614
Das atividades de investimento		
Adições do ativo imobilizado e do ativo intangível	(1.805)	(1.256)
Propriedade para investimentos	1.497	(2.414)
Aportes de capital, líquido das SCPs	(59.397)	(16.642)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento	(59.705)	(20.312)
Das atividades de financiamento		
Ingressos de financiamentos, líquido dos pagamentos	146.336	–
AFAC	131	3.150
Partes relacionadas	(112.348)	(82.164)
Participação de minoritários	(568)	(87)
Caixa líquido gerado pelas (utilizados) atividades de financiamento	33.751	(29.101)
Aumento (redução) de caixa e equivalência de caixa	18.844	(799)
Caixa e equivalentes de caixa: No início do exercício	4.430	5.229
No final do exercício	23.274	4.430
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	18.844	(799)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	AFAC	Lucros acumulados	Total
Em 31/12/2018	30	3.150	8.604	11.784
AFAC	3.145 (3.145)	–	–	–
Aumento de capital social	131	–	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	47.859	47.859
Distribuição de lucros	–	–	(47.840)	(47.840)
Em 31/12/2019	3.306	5	8.621	11.932

Demonstração do Resultado do Exercício

	2019	2018
Receita líquida	12.354	8.003
Custos incorridos nas unidades vencidas	(4.414)	(2.750)
Lucro bruto	7.940	5.253
Receitas (despesas) operacionais:		
Gerais e administrativas	(1.894)	(2.317)
Comerciais	(1.505)	(1.263)
Resultado de equivalência patrimonial	45.886	12.870
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	120	2.468
	42.606	11.858
	50.546	17.111
Despesas financeiras	(4.594)	(170)
Receita financeira	1.290	286
	(3.304)	116
Lucro antes do IR e da CS	47.242	17.227
Imposto de renda e contribuição social: Corrente	(636)	(596)
Diferido	1.636	114
	1.000	(482)
Lucro líquido do exercício	48.242	16.745
Atribuível a: Controladores	47.859	16.665
Não controladores	(1.617)	(3.913)
Lucro líquido do exercício	46.242	16.745

Administração: Mauro Piccolotto Dottori - Presidente

Marcelo Oliveira Pericinoto - CRC nº 1SP224311/O-5

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente apresentado sem modificação e emitido pela BDO RCS Auditores Independentes SS, encontram-se à disposição na sede da Companhia.

MPD Engenharia Ltda.

CNPJ nº 50.765.288/0001-63

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Milhares de Reais)

Balanços Patrimoniais	2019	2018
Ativo/Circulante	190.627	169.819
Caixa e equivalentes de caixa	74.529	62.156
Contas a receber	17.491	15.195
Partes relacionadas	78.308	81.361
Operações de construção a receber	12.378	2.747
Adiantamentos a fornecedores	972	2.272
Tributos a recuperar	3.049	1.348
Outros créditos	3.900	4.733
Ativo/Não circulante	162.544	202.998
Realizável a longo prazo		
Partes relacionadas	131.934	178.838
Tributos diferidos	13.984	8.387
Depósitos judiciais	637	837
	146.555	187.862
Investimentos	11.496	11.224
Imobilizado	3.147	3.234
Intangível	1.346	678
Total do ativo	353.171	372.814
Passivo/Circulante	68.479	68.524
Fornecedores	11.951	13.698
Obrigações trabalhistas	8.245	6.229
Obrigações tributárias	3.470	2.152
Tributos diferidos	195	1.192
Operações de construção a pagar	13.132	9.888
Adiantamento de clientes	10.832	18.239
Partes relacionadas	14.715	12.280
Contas a pagar	5.938	4.788
Passivo/Não circulante	27.436	21.992
Provisão para garantia	16.330	15.589
Provisão para demandas judiciais	11.106	6.403
	27.436	21.992
Total do passivo	95.914	90.516
Patrimônio líquido	257.257	282.298
Capital social	100.000	40.000
Lucros acumulados	157.257	242.298
Patrimônio líquido do controlador	257.257	282.298
Total do passivo e patrimônio líquido	353.171	372.814

Demonstração do Resultado do Exercício

	2019	2018
Receita líquida	178.799	188.427
Custo incorrido nas unidades vendidas e nos serviços prestados	(147.814)	(143.387)
Lucro bruto	30.985	45.040
Receitas e despesas operacionais:		
Despesas gerais e administrativas	(29.551)	(23.209)
Despesas comerciais	(789)	(758)
Despesas tributárias	(43)	(84)
Resultado da equivalência patrimonial	45.529	15.547
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(8.676)	127
	6.470	(8.377)
Lucro antes do resultado financeiro	37.455	36.663
Despesas financeiras	(125)	(133)
Receita financeira	2.078	1.825
	1.953	1.692
Lucro antes dos tributos sobre os lucros	39.408	38.355
Tributos sobre os lucros	3.274	(6.092)
Lucro líquido do exercício	42.682	32.263

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Atribuível aos acionistas da controladora		
	Capital social	Lucros acumulados	Total
Em 31/12/2018	40.000	242.298	282.298
Lucro líquido do exercício	–	42.682	42.682
Lucros distribuídos	60.000	(127.719)	(67.719)
Em 31/12/2019	100.000	157.257	257.257

Administração

Mauro Piccolotto Dottori

Presidente

Contador

Marcelo Oliveira Pericinoto

CRC nº 1SP224311/O-5

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente apresentado sem modificação e emitido pela BDO RCS Auditores Independentes SS, encontram-se à disposição na sede da Companhia.

Demonstração do Fluxo de Caixa

	2019	2018
Das atividades operacionais:		
Lucro antes do IR e da CS	39.406	38.355
Ajustes para reconciliar o lucro líquido:		
Depreciação e amortização	815,00	802
Despesas comerciais a apropriar	–	7
Resultado com equivalência patrimonial	(45.529)	(15.547)
Provisão para demandas judiciais	4.703	(1.313)
Provisão para garantias	741	(975)
Imposto e contribuições diferidos	(997)	1.192
	(861)	**22.521**
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber	(2.292)	7.767
Impostos e contribuições a recuperar	(419)	30
Outros créditos	835	(3.191)
Conta corrente com parceiros nos empreendimentos	(6.387)	8.196
Adiantamento a fornecedores	1.300	(1.042)
Fornecedores	(1.747)	129
Obrigações trabalhistas	2.106	9
Obrigações tributárias	1.318	35
Adiantamentos de clientes	(7.467)	(12.439)
Contas a pagar	1.150	(39)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades	(12.554)	(21.936)
Impostos de renda e contribuição social pagos	(3.820)	(4.920)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	**(16.159)**	**17.016**
Das atividades de investimentos:		
No ativo imobilizado e intangível	(1.396)	(314)
Aportes e redução de capital, líquidos	45.257	12.369
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento	**43.861**	**11.955**
Das atividades de financiamento:		
Partes relacionadas	(15.329)	(7.569)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	**(15.329)**	**(7.569)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**12.373**	**21.402**
Caixa e equivalentes de caixa: No início do exercício	62.156	40.754
No final do exercício	74.529	62.156
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**12.373**	**21.402**

3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A.

CNPJ/MF nº 08.145.855/0001-12

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços Patrimoniais	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	2.001	1.754	6.269	6.877
Contas a receber de clientes	39	198	214.905	202.879
Imóveis a comercializar	-	-	288.383	352.779
Adiantamento a fornecedor	70	15	99	53
Despesas antecipadas	-	2	41	25
Impostos e contribuições a recuperar	2.288	2.089	2.884	2.827
Outros ativos	181	15.132	20.521	39.300
Total do ativo circulante	**4.579**	**19.190**	**533.082**	**604.740**
Ativo não circulante				
Contas a receber de clientes	-	-	3.749	12.147
Partes relacionadas	10.956	9.409	5.363	27.662
Depósito judicial	109	199	4.612	1.865
Outros ativos	64.430	36.061	64.430	36.544
Investimentos	655.697	644.247	69.241	63.116
Imobilizado	2.026	76	2.706	119
Intangível	447	632	447	632
Total do ativo não circulante	**733.665**	**690.624**	**150.547**	**142.075**
Total do ativo	**738.244**	**709.814**	**683.629**	**746.815**
	Controladora		**Consolidado**	
Passivo e Patrimônio Líquido	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
Passivo circulante				
Fornecedores	441	681	6.181	7.243
Obrigações pela compra de terrenos	-	-	31.408	31.046
Impostos e contribuições a recolher	101	134	985	2.163
Provisão para distrato	-	-	9.139	15.249
Salários e encargos a pagar	1.887	1.591	1.897	1.602
Outros passivos	209.146	142.089	65.989	51.601
Total do passivo circulante	**211.575**	**144.495**	**115.599**	**108.904**
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos LP	132.370	132.549	132.370	132.549
Partes relacionadas	398.793	367.739	381.796	373.600
Tributos diferidos	-	-	15.178	11.197
Provisão para contingências	433	2.454	41.217	62.893
Passivo a descoberto	17.039	19.715	-	2.884
Provisão para garantia	-	-	17.535	13.770
Outros passivos	1.620	-	2.202	-
Total do passivo não circulante	**550.255**	**522.457**	**590.298**	**596.893**
Capital social	360.091	112.000	360.091	112.000
Adiantamento futuro aumento capital	12.570	248.160	12.570	248.160
Prejuízos acumulados	(396.247)	(317.298)	(396.247)	(317.298)
Patrimônio líquido negativo atribuível a acionistas da controladora	**(23.586)**	**42.862**	**(23.586)**	**42.862**
Participações de não controladores	-	-	1.318	(1.844)
Total Patrimônio líquido negativo	**(23.586)**	**42.862**	**(22.268)**	**41.018**
Total do passivo e patrimônio negativo	**738.244**	**709.814**	**683.629**	**746.815**

Demonstrações do Resultado	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Receita operacional líquida	12.298	13.997	72.321	50.768
Custo líquido	24	17	(70.599)	34.879
Prejuízo bruto	**12.282**	**14.014**	**1.722**	**85.647**
Receitas(Despesas) operacionais				
Com vendas	(1.310)	(798)	(1.567)	(3.341)
Gerais e administrativas	(16.399)	(31.378)	(37.281)	(42.012)
Resultado de equivalência patrimonial	(32.878)	66.115	(4.976)	2.059
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	66	302	3.924	3.300
	(50.521)	**34.241**	**(39.900)**	**(39.994)**
Prejuízo antes das receitas e despesas financeiras	**(38.239)**	**48.255**	**(38.178)**	**45.653**
Resultado financeiro				
Despesas financeiras	(40.864)	(56.251)	(40.042)	(50.945)
Receitas financeiras	124	327	2.622	1.748
	(40.740)	**(55.924)**	**(37.420)**	**(49.197)**
Prejuízo antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social	**(78.979)**	**(7.669)**	**(75.598)**	**(3.544)**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-	(1.838)	(2.775)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	30	-	(1.536)	(2.528)
	30	**-**	**(3.374)**	**(5.303)**
Prejuízo do exercício	**(78.949)**	**(7.669)**	**(78.972)**	**(8.847)**
Atribuível aos:				
Acionistas controladores	-	-	(78.949)	(7.669)
Participações de não controladores	-	-	(23)	(1.178)
Prejuízo líquido do exercício	**(78.949)**	**(7.669)**	**(78.972)**	**(8.847)**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**112.000**	**-**	**223.160**	**(309.629)**	**25.531**	**(4.977)**	**20.554**
Prejuízo do exercício	-	-	(7.669)	(7.669)	(1.178)	(8.847)
Adiantamento futuro aumento de capital	-	25.000	-	25.000	-	25.000
Outras transações com não controladores	-	-	-	-	4.311	4.311
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**112.000**	**-**	**248.160**	**(317.298)**	**42.862**	**(1.844)**	**41.018**
Prejuízo do exercício	-	-	-	(78.949)	(78.949)	(23)	(78.972)
Adiantamento futuro aumento de capital	-	12.501	-	-	12.501	-	12.501
Integralização de capital	248.091	(248.091)	-	-	-	-	-
Outras transações com não controladores	-	-	-	-	-	3.185	3.185
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**360.091**	**-**	**12.570**	**(396.247)**	**(23.586)**	**1.318**	**(22.268)**

Demonstrações do Fluxos de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Prejuízo antes dos impostos	**(78.949)**	**(7.669)**	**(78.972)**	**(3.544)**
Depreciação	315	48	374	98
Amortização	212	217	1.863	1.786
Valor residual de intangíveis baixados	2	-	42	80
Equivalência patrimonial	32.878	(66.115)	4.976	(2.059)
Baixa de investimentos	-	25	-	80
Imposto diferido	-	-	3.981	-
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	-	-	84	(4.539)
(Reversão) Constituição provisão para garantia	-	-	3.765	1.517
Constituição provisão para contingências	(2.021)	285	(21.676)	19.492
(Reversão) Constituição provisão para distrato	-	(24)	(6.110)	(21.589)
Constituição provisão custo ou mercado imóveis a comercializar	-	-	(2.175)	-
Constituição (Reversão) provisão juros	7.873	2.548	7.873	2.549
(Aumento) Redução nos ativos operacionais				
Contas a receber de clientes	159	1	(3.712)	40.285
Adiantamento a fornecedores	(55)	4	(46)	268
Imóveis a comercializar	-	-	66.571	(33.268)
Despesas antecipadas	2	(1)	4	462
Depósito judicial	90	-	(2.747)	(1.556)
Impostos a recuperar	(199)	(345)	(57)	(734)
Outros ativos	(13.418)	(15.241)	(9.107)	(65.955)
Partes relacionadas	(1.547)	(10.589)	22.300	(22.302)
Aumento (Redução) nos passivos operacionais				
Obrigações pela compra de terrenos	-	-	362	(13.318)
Fornecedores	(240)	241	(1.062)	(10.732)
Adiantamento a clientes	-	-	12.434	-
Impostos e contribuições a recolher	(33)	-	(1.178)	(15.133)
Partes relacionadas a pagar	31.054	(17.342)	8.196	-
Salários e encargos a pagar	296	70	295	68
Pagamento de juros de empréstimos	(8.052)	-	(8.052)	-
Outros passivos	66.450	113.046	13.618	(1.272)
Caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais	**34.817**	**(8.359)**	**(2.268)**	**(118.476)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:				
Aquisição do imobilizado e intangível	(67)	(2)	(41)	(2)
Aumento participação investimento	(47.004)	-	(13.985)	(971)
Caixa e equivalentes de caixa aplicado nas atividades de investimento	(47.071)	(2)	(14.026)	(973)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e multas	- 130.000	-	-	189.914
Integralização de capital	12.501	(119.082)	12.501	25.000
Pagamento de principal de mútuo	-	-	-	-
Participação de não controladores	-	(6.009)	3.185	-
Pagamentos de principal e juros (empréstimos)	-	(125.000)	-	(224.540)
Caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades de financiamento	**12.501**	**(120.091)**	**15.686**	**(9.626)**
Aumento(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	247 (128.451)		(608) (129.075)	
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	1.754	130.205	6.877	135.952
No final do exercício	2001	1.754	6.269	6.877
Aumento(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**247 (128.451)**		**(608) (129.075)**	

1. Contexto operacional - A 3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A., pertencente ao Grupo NC, anteriormente denominada como ACS Incorporação S.A. ("Companhia"), foi constituída em 11 de maio de 2006 na forma de sociedade anônima de capital fechado, sediada na Avenida José de Souza Campos, 753, Município de Campinas, no Estado de São Paulo, e tem como objetivo e como atividade preponderante a compra e venda de terreno, desmembramento e loteamento de terrenos, incorporações imobiliárias, construções de imóveis destinados à venda, e a prestação de serviços de consultorias em assuntos relativos ao mercado imobiliário, pesquisa, laudo, beneficiamento e comércio de minerais, especialmente argilas, areias, pedras, pedregulhos e cerâmicas, participar como sócia quotista em outras sociedades, e exercer atividade de caráter administrativo. A Companhia participa nas seguintes controladas e coligadas:

Controlada e coligada	Participação %
3Z Alpha Empreendimentos Imobiliários Ltda.	50%
3Z Andrade Empreendimentos Imobiliários Ltda.	50%
3Z Araca Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100%
3Z Barão Geraldo Empreendimentos Imobiliários Ltda.	98%
3Z Beta Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100%
3Z Carnauba Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100%
3Z Corretora de Imóveis Ltda.	100%
3Z Delta Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100%
3Z Espaço Jardins Empreendimentos Imobiliários SPE I Ltda.	100%
3Z Franz Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100%
3Z Gama Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100%
3Z Ipanema Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100%
3Z Jaborandi Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100%
3Z Jacaranda Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100%
3Z Jaguariúna Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100%
3Z Jatobá Empreendimentos Imobiliários Ltda.	98%
3Z Jequitiba Empreendimentos Imobiliários Ltda.	70%
3Z Lambda Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99%
3Z Lotus Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	100%
3Z Omega Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100%
3Z Omicron Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100%
3Z Paris Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99%
3Z Pitangueiras Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100%
3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A.	100%
3Z Santa Clara Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99%
3Z Sigma Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99%
3Z Sumaré Empreendimentos Imobiliários Ltda.	98%
3Z Tokio Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99%
3Z Tucuma Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100%
3Z Urbanismo I Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100%
3Z Inga Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100%
3Z Manacá Empreendimentos Imobiliários Ltda.	90%
BNI ACS Lotus Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	70%
Boulevard Viva Vista SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	44%
Ferreira De Araujo Empreendimento Imobiliário Ltda.	25%
ICS Engenharia, Arquitetura E Construções Ltda.	100%
Reserva das Araucárias Empreendimentos Imobiliários Ltda. - ME	60%
Roberto Marinho Empreendimento Imobiliário Ltda.	60%
Valimog Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100%
Viva Vista Alameda SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99%
Viva Vista Araucária SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100%
Viva Vista Aroma SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	98%
Viva Vista Bosque SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100%
Viva Vista Brisa SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100%
Viva Vista Cerrado SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99%
Viva Vista Colina SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99%
Viva Vista Encanto SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	97%
Viva Vista Esplanada SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99%
Viva Vista Harmonia SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	98%
Viva Vista Horizonte SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	92%
Viva Vista Mirante SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	98%
Viva Vista Paisagem SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	90%
Viva Vista Panorama SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99%
Viva Vista Passeio SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	98%
Viva Vista Plaza SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99%
Viva Vista Pomar SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100%
Viva Vista Recanto SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100%
Viva Vista Sol SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100%
Viva Vista Vereda SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	98%

2. Políticas contábeis adotadas - 2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis 2.1.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM, que incorporam as normas introduzidas pelos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia, com base no § 6º, do artigo 177 da Lei nº 6.404/76 está adotando o ofício circular e, portanto, está observando integralmente as interpretações, orientações e normas contábeis emitidas pela CVM para fins de elaboração de suas demonstrações contábeis, com exceção à divulgação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) aplicável somente para as companhias abertas de acordo com a NBC TG 09 - Demonstrações do Valor Adicionado. As demonstrações contábeis da Companhia foram aprovadas na reunião da Diretoria, realizada em 30 de março de 2020, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que tiveram impactos sobre as referidas demonstrações contábeis. **2.1.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito no resumo das principais práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a moeda funcional). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação. **2.2. Base de consolidação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e refletem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas, consistentes com as práticas contábeis descritas na nota nº 2. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, de maneira a auferir benefícios de suas atividades. Nos casos aplicáveis, a existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla, ou não, outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa. As controladas foram consolidadas integralmente, com o respectivo cálculo da participação dos acionistas não controladores, incluindo as contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza de cada conta, complementada com as eliminações de: (a) saldos de investimentos e do patrimônio líquido; (b) saldos de contas correntes e outros saldos integrantes do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; (c) receitas e despesas, bem como lucros não realizados, quando aplicável, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas. **2.3. Principais práticas contábeis: a) Apuração e apropriação de resultado de incorporação e loteamento: (i)** Nas vendas a prazo de unidade concluída no momento em que a venda é efetivada, independente do prazo de recebimento do valor contratual; e **(ii)** Nas vendas de unidades não concluídas sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento manifestado pela CVM no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15), a saber: As receitas de venda e/ou prestação de serviços de unidades não concluídas devem ser reconhecidas ao longo do tempo, quando o ativo gerado não apresentar uso alternativo para a Companhia e quando a Companhia tiver o direito executável de receber pelo desempenho efetuado até a data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios, a qual, no período da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). **i) Instrumentos financeiros:** Os ativos e os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias, para nos casos aplicáveis: (1) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (2) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (3) ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados. **1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para este fim, principalmente, no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os ganhos e perdas decorrentes das perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas "Receita financeira" ou "Despesas financeiras". **2) Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem keptos até data de vencimento, e são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais. **3) Ativos financeiros disponíveis para venda:** Quando aplicável, são incluídos nessa categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas em mercados ativos ou não cotadas em mercados ativos, mas que possam ser seus valores justos mensurados com confiabilidade. **i) Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais futuros, as taxas de juros explícitas e implícitas, tomando-se como base as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes às dos respectivos ativos e passivos. Subsequentemente, esses efeitos são reclassificados nas linhas de receita ou despesas financeiras, no resultado, por meio da utilização da taxa de desconto considerada e do método do custo amortizado. **k) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, os correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando o prazo de realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **l) Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC nº 03 "Demonstração dos Fluxos de Caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **2.4. Principais julgamentos e estimativas contábeis:** Na aplicação das práticas contábeis descritas na nota nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas aquele período ou períodos posteriores, caso a revisão afete tanto o período presente como períodos futuros. A seguir, são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis: **a) Provisões para contingências:** A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota nº 17. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e seu relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes onde uma provisão deve ser constituída quando: (a) A entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formulada) como resultado de evento passado; (b) Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; (c) Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. **b) Perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa:** É constituída quando existe expectativa de que o crédito não será realizado. A constituição é realizada com base em política interna, a qual leva em consideração os títulos do contas a receber vencidos há mais de 120 dias, conforme demonstrado na nota nº 4. Diante desta análise, foram feitas provisões sobre a base o valor da tabela de vendas, e sobre tal valor aplicar a taxa de desconto praticada pelo Departamento Comercial, a taxa média das comissões e alíquotas de impostos de acordo com o período de liquidação. Com base em tal cálculo, teremos o valor realizável líquido. Com base nas informações obtidas com a aplicação das regras, deve-se avaliar os valores em aberto por cliente vezes o valor líquido realizável. Se o valor líquido realizável for superior ao valor em aberto no contas a receber do cliente, não é necessário constituir provisão, caso o valor seja inferior, a diferença de valor deverá ser provisionada. **c) Provisão para distratos:** As provisões para distrato foram constituídas por deliberação da administração, conforme nota nº 15, onde classifica os contratos em aberto há mais de 120 dias na carteira **circulantes e não circulantes**. Um valor líquido realizável é estimado, calcula-se um percentual do valor recebido da unidade distratada, ao cliente em questão, onde o percentual de devolução é avaliado trimestralmente, de acordo com a base histórica praticada pela 3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A. **d) Provisão para garantia:** As provisões para garantia são calculadas utilizando o percentual de 3% sobre o valor das vendas, considerando o período de 5 anos após a entrega da obra constituída, como descrito na nota nº 18. O percentual utilizado foi calculado com base na prática adotada atualmente pelo mercado. **e) Provisão de custo ao mercado:** A provisão de custo ao mercado consiste quando o ativo está desvalorizado e seu valor contábil excede seu valor recuperável (venda). Sendo assim, o valor dos estoques deve ser registrado contabilmente pelo menor valor entre o custo e o preço de venda. O cálculo da provisão consiste em avaliar o valor médio de venda por unidade, considerando as dez últimas vendas do empreendimento em questão, com o valor de venda realizável, comparando com o saldo de imóveis a comercializar registrado no ativo, onde diante deste cenário, a provisão é constituída quando o saldo de imóveis a comercializar registrado na contabilidade é maior que o valor de venda realizável. Caso contrário, a provisão não é constituída. **2.5. Novas normas contábeis - Novas e alterações/atualizações ocorridas - Normas e interpretações novas e revisadas, já emitidas e adotadas:**

Norma	Descrição	Vigência a partir de:
CPC 06 (R2) - Arrendamento Mercantil	Correlação as normas internacionais de contabilidade - IFRS 16. Refere-se à definição de a orientação do contrato de arrendamento previsto na IAS17.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º/01/2019
ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro	Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IFRIC 23. A Companhia não identificou impactos relacionados incerteza no imposto de renda e contribuição social ativos	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º/01/2019.
IFRS 10 e IAS 28	Mensuração a valor justo de coligadas e empreendimento controlado em conjunto.	A ser determinado.

CPC 06/IFRS 16 *Leases* **(Arrendamento Mercantil):** A Companhia adotou inicialmente o CPC 06/IFRS 16 *Leases* (Arrendamento Mercantil), a partir de 1º/01/2019, usando o método de efeito acumulado, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º/01/2019). Como resultado, a Companhia não aplicou os requerimentos do CPC 06 (IFRS 16) ao período comparativo apresentado. A aplicação dos requerimentos do CPC 06/IFRS 16 *Leases* (Arrendamento Mercantil) resultou em ajuste de R$ 31.408 para os ativos de direito de uso no valor de R$ 2.972, de passivos de arrendamento de R$ 2.972. Os valores do passivo de arrendamento estão apresentados pelo valor presente dos pagamentos descontados a valor presente pela taxa incremental dos contratos de empréstimos. A taxa média de desconto na adoção inicial foi 9,98% a.a. Os saldos de ativos e passivos estavam iguais no momento da adoção da adoção, não houve impactos no saldo acumulado. **Definição de arrendamento:** Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03 - IFRIC 4 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento, descrita na nota nº 10. Na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos sob o IAS 17 e ICPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16. Por tanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2)/IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º/01/2019. **(i) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)/IAS 17:** Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17. Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados a taxa de juros marginal incremental da Companhia em 1º/01/2019. Os ativos de direito de uso são mensurados: Pelo seu valor contábil como se o CPC 06(R2)/IFRS 16 tivesse sido aplicado desde a data de início, porém descontado pela taxa incremental do tomador da Companhia na data da aplicação inicial: a Companhia aplicou essa abordagem ao seu maior arrendamento imobiliário; ou Por um valor igual ao passivo de arrendamento ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Companhia aplicou essa abordagem a todos os outros arrendamentos mercantis. A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à redução ao valor recuperável na data da transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável. A Companhia utilizou os expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17. Em particular: Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerrasse em 1º/01/2019 ou em data da aplicação inicial; Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI); Excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento. **2.6. Gestão de riscos e instrumentos financeiros: a) Considerações gerais e políticas:** A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades específicas, e mantêm controles contratados aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos. A classificação depende da finalidade para qual foram adquiridos. A Administração determina sua classificação no seu reconhecimento inicial. A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia. A companhia reconhece recebíveis inicialmente na data em que são originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. **Caixa e equivalentes de caixa:** Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados nas obrigações de curto prazo. **Aplicações financeiras:** Da conta corrente e Política de Aplicações Financeiras estabelecida, a Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, segurando avaliação do risco de crédito das contrapartes em questão, percentual máximo de exposição por instituição de acordo com o *rating* e percentual máximo do patrimônio líquido do banco. **Ativos financeiros a custo amortizado:** São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. Os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias: **Outros passivos financeiros:** São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estiverem em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são registrados com base nos juros contratuais de cada operação, conforme demonstrado na nota nº 11. **b) Gestão de risco financeiro: Fatores de risco financeiro:** As atividades da companhia o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco de taxa de juros e risco de preço), risco de crédito, risco de liquidez e risco de capital. A Companhia e suas controladas elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, segurando avaliação do risco de crédito das contrapartes em questão, percentual máximo de exposição por instituição de acordo com o *rating* e percentual máximo do patrimônio líquido do banco. **Ativos financeiros a custo amortizado:** São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. Os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias: **Outros passivos financeiros:** São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estiverem em aberto, utilizando o método da taxa efetiva

PARTICIPAÇÕES MORRO VERMELHO S.A.

CNPJ nº 03.987.192/0001-60

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 29 de abril de 2020

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL Levantado em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

Ativo	31.12.2019	31.12.2018
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	40.225	33.416
Contas a receber	213	213
Dividendos a receber	1.627	22.883
Impostos a recuperar	15.799	14.658
Partes relacionadas	2.843	2.843
Outros créditos	2.591	3.333
Total do ativo circulante	63.298	77.346
Ativo Não Circulante		
Investimentos	5.074.080	5.875.614
Propriedades para investimentos	15.687	16.815
Direito de uso em arrendamento mercantil	446	–
Imobilizado e intangível	863	1.054
Total do ativo não circulante	5.091.076	5.893.483
Total do Ativo	5.154.374	5.970.829

Passivo e Patrimônio Líquido	31.12.2019	31.12.2018
Passivo Circulante		
Fornecedores e contas a pagar	458	604
Impostos e obrigações a recolher	9.031	56
Juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar	42.675	63.581
Obrigações de arrendamento mercantil	173	–
Salários e encargos a pagar	672	2.291
Total do passivo circulante	53.009	66.532
Passivo Não Circulante		
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	3.627	94
Partes relacionadas	1.200	1.200
Obrigações de arrendamento mercantil	289	–
Total do passivo não circulante	5.116	1.294
Patrimônio Líquido		
Capital social	5.245.794	5.245.794
Reservas de lucros	788.530	932.178
Ajustes de avaliação patrimonial	(938.075)	(274.969)
Total do patrimônio líquido	5.096.249	5.903.003
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	5.154.374	5.970.829

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

	31.12.2019	31.12.2018 (Reapresentado)
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(34.262)	(2.074.345)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	240	810
Amortização de direito de uso em arrendamento	167	–
Resultado da equivalência patrimonial	31.773	2.072.936
Constituição (reversão) de provisões, líquidas	1.789	385
Ganho na alienação do ativo imobilizado e das propriedades para investimento	(11.273)	–
Receita e despesas financeiras, líquidas	(659)	(1.076)
Perda na alienação de investimento	–	(8.767)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Contas a receber	–	326
Impostos a recuperar	251	1.218
Outros créditos	(1.301)	14
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores e contas a pagar	(146)	(296)
Salários e encargos a pagar	125	20
Impostos e obrigações a recolher	17	7
	(13.279)	(8.768)
Juros sobre o capital próprio e dividendos recebidos	33.209	39.437
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	19.930	30.669
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Recebimento pela venda de propriedade para investimento	12.350	–
Aumento (redução) de investimento	93.856	12.560
Recebimento pela venda de participação societária	2.207	1.940
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	108.413	14.500
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(121.347)	(27.268)
Pagamentos de obrigações de arrendamento mercantil	(187)	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(121.534)	(27.268)
Aumento do Saldo de Caixa e Equivalente de Caixa	6.809	17.901
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	33.416	15.515
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício	40.225	33.416

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto o valor por ação)

	Capital Social	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Recompra de ações	Reserva de lucros: Transações com sócios	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros ou Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	5.245.794	284.202	2.140.688	78.363	(500.585)	–	7.248.462
Resultados abrangentes do exercício	–	–	–	–	(281.274)	(2.074.345)	(2.355.619)
Adoção do CPC 47 - receita da apropriação imobiliária HM	–	–	173.584	–	–	–	173.584
Adoção do CPC 42/IAS 29 - economia hiperinflacionária	–	–	–	–	506.890	–	506.890
Transação de capital com sócios	–	–	–	347.365	–	3.227	350.592
Destinação:							
Distribuição de dividendos (R$ 3,98 por ação)	–	–	(20.906)	–	–	–	(20.906)
Absorção de prejuízos acumulados com reserva de lucros	–	–	(1.646.390)	(425.728)	–	2.071.118	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	5.245.794	284.202	647.976	–	(274.969)	–	5.903.003
Resultados abrangentes do exercício	–	–	–	–	(1.054.706)	(43.221)	(1.097.927)
CPC 42/IAS 29 - economia hiperinflacionária	–	–	–	–	391.600	–	391.600
Transação de capital com sócios	–	–	–	14	–	–	14
Destinação:							
Distribuição de dividendos (R$ 19,09 por ação)	–	–	(100.441)	–	–	–	(100.441)
Absorção de prejuízos acumulados com reserva de lucros	–	–	(43.207)	(14)	–	43.221	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	5.245.794	284.202	504.328	–	(938.075)	–	5.096.249

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto o valor por ação)

	31.12.2019	31.12.2018 (Reapresentado)
Receitas		
Resultado de equivalência patrimonial	(31.773)	(2.072.936)
Aluguéis	12	770
	(31.761)	(2.072.166)
Receitas (Despesas) Operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(17.142)	(13.772)
Outras receitas e (despesas líquidas)	11.501	9.063
Prejuízo Operacional Antes do Resultado Financeiro	(37.402)	(2.076.875)
Resultado Financeiro		
Receitas financeiras, líquidas	3.727	3.095
Despesas financeiras	(587)	(565)
	3.140	2.530
Prejuízo Operacional Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(34.262)	(2.074.345)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(8.959)	–
Prejuízo Líquido do Exercício	(43.221)	(2.074.345)
Prejuízo por Ação - Básico e Diluído por Ação - R$	(8,21)	(394,14)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

	31.12.2019	31.12.2018 (Reapresentado)
Prejuízo Líquido do Exercício	(43.221)	(2.074.345)
Item que não será reclassificado subsequentemente para o resultado:		
Entidade de previdência privada	6.420	(19.895)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:		
Ajustes de variação cambial de investimentos no exterior	(1.073.509)	(301.815)
Adoção do CPC 42/IAS 29 - economia hiperinflacionária	391.600	506.890
Resultado com instrumentos financeiros	12.197	40.232
Efeitos fiscais sobre instrumentos financeiros e outros	186	204
Total dos efeitos de investidas	(663.106)	225.616
Resultado Abrangente Total do Exercício	(706.327)	(1.848.729)

A DIRETORIA

NELSON NÓBREGA DA COSTA - Contador - CRC 1 SP 202165/O-9

As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, estão à disposição na sede da Companhia

R.C.A.B.O.N. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 09.594.448/0001-55

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 29 de abril de 2020

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL Levantado em 31 de Dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

Ativo	31.12.2019	31.12.2018
Não Circulante		
Investimentos:		
Participação em sociedade investida	566.111	655.729
Total do Ativo	566.111	655.729

Patrimônio Líquido	31.12.2019	31.12.2018
Capital social	582.725	582.725
Ajustes de avaliação patrimonial	(101.722)	(28.062)
Reservas de lucros	85.108	101.066
Total do Patrimônio Líquido	566.111	655.729
Total do Patrimônio Líquido	566.111	655.729

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Estatutária	Reserva de lucros: Transações com Sócios	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	582.725	24.540	138.137	112.911	(53.125)	–	805.188
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(232.749)	(232.749)
Equivalência patrimonial em investida	–	–	–	–	(31.245)	–	(31.245)
Transação de capital com sócios	–	–	–	38.587	–	358	38.945
Adoção do CPC 47 - receita da apropriação imobiliária HM	–	–	19.282	–	–	–	19.282
Adoção do CPC 42/IAS 29 - economia hiperinflacionária	–	–	–	–	56.308	–	56.308
Destinação:							
Absorção do prejuízo do exercício com reserva de lucros	–	–	(80.893)	(151.498)	–	232.391	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	582.725	24.540	76.526	–	(28.062)	–	655.729
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(15.959)	(15.959)
Equivalência patrimonial em investida	–	–	–	–	(117.161)	–	(117.161)
Transação de capital com sócios	–	–	–	1	–	–	1
CPC 42/IAS 29 - economia hiperinflacionária	–	–	–	–	43.501	–	43.501
Destinação:							
Absorção do prejuízo do exercício com reserva de lucros	–	–	(15.958)	(1)	–	15.959	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	582.725	24.540	60.568	–	(101.722)	–	566.111

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

	31.12.2019	31.12.2018
Receitas (Despesas) Operacionais de Participações		
Resultado da equivalência patrimonial	(15.959)	(232.749)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

	31.12.2019	31.12.2018
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(15.959)	(232.749)
Ajuste ao lucro para apuração do resultado abrangente		
Efeito reflexo de investida	(73.660)	25.063
Resultado Abrangente Total	(89.619)	(207.686)

A DIRETORIA

NELSON NÓBREGA DA COSTA
Contador - CRC 1 SP 202165/O-9

R.C.A.B.P.N. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 09.594.459/0001-35

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 29 de abril de 2020

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL Levantado em 31 de Dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

Ativo	31.12.2019	31.12.2018
Não Circulante		
Investimentos:		
Participação em sociedade investida	1.130.776	1.309.782
Total do Ativo	1.130.776	1.309.782

Patrimônio Líquido	31.12.2019	31.12.2018
Capital social	1.163.959	1.163.959
Ajustes de avaliação patrimonial	(203.184)	(56.052)
Reservas de lucros	170.001	201.875
Total do Patrimônio Líquido	1.130.776	1.309.782
Total do Patrimônio Líquido	1.130.776	1.309.782

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Estatutária	Reserva de lucros: Transações com Sócios	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	1.163.959	49.014	275.925	225.533	(106.113)	–	1.608.318
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(464.903)	(464.903)
Equivalência patrimonial em investida	–	–	–	–	(62.410)	–	(62.410)
Transação de capital com sócios	–	–	–	77.075	–	716	77.791
Adoção do CPC 47 - receita da apropriação imobiliária HM	–	–	38.515	–	–	–	38.515
Adoção do CPC 42/IAS 29 - economia hiperinflacionaria	–	–	–	–	112.471	–	112.471
Destinação:							
Absorção do prejuízo do exercício com reserva de lucros	–	–	(161.579)	(302.608)	–	464.187	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	1.163.959	49.014	152.861	–	(56.052)	–	1.309.782
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(31.877)	(31.877)
Equivalência patrimonial em investida	–	–	–	–	(234.022)	–	(234.022)
Transação de capital com sócios	–	–	–	3	–	–	3
CPC 42/IAS 29 - economia hiperinflácionaria	–	–	–	–	86.890	–	86.890
Destinação:							
Absorção do prejuízo do exercício com reserva de lucros	–	–	(31.874)	(3)	–	31.877	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	1.163.959	49.014	120.987	–	(203.184)	–	1.130.776

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

	31.12.2019	31.12.2018
Receitas (Despesas) Operacionais de Participações		
Resultado da equivalência patrimonial	(31.877)	(464.903)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

	31.12.2019	31.12.2018
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(31.877)	(464.903)
Ajuste ao lucro para apuração do resultado abrangente		
Efeito reflexo de investida	(147.132)	50.061
Resultado Abrangente Total	(179.009)	(414.842)

A DIRETORIA

NELSON NÓBREGA DA COSTA
Contador - CRC 1 SP 202165/O-9

Ferramenta eletrônica ajuda mulheres vítimas de violência na pandemia

Mulheres vítimas de violência doméstica durante a pandemia do novo coronavírus ganharam um aliado para se defenderem e denunciarem as agressões que estejam sofrendo, sem despertar a atenção do agressor. Trata-se de uma assistente virtual que, por meio de um *chatbot*, que é programa de computador que tenta simular um ser humano na conversa com as pessoas, oferece uma forma silenciosa de as mulheres pedirem ajuda e de receberem orientações dentro de suas próprias casas.

A ferramenta resulta de parceria entre o Instituto Avon, a Uber e a agência de publicidade Wieden+Kennedy. De acordo com Mariana Borga, diretora de criação da agência, a assistente virtual foi criada com a ideia de ter uma identidade que pudesse "se camuflar entre os contatos da vítima e, ao mesmo tempo, transmitisse o papel acolhedor da iniciativa".

O número disponibilizado para ajudar mulheres de todo o país é o Whatsapp 11 – 944942415. Ali, após responder a algumas perguntas que identifiquem o grau de risco que ela corre, a vítima recebe o suporte apropriado. Segundo os parceiros, se houver necessidade de a pessoa agredida ir até um hospital, unidade de saúde, delegacia ou um centro de assistência social e psicológica e orientação jurídica em situação de violência, ela receberá um código que dará direito a uma viagem gratuita no aplicativo da Uber para esse deslocamento.

A diretora-geral da Uber para o Brasil, Claudia Woods, ressaltou em entrevista por e-mail à **Agência Brasil** que a empresa tem um compromisso público com o combate à violência contra a mulher e desde 2018 vem estabelecendo parcerias com diversas organizações que atuam nessa frente. Salientou que "o Instituto Avon vem como mais um aliado para não deixarmos essa questão de lado mesmo em meio a uma pandemia. Especialmente diante do crescimento da violência doméstica nesse contexto de isolamento social que estamos vivendo". Claudia Woods destacou que a ferramenta disponibilizada mostra como a tecnologia pode tratar questões relacionadas à segurança.

A diretora-geral da Uber para o Brasil destacou ainda que o serviço é gratuito e válido para todo o país. "Esperamos que ele chegue a quem mais precisa e auxilie as mulheres a pedirem ajuda e saírem de situações de violência". A Uber pretende continuar firmando parcerias e apoiando iniciativas como parte do seu compromisso de fornecer 10 milhões de viagens gratuitas para profissionais de saúde, idosos e pessoas necessitadas em todo o mundo, durante a pandemia do novo coronavírus. A ação lançada no Brasil é acompanhada por projetos em mais de 16 países que buscam ajudar vítimas de violência doméstica.

Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) divulgados este mês revelam que os atendimentos da Polícia Militar a mulheres vítimas de violência aumentaram 44,9% no estado de São Paulo no período de pandemia da covid-19, na comparação entre março de 2020 com o mesmo mês do ano passado. O total de socorros prestados evoluiu de 6.775 para 9.817. Da mesma forma, foi constatada expansão da quantidade de feminicídios, que passou no estado de 13 para 19 casos, alta de 46,2%. No Rio de Janeiro, a Justiça do Estado registrou aumento em torno de 50% dos casos de violência doméstica após o início da quarentena. (Agencia Brasil)

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1011196-48.2017.8.26.0100. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Exequente: BANCO SAFRA S/A. Executado: Kalico Moda Infantil Ltda – Epp e outros. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1011196-48.2017.8.26.0100. O Juiz de Direito da 45ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr. Guilherme Ferreira da Cruz, na forma da Lei, etc. FAZ SABER o KALICO MODA INFANTIL LTDA – EPP, CNPJ 09.813.986/0001-12, e LATIFE KARIM EL WARRAK, brasileira, empresária, inscrito no CPF/MF sob o n.º 068.520.527-45, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de BANCO SAFRA S/A. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para que no prazo de 03 (três) dias úteis, pagar a dívida no valor de R$ R$ 567.554,08, que deverá ser atualizada até a data do efetivo pagamento, acrescida dos honorários advocatícios da parte exequente arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do débito, conforme pedido inicial. Caso os executados efetuem o pagamento no prazo acima assinalado, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade (art. 827, § 1º, do CPC), os prazos fluirão após o decurso do prazo do presente edital. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 27 de abril de 2020. 30/04 e 01/05/2020

EDITAL DE INTIMAÇÃO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Processo Digital nº: 0016219-84.2020.8.26.0100. Classe: Assunto: Cumprimento de Sentença - Prestação de Serviços. Exequente: Fundação São Paulo. Executado: Mariana Almeida de Paula. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. - PROCESSO Nº 0016219-84.2020.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 33ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, D(a). Sergio da Costa Leite, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Mariana Almeida de Paula (CPF: 333.903.538-52), que o mandado monitório, expedido nos autos da ação Monitória, ajuizada por Fundação São Paulo, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, convertesse em mandado executivo, constituindose título executivo judicial da quantia de R$ 8.009,32 (março de 2020), Estando a executada em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, aos 17 de abril de 2020. 29 e 30 / 04 / 2020

7ª VARA CÍVEL DO FORO REGIONAL I - SANTANA

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0001528-71.2020.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 7ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, D(ra). Carina Bandeira Margardo Paes Leme, na forma da Lei, etc. ***FAZ SABER*** a(o) **KERIN IZZO**, CPF 282.745.078-00, que por este Juízo, tramita de uma ação de **Cumprimento de Sentença**, movida por **HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA JOANA S/A**. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua **INTIMAÇÃO** por **EDITAL**, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de **R$ 5.658,51 (01/01/2020)**, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 16 de março de 2020.

R.C.N.O.N. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 09.594.570/0001-21

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 29 de abril de 2020 **A Administração**

BALANÇO PATRIMONIAL Levantado em 31 de Dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

Ativo	31.12.2019	31.12.2018	Patrimônio Líquido	31.12.2019	31.12.2018
Não Circulante			Capital social	582.725	582.725
Investimentos:			Ajustes de avaliação patrimonial	(101.722)	(28.062)
Participação em sociedade investida	566.111	655.729	Reservas de lucros	85.108	101.066
			Total do Patrimônio Líquido	566.111	655.729
Total do Ativo	566.111	655.729	**Total do Patrimônio Líquido**	566.111	655.729

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

	31.12.2019	31.12.2018
Receitas (Despesas) Operacionais de Participações		
Resultado da equivalência patrimonial	(15.959)	(232.749)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Estatutária	Reserva de lucros: Transações com Sócios	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	582.725	24.540	138.137	112.911	(53.125)	–	805.188
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(232.749)	(232.749)
Equivalência patrimonial em investida	–	–	–	–	(31.245)	–	(31.245)
Transação de capital com sócios	–	–	–	38.587	–	358	38.945
Adoção do CPC 47 - receita da apropriação imobiliária HM	–	–	19.282	–	–	–	19.282
Adoção do CPC 42/IAS 29 - economia hiperinflacionária	–	–	–	–	56.308	–	56.308
Destinação:							
Absorção do prejuízo do exercício com reserva de lucros	–	–	(80.893)	(151.498)	–	232.391	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	582.725	24.540	76.526	–	(28.062)	–	655.729
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(15.959)	(15.959)
Equivalência patrimonial em investida	–	–	–	–	(117.161)	–	(117.161)
Transação de capital com sócios	–	–	–	1	–	–	1
CPC 42/IAS 29 - economia hiperinflacionária	–	–	–	–	43.501	–	43.501
Destinação:							
Absorção do prejuízo do exercício com reserva de lucros	–	–	(15.958)	(1)	–	15.959	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	582.725	24.540	60.568	–	(101.722)	–	566.111

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

	31.12.2019	31.12.2018
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(15.959)	(232.749)
Ajuste ao lucro para apuração do resultado abrangente		
Efeito reflexo de investida	(73.660)	25.063
Resultado Abrangente Total	(89.619)	(207.686)

A DIRETORIA **NELSON NÓBREGA DA COSTA** Contador - CRC 1 SP 202165/O-9

R.C.N.P.N. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 09.594.480/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 29 de abril de 2020 **A Administração**

BALANÇO PATRIMONIAL Levantado em 31 de Dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

Ativo	31.12.2019	31.12.2018	Patrimônio Líquido	31.12.2019	31.12.2018
Não Circulante			Capital social	1.163.959	1.163.959
Investimentos:			Ajustes de avaliação patrimonial	(203.184)	(56.052)
Participação em sociedade investida	1.130.776	1.309.782	Reservas de lucros	170.001	201.875
			Total do Patrimônio Líquido	1.130.776	1.309.782
Total do Ativo	1.130.776	1.309.782	**Total do Patrimônio Líquido**	1.130.776	1.309.782

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

	31.12.2019	31.12.2018
Receitas (Despesas) Operacionais de Participações		
Resultado da equivalência patrimonial	(31.877)	(464.903)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Estatutária	Reserva de lucros: Transações com Sócios	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	1.163.959	49.014	275.925	225.533	(106.113)	–	1.608.318
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(464.903)	(464.903)
Equivalência patrimonial em investida	–	–	–	–	(62.410)	–	(62.410)
Transação de capital com sócios	–	–	–	77.075	–	716	77.791
Adoção do CPC 47 - receita da apropriação imobiliária HM	–	–	38.515	–	–	–	38.515
Adoção do CPC 42/IAS 29 - economia hiperinflacionária	–	–	–	–	112.471	–	112.471
Destinação:							
Absorção do prejuízo do exercício com reserva de lucros	–	–	(161.579)	(302.608)	–	464.187	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	1.163.959	49.014	152.861	–	(56.052)	–	1.309.782
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(31.877)	(31.877)
Equivalência patrimonial em investida	–	–	–	–	(234.022)	–	(234.022)
Transação de capital com sócios	–	–	–	3	–	–	3
CPC 42/IAS 29 - economia hiperinflacionária	–	–	–	–	86.890	–	86.890
Destinação:							
Absorção do prejuízo do exercício com reserva de lucros	–	–	(31.874)	(3)	–	31.877	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	1.163.959	49.014	120.987	–	(203.184)	–	1.130.776

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

	31.12.2019	31.12.2018
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(31.877)	(464.903)
Ajuste ao lucro para apuração do resultado abrangente		
Efeito reflexo de investida	(147.132)	50.061
Resultado Abrangente Total	(179.009)	(414.842)

A DIRETORIA **NELSON NÓBREGA DA COSTA** Contador - CRC 1 SP 202165/O-9

R.C.P.O.D.O.N. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 09.594.541/0001-60

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 29 de abril de 2020 **A Administração**

BALANÇO PATRIMONIAL Levantado em 31 de Dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

Ativo	31.12.2019	31.12.2018	Patrimônio Líquido	31.12.2019	31.12.2018
Não Circulante			Capital social	582.725	582.725
Investimentos:			Ajustes de avaliação patrimonial	(101.722)	(28.062)
Participação em sociedade investida	566.111	655.729	Reservas de lucros	85.108	101.066
			Total do Patrimônio Líquido	566.111	655.729
Total do Ativo	566.111	655.729	**Total do Patrimônio Líquido**	566.111	655.729

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

	31.12.2019	31.12.2018
Receitas (Despesas) Operacionais de Participações		
Resultado da equivalência patrimonial	(15.959)	(232.749)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Estatutária	Reserva de lucros: Transações com Sócios	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	582.725	24.540	138.137	112.911	(53.125)	–	805.188
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(232.749)	(232.749)
Equivalência patrimonial em investida	–	–	–	–	(31.245)	–	(31.245)
Transação de capital com sócios	–	–	–	38.587	–	358	38.945
Adoção do CPC 47 - receita da apropriação imobiliária HM	–	–	19.282	–	–	–	19.282
Adoção do CPC 42/IAS 29 - economia hiperinflacionária	–	–	–	–	56.308	–	56.308
Destinação:							
Absorção do prejuízo do exercício com reserva de lucros	–	–	(80.893)	(151.498)	–	232.391	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	582.725	24.540	76.526	–	(28.062)	–	655.729
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(15.959)	(15.959)
Equivalência patrimonial em investida	–	–	–	–	(117.161)	–	(117.161)
Transação de capital com sócios	–	–	–	1	–	–	1
CPC 42/IAS 29 - economia hiperinflacionária	–	–	–	–	43.501	–	43.501
Destinação:							
Absorção do prejuízo do exercício com reserva de lucros	–	–	(15.958)	(1)	–	15.959	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	582.725	24.540	60.568	–	(101.722)	–	566.111

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

	31.12.2019	31.12.2018
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(15.959)	(232.749)
Ajuste ao lucro para apuração do resultado abrangente		
Efeito reflexo de investida	(73.660)	25.063
Resultado Abrangente Total	(89.619)	(207.686)

A DIRETORIA **NELSON NÓBREGA DA COSTA** Contador - CRC 1 SP 202165/O-9

R.C.P.O.D.P.N. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 09.594.468/0001-26

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 29 de abril de 2020 **A Administração**

BALANÇO PATRIMONIAL Levantado em 31 de Dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

Ativo	31.12.2019	31.12.2018	Patrimônio Líquido	31.12.2019	31.12.2018
Não Circulante			Capital social	1.163.959	1.163.959
Investimentos:			Ajustes de avaliação patrimonial	(203.184)	(56.052)
Participação em sociedade investida	1.130.776	1.309.782	Reservas de lucros	170.001	201.875
			Total do Patrimônio Líquido	1.130.776	1.309.782
Total do Ativo	1.130.776	1.309.782	**Total do Patrimônio Líquido**	1.130.776	1.309.782

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

	31.12.2019	31.12.2018
Receitas (Despesas) Operacionais de Participações		
Resultado da equivalência patrimonial	(31.877)	(464.903)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Estatutária	Reserva de lucros: Transações com Sócios	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	1.163.959	49.014	275.925	225.533	(106.113)	–	1.608.318
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(464.903)	(464.903)
Equivalência patrimonial em investida	–	–	–	–	(62.410)	–	(62.410)
Transação de capital com sócios	–	–	–	77.075	–	716	77.791
Adoção do CPC 47 - receita da apropriação imobiliária HM	–	–	38.515	–	–	–	38.515
Adoção do CPC 42/IAS 29 - economia hiperinflacionária	–	–	–	–	112.471	–	112.471
Destinação:							
Absorção do prejuízo do exercício com reserva de lucros	–	–	(161.579)	(302.608)	–	464.187	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	1.163.959	49.014	152.861	–	(56.052)	–	1.309.782
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(31.877)	(31.877)
Equivalência patrimonial em investida	–	–	–	–	(234.022)	–	(234.022)
Transação de capital com sócios	–	–	–	3	–	–	3
CPC 42/IAS 29 - economia hiperinflacionária	–	–	–	–	86.890	–	86.890
Destinação:							
Absorção do prejuízo do exercício com reserva de lucros	–	–	(31.874)	(3)	–	31.877	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	1.163.959	49.014	120.987	–	(203.184)	–	1.130.776

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

	31.12.2019	31.12.2018
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(31.877)	(464.903)
Ajuste ao lucro para apuração do resultado abrangente		
Efeito reflexo de investida	(147.132)	50.061
Resultado Abrangente Total	(179.009)	(414.842)

A DIRETORIA **NELSON NÓBREGA DA COSTA** Contador - CRC 1 SP 202165/O-9

Covid-19: Teich defende ações diferenciadas nas várias regiões do país

O ministro da Saúde, Nelson Teich, participou na quarta-feira (29) de uma audiência pública virtual no Senado Federal. Na ocasião, ele foi perguntado sobre as ações adotadas pelo governo federal no enfrentamento ao novo coronavírus, a posição diante das estratégias de distanciamento social, o apoio a estados mais atingidos, o repasse de recursos, entre outros temas relacionados à pandemia da covid-19.

Teich relatou que, nos cerca de 10 dias em está à frente do cargo, o foco tem sido em melhorar as informações sobre a pandemia. "Montamos centro de comando de informações, que nos auxilia para que possamos embasar nossas decisões", declarou. Com base nelas, ele argumentou que a nova gestão passou a trabalhar com o que chamou de "não linearidade" das ações, um tratamento diferenciado para várias regiões e localidades do país.

"A partir de agora, de posse de informações atualizadas, percebemos distintos perfis de comportamento da doença por região. Definimos que nossas ações devem se pautar por distribuição de recursos não linear. O que definirá o peso é o socorro a estados e municípios. Funcionaremos com força nacional de apoio, calibrando as ações", comentou Teich.

O titular da pasta foi questionado por senadores para esclarecer a posição acerca do distanciamento social diante das declarações contrárias do presidente Jair Bolsonaro. "Existe uma certeza que ouvimos da OMS [Organização Mundial da Saúde] e dos governos da Europa e dos Estados Unidos que é certeza: que o distanciamento é a maneira de impedir a explosão de casos que nosso sistema de saúde não tem condições de aguentar", destacou o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

"É necessário que Vossa Excelência oriente o presidente como necessário de adotar como medida séria. O presidente tem acumulado declarações irresponsáveis. É claro que a ação do presidente prejudica a saúde pública brasileira na medida em que ataca governadores que estão tentando manter uma contenção", acrescentou o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE).

Nelson Teich defendeu o presid**ent**e, justificando que ele está preocupado com as pessoas, e reiterou a posição da nova gestão de adotar as medidas de dis**t**anciamento de forma específica para determinadas regiões.

"Isolamento é uma ferrament**a. P**ode ser bem ou mal utilizado. Tem que ser definida a diretriz que vai trabalhar [o] detalhamento que é preciso ser lev**ado** em consideração. Simplesmente perguntar se fica em casa ou não é resposta simplista para um problema que é heterogêne**o.** Quem for positivo vai ficar, quem for mais velho vai ficar. Vai depender da curva e dos casos em cada região", respondeu **o m**inistro, adiantando critérios da atualização da diretriz que deve ser anunciada pela pasta em breve.

Novamente perguntado por se**na**dores, Teich afirmou que o Ministério da Saúde "nunca se posicionou para saída do distanciamento" e que a definiç**ão s**obre isso cabe aos governos e prefeituras. (Agencia Brasil)

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS.PROCESSO Nº **0029353-55.2018.8.26.0002** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 14ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). ALEXANDRE BATISTA ALVES; na forma da Lei, etc.FAZ SABER a Andreia Marcia Moura Cavalcanti CPF 135.233.268-00, que Felipe Marques Bertolini ajuizou incidente de desconsideração de personalidade jurídica ,da executada Piso Med EIRELI CNPJ 18.538.564/0001-48, integrando a sócia Andreia Marcia Moura Cavalcanti CPF 135.233.268-00, no polo passivo da presente ação. Estando a executada em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 15 dias, se manifestem e requeira as provas cabíveis (art. 135 do CPC), sob pena de serem aceitos os fatos, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 16 de janeiro de 2020. [29,30]

EDITAL DE INTIMAÇÃO-PRAZO DE 20DIAS.PROCESSO Nº**0011512-23.2013.8.26.0002/01**O(A) MM.Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível,do Foro Regional II-Santo Amaro,Estado de São Paulo,Dr(a). Adriana Marilda Negrão, na forma da Lei, etc.FAZ SABER a(o) JOSÉ PERCIVAL PALESEL, CPF 765.500.118-53, que lhe foi proposta uma ação de Cumprimento de Sentença por parte de Condomínio Residencial Morumbi Sul.Foi deferido a intimação por edital do executado,das penhoras havidas sobre:o apto.33,Edifício Diamantina, Bloco 02, à Rua Um, atual Lira Cearense 190, Chácara Nossa Senhora do Bom Conselho, Santo Amaro, matrícula 133.456, 11º CRISP, bloqueio judicial pelo Sistema BacenJud no valor de R$270,56. Encontrando-se o executado em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua INTIMAÇÃO DAS PENHORAS, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, ofereça impugnação, onde, no qual, havendo ausência de manifestação, prosseguirá o feito em seus ulteriores termos da lei e cominações. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 30 de janeiro de 2020. [29,30]

EDITAL DE CITAÇÃO-PRAZO DE 20 DIAS.PROCESSO Nº**1008517-78.2017.8.26.0002** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ªVara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Carlos Eduardo Santos Pontes de Miranda, na forma da Lei, etc.FAZ SABER a(o) JOSÉ WILSON LIMA, CPF 288.395.128-45, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Lumma Despachantes S/S Ltda,alegando em sintese: pagamento das perdas e danos materiais.Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO,por EDITAL,para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15dias,que fluirá após o decurso do prazo do presente edital,apresente resposta.Não sendo contestada a ação,o réu será considerado revel,caso em que será nomeado curador especial.Será o presente edital,por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 03 de outubro de 2019. [29,30]

R.R.R.P.N. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ n° 09.608.284/0001-78

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos.

São Paulo, 29 de abril de 2020

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL Levantado em 31 de Dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

Ativo	31.12.2019	31.12.2018	Patrimônio Líquido	31.12.2019	31.12.2018
			Capital social	5.741	5.741
Não Circulante			Ajustes de avaliação patrimonial	(1.020)	(294)
Investimentos:			Reservas de lucros	854	1.011
Participação em sociedade investida	5.575	6.458	Total do Patrimônio Líquido	5.575	6.458
Total do Ativo	5.575	6.458	**Total do Patrimônio Líquido**	5.575	6.458

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Lucros Legal	Reserva de Lucros Estatutária	Transações com Sócios	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	5.741	189	1.428	1.112	(541)	–	7.929
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(2.292)	(2.292)
Equivalência patrimonial em investida	–	–	–	–	(308)	–	(308)
Transação de capital com sócios	–	–	–	380	–	4	384
Adoção do CPC 47 - receita da apropriação imobiliária HM	–	–	190	–	–	–	190
Adoção do CPC 42/IAS 29 - economia hiperinflacionária	–	–	–	–	555	–	555
Destinação:							
Absorção do prejuízo do exercício com reserva de lucros	–	–	(796)	(1.492)	–	2.288	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	5.741	189	822	–	(294)	–	6.458
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(157)	(157)
Equivalência patrimonial em investida	–	–	–	–	(1.154)	–	(1.154)
CPC 42/IAS 29 - economia hiperinflacionária	–	–	–	–	428	–	428
Destinação:							
Absorção do prejuízo do exercício com reserva de lucros	–	–	–	–	–	157	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	5.741	189	665	–	(1.020)	–	5.575

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

	31.12.2019	31.12.2018
Receitas (Despesas) Operacionais de Participações		
Resultado da equivalência patrimonial	(157)	(2.292)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(157)	(2.292)
Ajuste ao lucro para apuração do resultado abrangente		
Efeito reflexo de investida	(726)	247
Resultado Abrangente Total	(883)	(2.045)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

A DIRETORIA

NELSON NÓBREGA DA COSTA

Contador - CRC 1 SP 202165/O-9

Câmara analisa PEC do Orçamento de Guerra

O plenário da Câmara dos Deputados deve votar a Proposta de Emenda à Constituição nº 10/2020, chamada pelos parlamentares de PEC do Orçamento de Guerra. Os deputados têm que apreciar de novo a matéria porque os senadores modificaram o texto original da Câmara. Está em pauta o texto substitutivo do Senado.

Se aprovada, a emenda constitucional flexibiliza normas de controle de despesas e do endividamento da União durante o atual estado de calamidade pública, e separa os gastos do governo federal no combate à Covid-19 na Lei de Orçamento Anual de 2020.

A PEC também prevê uso de dinheiro público para medidas econômicas anticíclicas, que possam minimizar efeitos de superada recessão por causa da paralisação de atividades imposta pela doença.

De acordo com matéria divulgada pela Agência Brasil, os senadores incluíram dispositivo que obriga o Banco Central a informar ao Congresso Nacional sobre os títulos privados renegociados no mercado financeiro que venha a comprar e vender.

Outras pautas

Além do orçamento de guerra, está prevista na agenda da Câmara dos Deputados a votação em plenário do Projeto de Lei 1409/20, que determina a adoção de medidas protetivas à saúde dos profissionais considerados essenciais ao controle de doenças e manutenção da ordem pública em casos de surtos contagiosos, como ocorre neste momento por causa da covid-19.

Fora da pauta da pandemia, os deputados poderão votar o projeto de lei de conversão da Medida Provisória nº 915/2019, com novas regras para a venda de imóveis públicos. Ainda está prevista a deliberação sobre o Projeto de Lei 1304/2020, que facilita a transferência definitiva para os estados de Roraima e do Amapá de terras pertencentes à União. (Agencia Brasil)

Província dos Capuchinhos de São Paulo

CNPJ nº 60.520.061/0001-01

Reconhecida de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 86.668 de 30.11.81, Decreto Estadual nº 39.146 de 01.09.94 e o Decreto Municipal nº 34.952 de 09/03/1995.

Relatório da Diretoria

Senhores Associados: Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas às atividades da Entidade do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, bem como o parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que desejarem.

A Diretoria.

Balanço Patrimonial Encerrado em 31 de Dezembro de

Ativo	2019	2018
Circulante	**8.131.616,12**	**6.199.370,50**
Disponível	**6.410.839,38**	**4.691.930,94**
Caixa	70.000,23	24.003,51
Banco Conta Movimento	454.573,35	420.372,19
Aplicações Financeiras	5.886.241,32	4.216.981,25
Créditos	**1.920.139,02**	**1.507.417,61**
Aluguéis a Receber	1.698.109,22	1.441.617,95
(-) Provisão Para Perda	(84.905,36)	(72.080,90)
Adiantamentos Diversos	47.024,11	119.999,85
Outros Créditos	236.772,03	18.280,71
Despesas Antecipadas	23.141,02	–
Não Circulante	**220.457.314,04**	**232.463.100,02**
Depósitos e Bloqueio Judicial	966.014,13	800.014,13
Imobilizado	**219.684.699,71**	**231.496.085,69**
Investimentos	**48.959.509,21**	**52.483.800,00**
Imóveis Destinados a Renda	48.959.509,21	52.483.800,00
Imobilizado	**170.725.190,50**	**179.012.285,69**
Imobilizado / Intangível	294.910.866,45	294.910.866,45
Depreciação / Amortização	(124.185.675,95)	(115.898.580,76)
Total do Ativo	**228.588.930,16**	**238.662.470,52**

Passivo	2019	2018
Circulante	**383.190,03**	**340.917,92**
Obrigações Trabalhistas	50.000,00	–
Obrigações Sociais	7.225,74	928,08
Obrigações Fiscais	6.687,24	2.023,88
Credores Diversos	42.655,45	60.207,30
Provisão de Férias	253.983,13	254.824,46
Encargos Provisão de Férias	12.858,48	23.934,20
Patrimônio Social	**228.599.160,33**	**238.521.559,06**
Patrimônio Social	238.521.559,06	240.917.994,34
Resultado de Exercício	(2.577.749,76)	(5.051.435,28)
Ajuste Avaliação Patrimonial	(7.344.648,97)	–
Ajuste de Exercício Anterior	–	–
Total do Passivo	**228.982.350,36**	**238.862.476,98**

Notas Explicativas Sobre as Demonstrações Contábeis Encerradas em 31 de Dezembro de 2019

1 - Contexto Operacional: Nota 01: A Província dos Capuchinhos de São Paulo (PRO-CASP) é associação civil e religiosa, de caráter beneficente, assistencial filantrópica, educacional, cultural e de comunicação social, reconhecida como entidade beneficente e de assistência social pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) pelo processo nº 259.351 de 10/12/1974, publicado no DJU em 07/21/1981, declarada de Utilidade Pública Estadual em São Paulo pelo Decreto nº 39.146, de 01/09/1994, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto nº 34.952, de 09/03/1995, no município de São Paulo. Foi protocolado no dia 21/12/2009 junto ao antigo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, hoje Ministério da Cidadania (MC), a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), protocolado sob nº 71010.005170/2009-56 que foi deferido através da Portaria SNAS sob nº 95/2014, publicado em 31/07/2014 com validade até 31/12/2014. Efetuado novo pedido de renovação em 18/12/2014, protocolo nº 71000.082442/2017-41 que se encontra aguardando análise. a) Área de Atuação: Conforme o Estatuto Social, em consonância com a Lei 8.742/93, a Província dos Capuchinhos de São Paulo tem por finalidade: • Dedicar-se às obras de promoção humana, beneficiente, filantrópica e de assistência social; realizar e financiar atividades de desenvolvimento comunitário e social, de convivência familiar, de proteção social, de vigilância social e de interseto rialidade; fomentar ao povo, em especial às crianças e adolescentes em risco social, a pessoa em situação de rua e moradores de rua, e, aos idosos desprovidos das necessidades básicas, assistência médica e dentária, hospitais; medicamental, alimentar e jurídica; dar Assistência cultural, educacional e religiosa, através de escolas e congêneres, podendo ainda, para tal, utilizar-se da imprensa, rádio, televisão e outros meios de comunicação; promover a formação e qualificação de seus membros para que possam evangelizar e educar o povo através de suas atividades assistenciais, culturais e educacionais; custeando-lhes formação cultural e técnica em seus estabelecimentos mantidos ou fora deles, no país ou no exterior. • Atua na Assistência Social de forma continuada, permanente e planejada no campo de atendimento, assessoramento e da defesa e garantia de direitos; em todas estas atividades tem como particular missão ecleisal, a evangelização e a prática de assistência social, sem discriminação de raça, sexo, nacionalidade, de idade, credo religioso e político, ou condição social, observadas as disposições legais; preços serviços gratuitos permanentes e sem qualquer discriminação de seus assistidos; o atendimento às suas finalidades institucionais se dá mediante serviços, programas e projetos de assistência social, de cultura, de educação, de saúde, de promoção humana, de cidadania e outros definidos em seu Estatuto Social e pela Diretoria. - Toda ação administrativa na consecução de seus objetivos institucionais se caracteriza como promoção beneficiente e filantrópica ao atendimento de suas finalidades institucionais, inclusive seus investimentos patrimoniais, suas despesas, suas receitas, seus ingressos, seus desembolsos e suas gratuidades. **II - Apresentação das Demonstrações Contábeis: Nota 02:** As demonstrações Contábeis estão sendo elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e atendendo as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.409/12, que Aprovou a ITG 2000 - Entidades sem Finalidade de Lucros e Resoluções CFC nº 837/99, 838/99, 852/99, 877/00, 926/01 e 966/03, publicadas no DJ,U.L, Seção1, de 23/3/99, 25/8/99, 20/4/00, 31/10/2 e 4/9/03, respectivamente, CFC nº 1.152/2009 que aprovou a NBC T 19.18 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/2007 e da Medida Provisória nº 449/2008 que alterou artigos da Lei 6.404/76 e especialmente a Resolução CRC nº 877/2000, que aprovou a NBC T 10.19 - Entidades Sem Fins Lucrativas, Resolução CFC Nº 686/90 e alterações, que aprovou a NBC T 3 - Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC Nº 750/93, que aprovou a NBC T 6 - Das Demonstrações Contábeis Consolidadas e Resolução Nº 66, de 16 de abril de 2003 do Ministério da Assistência e Promoção Social - Conselho Nacional de Assistência Social e demais disposições aplicadas por entidades sem fins lucrativos. **III - Resumo das Práticas Contábeis: Nota 03:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência. **Nota 04:** Na disponibilidade de caixa e equivalentes de caixa representam moeda em caixa e depósitos bancários, bem como os recursos por possuem conversibilidade em um montante de caixa, sem prazo imediata; **Nota 05:** Na disponibilidade de Bancos Conta Movimento, estão demonstrados de acordo com os extratos Bancárias, em conformidade com os registros contábeis, evidenciados pelos extratos de contas correntes bancárias, em suas respectivas datas de operações; **Nota 06:** Na disponibilidade de Aplicações Financeiras, estão demonstradas pelo valor da aplicação, acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência;

Disponível	2019	2018
Caixa	70.000,23	24.003,51
Banco Conta Movimento	454.573,35	420.372,19
Aplicações Financeiras	5.886.241,32	4.216.981,25
	6.410.814,90	**4.691.930,94**

Nota 07: Os Alugueis a Receber referem-se a direitos a receber em todos os meses de atividade da Província dos Capuchinhos de São Paulo e foi devidamente observado o regime de competência; **Nota 08:** A Província dos Capuchinhos de São Paulo mantém a Provisão para Devedores Duvidosos, em montante suficiente para garantir as perdas prováveis de seus valores a receber, levando conformidade com a NBC T 10.19.2.2;

Aluguéis a Receber	2019	2018
	1.698.109,22	1.441.617,95
(-) Provisão Para Perda	(84.905,36)	(72.080,90)
	1.613.201,86	**1.369.537,04**

Nota 09: Registra-se no Ativo Não Circulante, os Bloqueios e Depósitos Judiciais, ocasionados por determinações judiciais;

Contas	2019	2018
Depósito Judicial	358.202,71	358.202,71
Bloqueio Judicial - IPTU	608.352,16	608.352,16
Saldos	**966.014,13**	**966.014,13**

Nota 10: O Ativo Imobilizado Permanente está registrado pelo custo de aquisição, acrescido das adições e deduzidas as baixas correntes até o vencimento do exercício, avaliação patrimonial de bens imóveis e as respectivas depreciações foram efetuadas em observância as taxas lineares aplicáveis a cada tipo de bem, exceto os bens considerados como obra de arte ou antiguidades (afrias, Objetos de Coleção e Jóias);

Mutação no Ativo Imobilizado

Rubricas	Saldo 2018	Aquisições	Baixas	Saldo 2019
Valores	52.463.800,00	7.773.731,03	(11.278.021,82)	48.959.509,21

Mutação no Ativo Imobilizado

Rubricas	Imobilizado	Depreciação	Saldo Final
Saldo Dezembro de 2018	**294.910.866,45**	**(115.898.580,76)**	**179.012.285,69**
Aquisições	371.163,52	–	371.163,52
Baixas	(4.676.889,37)	–	(4.676.889,37)
Depreciação	–	(4.141.769,34)	(4.141.769,34)
Saldo Dezembro de 2019	**294.605.140,60**	**(124.182.866,65)**	**170.725.190,50**

Nota 11: Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Província dos Capuchinhos de São Paulo efetua contratação de seguro, considerada suficiente para cobertura de eventuais sinistros; **Nota 12:** Os Credores Diversos estão registrados os fornecedores que estão apropriados de acordo com suas competências; **Nota 13:** Os Salários e Encargos Sociais estão apropriados em observância à folha de pagamento e registrados contabilmente de acordo com a sua competência. A Provisão de Férias está registrada de acordo com férias de cada funcionário, sendo calculado com base no salário da época e mais 1/3, e também com o provisionamento dos encargos; **Nota 14:** As demais obrigações estão registradas de acordo com as documentações pertinentes e contabilizadas de acordo com o regime de competência; **Nota 15:** O Patrimônio Social é apresentado em valores atualizados e compreende: Patrimônio Social, acrescido dos superávits, déficit, ajustes de exercício anterior e ajuste de avaliação patrimonial que teve registro no valor de R$ 7.344.648,97, referente a contrapartida na mutação ocorrida no Ativo Imobilizado, sendo observado os Princípios Contábeis adotados no Brasil e Norma Brasileira Contábil - NBC - T 10.19. **Nota 16:** As receitas de entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimentos, entre eles, avisos bancários, recibos e outros. As receitas estão apuradas, excetuando-se as inadimplências e/ou valores considerados incobráveis. As despesas da entidade são apuradas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais-fiscais; **Nota 17:** A entidade recebe doações de pessoas físicas e/ou pessoas jurídica. No ano de 2019 a entidade recebeu doações de pessoas físicas no valor de R$ 2.096.263,06 e de pessoas jurídicas no valor de R$ 721.533,21, totalizando R$ 2.817.796,27que foram registrados em Receita; **Nota 18:** Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, em conformidade com o Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais, não distribuindo resultado, dividendos, bonificações, sob nenhuma forma; **Nota 19:** A entidade utiliza-se do Brasilcap do grupo de Despesas para o registrar as Isenções da Cota Patronal do INSS, COFINS e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido usufruídas; **Nota 20:** Em atendimento aos seus objetivos estatutários, e em adenência aos preceitos estabelecidos na Lei 2.101/09, 12.868/2013 e pelo Decreto 8.242/2014, em vigência, a PROCASP aplicou uma parcela substancial dos seus recursos em serviços, programas e projetos de assistência social. A PROCASP está em consonância com o Decreto 6.308/2.007, Sistema Único de Assistência Social (SUAS) com a Resolução 109/2009 e a Resolução 27/2011 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Desenvolve suas atividades dentro da Proteção Social Básica e do Assessoramento e da Defesa e Garantia de Direitos sendo caracterizada como entidade de atendimento. A PROCASP, no desenvolvimento de seus serviços, programas e projetos sociais, resulta que **não existe nenhuma cobrança dos usuários** da Política Nacional de Assistência Social, em conformidade com seu Estatuto Social no art. 2º, parágrafo 3º. A Província dos Capuchinhos de São Paulo está devidamente inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS) de São Paulo sob nº 6.267/2003, sendo este definido através a Resolução nº 691 de 09/05/2013, por prazo indeterminado. Tem inscrição de serviço no Cadastro Municipal de Assistência Social de Sumaré sob nº 6.002/2018 desde 24/05/2018, por prazo indeterminado. A Província da Capuchinhos de São Paulo Política, com recursos próprios, desenvolvendo: a) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: Serviço que visa oferecer um ambiente de convivência e um meio de vida para os nossos brasileiros e internacionais de auditoria nacionais e internacionais, independentes em relação à **Província dos Capuchinhos de São Paulo**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Província dos Capuchinhos de São Paulo** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Província dos Capuchinhos de São Paulo** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da **Província dos Capuchinhos de São Paulo** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança

Demonstração do Superávit ou Déficit dos Exercícios Encerrados em

	2019	2018
(+) Receita Bruta	**13.329.721,36**	**12.492.123,31**
(-) Contribuição de Associados	1.001.041,19	962.823,75
Receitas Patrimoniais - Aluguéis	12.328.680,17	11.509.296,56
(-) Deduções da Receita Bruta	**(12.824,46)**	**(41.413,32)**
Provisão Para Perda de - Aluguéis	(12.824,46)	(41.413,32)
(+) Outras Receitas	**3.147.273,19**	**3.466.066,47**
Outras Receitas	529.282,22	885.164,05
Doações	2.817.796,27	2.580.902,42
(=) Receita Líquida	**16.463.975,79**	**15.916.777,46**
(-) Custo do Serviço De Pessoal	**(2.562.678,75)**	**(3.141.767,75)**
Despesa com Pessoal	(2.562.678,75)	(3.141.767,75)
(-) Custo do Serviço De Assistencia Social	**(2.489.006,52)**	**(1.998.256,15)**
CECAPAS I - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 06 a 14 anos	(1.067.875,25)	(1.067.765,70)
CECAPAS II - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 06 a 14 anos	(847.625,54)	(930.490,45)
Mantenedora - Programa de Assessoramento Técnico e Administrativo	(25.000,00)	–
Mantenedora - Gestão Institucional	(548.505,73)	–
(=) Resultado Operacional Bruto	**11.412.290,52**	**10.776.753,56**
(-) Despesas Operacionais	**(14.026.249,83)**	**(15.828.188,84)**
Despesas Administrativas	(9.483.247,69)	(10.822.986,14)
Despesas Com Depreciação/Amortização	(4.250.251,19)	(4.383.462,52)
Despesas Tributárias	(292.847,01)	(424.404,81)
(=) Resultado Financeiro	**36.309,55**	**(317.335,34)**
(+) Receitas Financeiras	36.309,55	–
Remuncia Fiscal Obtida	2.011.101,42	1.955.964,00
Remuncia Fiscal	(2.011.101,42)	(1.955.964,00)
(=) Superavit/Déficit do Exercício	**(2.577.749,76)**	**(5.051.435,28)**

Demonstração das Mutações do patrimônio líquido Findos em 31 de dezembro de

Contas Especificações	Patrimônio Social	Ajustes Avaliações Patrimoniais	Ajuste Exerc. Anterior	Resultado Exercício	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**247.852.793,69**		**(1.521.437,77)**	**(5.801.146,52)**	**240.530.209,40**
Transferido P/ Patrimônio	(4.279.708,75)		(1.521.437,77)	5.801.146,52	
Ajustes Avaliação Patrimonial	-		-		
Variação Patrimonial	-		-		
Ajuste de Exercício Anterior	-		-		
Superávit ou Déficit do Exercício de 2018	-		-	(5.051.435,28)	(5.051.435,28)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**243.572.994,34**		-	**(5.051.435,28)**	**238.521.559,06**
Transferido P/ Patrimônio	(5.051.435,28)		-	5.051.435,28	
Ajustes Avaliação Patrimonial	-	(7.344.648,97)	-		(7.344.648,97)
Variação Patrimonial	-	-	-		
Ajuste de Exercício Anterior	-	-	-		
Superávit ou Déficit do Exercício de 2019	-	-	-	(2.577.749,76)	**(2.577.749,76)**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**238.521.559,06**	**(7.344.648,97)**	-	**(2.577.749,76)**	**228.599.160,33**

Demonstração dos Fluxos de Caixa para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	2019	2018
Superávit (Déficit) Líquido	(2.577.749,76)	(5.051.435,28)
Contribuições a serem Superávit/Déficit) Líquido o/Caixa Líquido Aplicado/Obtido nas/das Atividades Operacis:		
Depreciação e amortização	4.141.769,34	4.205.223,27
Aumento (diminuição) das contas do ativo e passivo circulantes:		
Contribuições a receber	(243.664,81)	(373.260,55)
Estoques	–	–
Outros créditos curto e longo prazo	(169.056,60)	109.047,40
Fornecedores	–	–
Salários e encargos sociais	55.380,61	(9.332,67)
Outros débitos curto e longo prazo	(13.108,50)	(8.897,99)
Caixa líquido obtido/(aplicado) das/ nas atividades operacionais	**1.193.570,28**	**(1.128.655,82)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição de investimentos permanentes	3.504.290,79	-
Aquisição de bens do ativo imobilizado	4.365.725,85	(196.073,79)
Caixa líquido obtido/(aplicado) nas/ das atividades investimentos	**7.870.016,64**	**(196.073,79)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Variação Financeiras	-	-
Variação no Patrimônio Social (exceto Reserva de Superávit)	(7.344.648,97)	-
Caixa líquido obtido/(aplicado) nas/ das atividades financiamento	**(7.344.648,97)**	-
Aumento (Diminuição) Líquido no Caixa e Caixa Equivalentes	**1.718.937,95**	**(1.324.729,61)**
Caixa e Caixa Equivalentes em 01 de Janeiro	**4.691.959,35**	**6.016.688,96**
Caixa e Caixa Equivalentes em 31 de Dezembro	**6.410.897,30**	**4.691.959,35**

Serviços de Proteção Social Básica	Descrição	Unidade/Cidade	Valor Anual Aplicado R$	Nº Atendidos
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 06 a 14 anos	Este serviço busca oferecer o atendimento com qualidade possibilitando um espaço que dialogue e faça a reflexão com as necessidades existentes dentro do território e tem por foco a construção de um espaço de convivência, formação para participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, favorecendo uma ação integral de educação, fomentando o contato com diversos aspectos sociocultural. Esse serviço é desenvolvido através dos Projetos: Artes, Reflexão, Inclusão Produtiva, Protagonismo e Participação, Encontros de Famílias e Atendimento Social às Famílias.	Centro Capuchinho de Ação sociocultural - CECAPAS I - Sapopemba/ São Paulo/SP	1.067.875,25	158 crianças e adolescentes
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 06 a 14 anos	Este serviço busca oferecer o atendimento com qualidade possibilitando um espaço que dialogue e faça a reflexão com as necessidades existentes dentro do território e tem por foco a construção de um espaço de convivência, formação para participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, favorecendo uma ação integral de educação, fomentando o contato com diversos aspectos sociocultural. Esse serviço é desenvolvido através dos Projetos: Artes, Reflexão, Inclusão Produtiva, Protagonismo e Atendimento Social às Famílias.	Centro Capuchinho de Ação sociocultural - CECAPAS II - Capão Redondo/ São Paulo/SP	847.625,54	90 crianças e adolescentes
		Sub Total - Assistência Social	**1.915.500,79**	56 Famílias

3) Programa de Assessoramento - de acordo com a Resolução 27 de setembro de 2011, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS):

	Descrição	Unidade/Cidade	Valor Anual Aplicado	Nº Atendidos
Programa de Assessoramento Técnico e Administrativo	As Entidades Sem Fins Lucrativos vêm desempenhando funções cada vez mais complexas e específicas na sociedade moderna, realizando atividades de caráter beneficente, filantrópico, cultural, educacional, científico, artístico, literário, recreativo, esportivo, de proteção ao meio ambiente, além de outros serviços, objetivando serem organizadas com direito de fins sociais. No Brasil, inúmeras são as associações privadas sem fins lucrativos, que apresentam dificuldades financeiras para o cumprimento de sua missão institucional.	Mantenedora/Guarulhos/SP	25.000,00	01 associação sem fins lucrativos com atendimento a 125 crianças e adolescentes e 25 famílias
		Sub Total - Assistência Social	**25.000,00**	

4) Gestão Institucional - Na PROCASP a política de gestão institucional, no que se refere a Política de Assistência Social, tem por objetivo definir as diretrizes institucionais que orientam o planejamento, a coordenação, a execução e ao monitoramento e avaliação do trabalho executado pelas Unidades Executoras que operacionalizam os serviços, programas e projetos. A gestão é composta pelo setor central, comunicação e toda infraestrutura necessária para o desenvolvimento e manutenção do administrativo da mantenedora. A entidade utiliza-se do Grupo de Receitas e Despesas para o registro das receitas e despesas de fins sociais. No Brasil, inúmeras são as associações privadas sem fins lucrativos, que apresentam dificuldades financeiras para o cumprimento de sua missão institucional.

Unidade	Serviço/Programa/Projeto	Recursos Aplicados R$
CECAPAS I	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 06 a 14 anos	1.067.875,25
CECAPAS II	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 06 a 14 anos	847.625,54
Mantenedora	Programa de Assessoramento Técnico e Administrativo	25.000,00
	Gestão Institucional	548.505,73
	Total	**2.489.006,52**

Tarcisio Raghiante
TSP 202163/O-5
Presidente - CAEP

Joana Maria Ferreira
TSP 207913/O-0
Secretária - CAEP

Parecer do Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscais da Província dos Capuchinhos de São Paulo: O Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscais, depois de ter analisado e aprovado o Balanço Patrimonial e as demonstrações financeiras relativas às atividades da Província dos Capuchinhos de São Paulo, do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, apresentadas em Assembleia ordinária realizada aos 23 de abril de 2020, cumprindo as disposições legais e estatutárias. **Samuel Martignago** - Conselho-CAEP

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

A OD, Diretoria da **Província dos Capuchinhos de São Paulo** - São Paulo/SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Província dos Capuchinhos de São Paulo**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial da **Província dos Capuchinhos de São Paulo** em 31 de dezembro de 2019, e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **Província dos Capuchinhos de São Paulo**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Província dos Capuchinhos de São Paulo** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Província dos Capuchinhos de São Paulo** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da **Província dos Capuchinhos de São Paulo** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança

Raghiante & Ferreira Ass. Cont. Sociedade Simples
CRC 1SP015982/O-8 - CRC-SP 2SP022391/O-9
Rio de Janeiro, 17 de Abril de 2020. **ANEXO - Auditores Independentes - Ato Declaratório CVM n.° 9210** - CRC-RJ n.° 003530/O. **Hildo Jardim Alpia** - Diretor - Contador - CRC-RJ 041841/5-6.

Koiplast CI S.A.

CNPJ n° 59.231.530/0001-93

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota explicativa	2019	2018
Circulante		**18.656**	**16.519**
Caixa e equivalentes de caixa	2.2	1.729	1.114
Contas a receber	2.3	8.351	6.835
Estoques	2.4	6.909	7.315
Tributos a recuperar		585	1.565
Despesas pagas antecipadamente		142	161
Adiantamento a fornecedores		379	430
Outros créditos		560	39
Não circulante		**32.418**	**38.727**
Tributos a recuperar		–	243
Depósitos judiciais		–	–
Investimentos		–	4.804
Imobilizado	2.5	15.049	14.562
Ágio	2.6	17.369	18.118
Total do ativo		**51.074**	**55.246**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2019	2018
**Circul

CENTRO DE ASSISTENCIA E PROMOÇAO SOCIAL NOSSO LAR

CNPJ: 33.399.907/0001-07

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO 2019

ATIVO	R$	PASSIVO	R$
CIRCULANTE	**5.018.314**	**CIRCULANTE**	**3.231.803**
DISPONIVEL	**2.095.485**	**CURTO PRAZO**	**3.231.803**
Caixa Geral Com Restrição	3.207	Obrigações Gerais	91.526
Bancos Mov. Com Restrição	215.457	Obrigações Sociais	124.400
Bancos Mov. Sem Restrição	54.298	Obrigações Trabalhistas	381.819
Bancos Poup. Com Restrição	1.056.851	Obrigações Tributárias	15.560
Bancos Poup. Sem Restrição	765.672	Fornecedores Gerais	384.130
CREDITOS DIVERSOS	**2.922.829**	Provisões	665.152
Adiantamentos	127.400	Bens de Cessão de Uso - PMSP	1.499.535
Valores a Receber	1.107.744	**NÃO CIRCULANTE**	**7.481.088**
Bens de Terceiros - PMSP	1.499.534	Empréstimo	4.858.198
Outros Créditos	188.151	Provisões a pagar	1.113.208
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**5.316.590**	Provisões Para Convênios a Incorrer	678.284
IMOBILIZADO	**6.028.406**	Provisões Para Verbas Rescisórias	756.289
IMOBILIZAÇÕES	6.028.406	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**-377.577**
DEPRECIAÇÃO	**-711.416**	Patrimônio Social	-1.796.675
(-) Depreciação do Imobilizado	-711.416	Superávit/(Déficit) do Exercício	1.419.088
TOTAL DO ATIVO	**10.335.304**	**TOTAL DO PASSIVO**	**10.335.304**

DEMONST. SUPERÁVIT/(DÉFICIT)	R$
RECEITAS	**13.051.628**
ÁREA EDUCAÇÃO	**439.500**
-Verbas Municipais - São Paulo	439.500
ÁREA ASSISTÊNCIA SOCIAL	**9.768.093**
-Verbas Municipais - São Paulo	7.441.367
-Verbas Municipais - Guarulhos	0
-Contribuição Associacados Recurso	8.160
-Doações Voluntárias	5.062
-Parcerias com Soc.Civil	1.923.025
-Outras Receitas	390.479
ÁREA ADMINISTRAÇÃO	**2.844.035**
-Receita Prom./Parceria Eventos	923.117
-Trabalho Voluntário	503.235
-Doações Voluntárias	292.369
-Outras Receitas	1.125.314
DESPESAS	**11.632.540**
Custos com Obras Sociais	8.181.867
Despesas Administrativas	2.862.463
Despesas Gerais	47.815
Despesas Tributárias	37.160
Trabalho Voluntário	503.235
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	**1.419.088**

NOTAS EXPLICATIVAS

I – CONTEXTO OPERACIONAL O CENTRO DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL NOSSO LAR, constituído em 1 de julho de 1991 é entidade civil, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, assistencial, promocional, recreativo e educacional, que funciona desde 23 de maio de 1987 como Departamento Assistencial do Centro Espírita "A Caminho da Luz", devidamente nessa data, e, no ano seguinte, registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas de São Paulo. A Entidade tem por finalidade a criação e manutenção de Creches, Núcleos Sócios Educativos, Abrigos infanto-juvenis, Abrigos para idosos, Grupos de Terceira Idade, Unidades de Educação Profissional, bem como o desenvolvimento de projetos culturais, esportivos e ambientais com recursos próprios e com auxílio de poderes públicos e da sociedade civil. No desenvolvimento de suas atividades, o Centro de Assistência e Promoção Social Nosso Lar não terá e não admitirá que seus associados o façam, qualquer discriminação por razão de convicção política ou filosófica, sexo, cor, raça, nacionalidade, idade, sexo, crença religiosa, nacionalidade, sexo, cor, raça, nacionalidade, idade, sexo, crença religiosa, nacionalidade, sexo e qualquer discriminação de cunho ideológico. II – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileiras e levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 (R1) especifica para Entidades sem Finalidades de Lucros e a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e demais normas e pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de orientação e interpretação emitidas pelo CFC e de apresentação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R$). III – PRINCÍPNIS PRÁTICAS CONTÁBEIS e Base Financeira Demonstrações do Superávit/Déficit do Exercício: As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, Avisos Bancários, Recibos e outros. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências fiscais legais. c) Estimativas contábeis: A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na definição e registro de estimativas e premissas que incluem a provisão para empréstimos, a provisão para perdas em investimentos, a provisão para perdas em ativos imobilizados, a provisão para redução de estoques a valores de mercado, a provisão para imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. d) Instrumentos financeiros: Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixas, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outras obrigações. e) Ativos circulares e não circulares: Disponibilidades: caixa e equivalentes de caixa. Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Aplicações Financeiras: São registradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. f) Estoques: Os estoques de propriedade da Entidade sem finalidade de lucro são contabilizados considerando o regime de competência de suas operações. Imobilizado: A entidade não possui controle contábil e fiscal do ativo imobilizado e as despesas de depreciação estão reconhecidas a partir do exercício de 2009. Redução ao valor recuperável: O ativo imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicações de perda de valor. A entidade não identificou qualquer evidência de perda de valor no período em 31 de dezembro de 2019. h) Passivos circulares e não circulares: São demonstrados pelos valores conhecidos e calculados, acrescidos dos correspondentes encargos, variações monetárias e ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulares e não circulares são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação específica. As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como consequência de um evento passado, é provável que um recurso econômico seja requerido para a liquidação da obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido. g) Gratuidades e Assistência Social: Estão demonstradas conforme legislação vigente Lei nº 12.101/09 e alterações e Decreto nº 8.242/14. h) Doações: As doações ocorridas são reconhecidas como receita quando recebidas. Demais despesas e receitas são apuradas pelo regime de competência. i) Aplicação de recursos: Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais. IV - ASSISTÊNCIA SOCIAL, Imune e Isenta de Contribuições Sociais: A Entidade é uma Entidade Filantrópica. E PROMOÇÃO SOCIAL NOSSO LAR, utilizou a totalidade de suas receitas para atender durante o exercício de 2019 e de 2018 um público alvo de idosos, adolescentes, crianças e crianças e adolescentes em risco social e pessoal na quantidade de 1.985 e 4.006 respectivamente. V – CUSTO DE ISENÇÃO INSS Em atendimento a legislação vigente, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas durante o exercício de 2019 e de 2018, correspondem ao montante de R$ 1.679.894 e de R$ 3.464.429, respectivamente. VI - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS A entidade possui processos em andamento de ordem trabalhista, cível e tributária, cujos valores são considerados contingentes e estimativas de perdas possíveis e prováveis no montante de R$ 1.144.480. As provisões para contingências são estabelecidas pela Administração da Entidade, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos. VII - COBERTURA DE SEGUROS A entidade mantém cobertura de seguros para parte de suas unidades no montante de R$ 11.230.000 considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seu ativo e/ou responsabilidades. VIII - APLICABILIDADE DA LEI Nº 12.101/09, E DECRETO Nº 8.242/14. A Lei nº 12.101/09 dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regula os procedimentos de isenções de contribuições para seguridade social, e o Decreto nº 8.242/14 de 23 de maio de 2014 regulamenta os benefícios de assistência social para obtenção da isenção das contribuições da seguridade social, e dá outras providências durante o período de 2019, a Administração da Entidade efetuou os estudos e interpretações dos dispositivos dessas legislações. Por tratar-se de matéria jurídica que envolve complexidade na interpretação correta de sua operacionalização, aplicação das normas dessa legislação foi determinada pela Administração da Entidade. IX - INSTRUMENTOS DERIVATIVOS A Entidade não mantém instrumentos financeiros derivativos. X - EVENTOS SUBSEQUENTES Em janeiro, fevereiro e março de 2020 foram recebidos os repasses do Convênio nº 001/2020 da Secretaria de Assistência Social, no valor de R$ 22 e 23 e permitido a não recolher ao INSS, contribuição de 20% sobre folha de pagamento de salários, no montante de R$ 1.679.894 e projeto de voluntários em ação, que representaria um custo de R$ 503.235, em 2019. A ENTIDADE FOI AUDITADA E O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES E AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMPLETAS ESTÃO DISPONÍVEIS NA "SEDE" DA ENTIDADE.

Alfredo de Lima Bento TC- Contador CRC 1SP 154.989 / O-9 - CPF 032.723.398-94

ASSOCIAÇÃO ALFASOL

CNPJ/MF N.º 02.871.777/0001-80

AlfaSol

Demonstrações Contábeis do Exercício Findo em 31/12/2019

Balanços Patrimoniais	Nota	2019	2018	Balanços Patrimoniais	Nota	2019	2018
Ativo / Circulante		**847.684**	**1.052.321**	**Passivo / Circulante**		**1.072.612**	**1.245.353**
Caixa e equivalentes de caixa	3	35.649	137.294	Fornecedores		30.400	32.519
Recursos vinculados a projetos	4	8.672	290.500	Obrigações tributárias	6	404.135	435.220
Adiantamentos a projetos	4	217.856	152.137	Adiantamentos de convênios	7	8.672	290.500
Estoques		285.740	338.152	Outras obrigações	8	629.404	487.114
Outros créditos		95.767	113.538	**Patrimônio Líquido**	9	**8.856.573**	**9.217.308**
Não Circulante		**9.281.581**	**8.410.139**	Patrimônio social		42.317	42.317
Imobilizado	5	**9.281.424**	**8.409.343**	Superávit acumulado		8.814.256	9.174.991
Intangível		**157**	**795**	**Total do Passivo e Patrimônio Líquido**		**9.929.185**	**10.462.659**
Total do Ativo		**9.929.185**	**10.462.659**				

Demonstrações do Superávit/Déficit do Exercício	Nota	2019	2018
Recursos vinculados a projetos	4	281.828	290.500
Custo movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita a convênio/parceria e/ou projetos para fomento e/ou estágios.		(65.719)	110.682
Passivos financeiros não derivativos: A Associação reconhece os passivos financeiros inicialmente na data de negociação da conta quando a Associação torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais liquidadas, canceladas ou quando expirar. A Associação não opera com instrumentos financeiros derivativos. **h) Imobilizado:** É avaliado pelo custo de aquisição. As depreciações são computadas pelo método linear, tomando-se por base a vida útil estimada dos bens. Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de ativos. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas / despesas operacionais no resultado. Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil/ economica estimada de cada componente. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas dos componentes do imobilizado comparadas são as seguintes: Edifício: 60 anos; Móveis e utensílios: 10 anos; Máquinas e equipamentos: 10 anos; Instalações: 10 anos; Equipamentos de telecomunicação: 10 anos; Computadores e periféricos: 5 anos; Veículos: 5 anos; Benfeitoria em imóveis de terceiros: 10 anos; Kit tecnologia: 10 anos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado. **i) Estoques:** Os ativos circulares, que compreendem softwares e marcas e patentes que são mensurados pelo custo total de aquisição. A amortização foi calculada pelo método linear, com base não taxas de 20% a.a., e leva em consideração o período de vida útil estimado dos bens. **j) Redução ao valor recuperável:** Ativos financeiros (incluindo contas a receber e recebíveis). Os ativos financeiros classificados como "empréstimos e recebíveis". são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos futuros de caixa estimados descontados a taxa de juros efetivas original do ativo. A Associação não identificou necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável. Ativos não financeiros: Os ativos não financeiros da Associação estão representados pelo ativo imobilizado. Os valores contábeis do ativo imobilizado são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável é determinado. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Não houve indicação de perda no valor recuperável do ativo imobilizado da Associação em 31/12/2019 e 2018. **k) Estoques:** Os estoques estão registrados ao custo de aquisição, que não excede o valor de mercado. O custo é composto pelo custo de material didático e de apoio necessários às ações socioeducativas. Está avaliado pelo custo médio de aquisição. **l) Demais ativos circulares:** São demonstrados pelos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. **m) Provisões:** Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Associação tem uma obrigação legal ou não formalizada, e é provável que seja necessário para liquidar a obrigação, e

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Superávit acumulado	Total
Saldos em 31/12/2017	9.931.457	9.931.457
Déficit do exercício	(714.151)	(714.151)
Saldos em 31/12/2018	**9.217.308**	**9.217.308**
Déficit do exercício	(360.735)	(360.735)
Saldos em 31/12/2019	**8.856.573**	**8.856.573**

Demonstrações de resultados	Nota	2019	2018
Receitas Divisibilas		**1.180.000**	**1.180.000**
Doações em numerários	10	2.520.411	6.726.837
Trabalho voluntário	2p	19.000	11.400
		2.937.411	**8.918.237**
Despesas Divisibrias		**(3.298.931)**	**(7.407.298)**
Destinações a projetos	11	(2.748.435)	(5.602.349)
Administrativas		(1.295.625)	(1.990.799)
Despesas com depreciação		(308.668)	(337.051)
Tributárias		(12.424)	(11.023)
Trabalho voluntário	2p	(12.000)	(11.400)
Outras receitas/ despesas operacionais		1.089.223	544.321
Déficit Operacional Antes do Resultado Financeiro		**(129.548)**	**(639.082)**
Receitas financeiras	12	131.383	1.511.583
Despesas financeiras		3.751	24.87
		(359.941)	(1.897.166)
Déficit do Exercício		**(360.735)**	**(714.151)**
Demonstrações de resultados abrangentes		**2019**	**2018**
Déficit do exercício		**(360.735)**	**(714.151)**
Resultado abrangente total		**(360.735)**	**(714.151)**

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto	2019	2018
Das Atividades Operacionais	**(388.735)**	**(714.151)**
Déficit do exercício		
Ajustes para conciliar o déficit do exercício:		
Depreciação e amortização	308.668	337.051
Provisão para contingências a projeto		(1.188.727)
Déficit do exercício ajustado	**(52.065)**	**(65.377)**
(Aumento) diminuição nos ativos	**282.360**	**194.500**
Recursos vinculados a projetos	281.828	290.500
Adiantamento a projetos	(65.719)	110.682
Estoques	48.412	(5.307)
Outros ativos circulantes	17.771	36.996
Aumento (diminuição) nos passivos	**(172.741)**	**229.812**
Fornecedores	(2.119)	6.527
Adiantamentos de convênios	(281.828)	(52.962)
Outros passivos circulantes	111.206	275.947
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**57.486**	**(71.537)**
Das Atividades de Investimentos		
Arigões do imobilizado	(179.831)	
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(179.831)**	
Diminuição líquida de caixa e equivalentes	**(122.345)**	**(71.537)**
Demonstração do caixa		
Líquido de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	157.994	229.526
No final do exercício	35.649	157.994
Diminuição líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(122.345)**	**(71.537)**

Referem-se a provisões sobre folha de pagamento com liquidações para janeiro de 2020. **Nota 8 - Obrigações Gerais:** representado pelo acúmulo dos déficits e superávits apurados anualmente, desde a data da constituição da Associação, além de patrimônio social composto pelas doações de bens não-monetários. Em caso de dissolução da Associação por decisão da maioria absoluta de seus membros em Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, seu patrimônio será destinado a outra Entidade de Vencimento Final da CNAE e/ou de fins econômicos similares, devidamente registrada e com funcionamento regular.

Nota 10 - Doações em Numerários	2019	2018
Pessoas físicas/privadas	2.540.411	6.346.837
Recursos de prestação de serviços	380.000	380.000
Total	**2.920.411**	**6.726.837**

Doadores capazes em dinheiro ou bens para o fomento do objeto social da Associação.

Nota 11 - Destinações a Projetos	2019	2018
Consultores/diárias	1.992.274	2.714.703
Pessoal	136.275	933.941
Capacitação	68.433	109.170
Aquisição e distribuição de material	65.379	387.013
Prêmios – Concurso	25.400	61.600
Lanches/merenda/alimentação	37.421	146.446
Diversos	63.480	70.452
Devolução ao concedente	22.578	89.896
Total	**2.395.240**	**4.512.781**
Total	**2.748.457**	**5.602.349**

Referem-se às despesas desprendidas para o cumprimento dos objetivos propostos da Associação, conforme nota explicativa nº 1. Nas despesas com execução de projetos, estão representadas as ações sócio educativas nos municípios, que são, entre as principais, bolsa, despesas com capacitação de alfabetizadores, aluguéis, alimentação, merenda, despesas com distribuição de material didático e de apoio.

Nota 12 - Receitas Financeiras	2019	2018
Receitas financeiras	**8.751**	**24.877**
Rendimentos sobre aplicações financeiras	8.751	18.860
Outros		5.957
Despesas financeiras	**(359.941)**	**(1.897.166)**
Tarifas bancárias	(28.478)	(40.404)
Juros e juros	(331.463)	(1.856.762)
Total	**(31.193)**	**(1.872.289)**

Nota 13 - Contingências: A Associação, no curso normal de suas atividades, mantém a presença a processos judiciais de natureza trabalhista, tributária e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa de desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31/12/2019 e 2018, a Associação não tem nenhum processo ativo com provável perda. A Associação não tem parte integrante de processos como polo passivo de natureza trabalhista, cível/ambiental e tributária. Os processos em andamento com perspectivas de perda remota R$2.001.881 e como perda possível R$ 537.225. Acom como postual processos de natureza trabalhista, classificados como de rotineiro remota R$ 11.374. **Nota 14 - Instrumentos Financeiros: Gerenciamento dos riscos financeiros.** *Risco de liquidez:* A Associação gerencia os seus fluxos de caixa, de forma a poder efetuar pagamentos em quase sua totalidade à vista em função de sua capacidade de liquidez, respaldada, entre outras, pelos recursos. Os passivos financeiros empenhados em determinado período, são integralmente liquidados em janeiro do exercício seguinte. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros.

31/12/2018	Valor contábil	2 meses ou menos	2-12 meses
Passivos financeiros	**30.400**	**30.400**	
Fornecedores	30.400	30.400	
Outras obrigações	629.404	354.022	275.382
Total	**659.804**	**384.422**	**275.382**
31/12/2018	**Valor contábil**	**2 meses ou menos**	**2-12 meses**
Passivos financeiros	**32.519**	**32.519**	
Fornecedores	487.114	162.437	324.677
Total	**519.633**	**194.956**	**324.677**

Risco de taxa de juros: No caso das demonstrações contábeis o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Associação era:

	Valor contábil	2019
Instrumentos de taxa variável	**2019**	**2018**
Aplicações financeiras	28.278	421.392
Total	**28.278**	**421.392**

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável: A administração considera que o seu maior risco das taxas de juros, que são atreladas ao CDI, não apresentam sensibilidade de oscilações relevantes e, portanto, não afetará significativamente os valores contábeis dos instrumentos financeiros de taxa variável. **Nota 15 - Patrimônio Líquido:** Representa ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, a Associação apresenta a seguir a relação dos fundos objetos de restrição fiscal que permanecem em 31/12/2019 e 2018: • IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica); • CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido); • ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza). • COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias.

Demonstração do Valor Adicionado

Demonstração do Valor Adicionado	2019	2018
Receitas	**(388.735)**	**(714.151)**
Doações em numerários e projetos	308.668	337.051
Provisão para contingências a projeto		(1.188.727)
Insumos adquiridos de terceiros	**(52.065)**	**(65.377)**
Valor adicionado líquido	**(392.380)**	**(1.767.227)**
Recursos vinculados a projetos	281.828	290.500
Adiantamento a projetos	(65.719)	110.682
Estoques	48.412	(5.307)
Outros ativos circulantes	17.771	36.996
Aumento (diminuição) nos passivos	**(172.741)**	**229.812**
Fornecedores	(2.119)	6.527
Adiantamentos de convênios	(281.828)	(52.962)
Outros passivos circulantes	111.206	275.947
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**57.486**	**(71.537)**
Das Atividades de Investimentos		
Aríges do imobilizado	(179.831)	
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(179.831)**	
Diminuição líquida de caixa e equivalentes	**(122.345)**	**(71.537)**
Demonstração do caixa		
Líquido de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	157.994	229.526
No final do exercício	35.649	157.994
Diminuição líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(122.345)**	**(71.537)**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Nos Associados e Administradores da **Associação AlfaSol**. São Paulo – SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Associação AlfaSol ("Associação") que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2019 e as respectivas demonstrações do superávit/déficit, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação AlfaSol em 31/12/2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixas para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 - R1) e para contabilidade de pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 - R1). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nessas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Associação de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determina como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Associação de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente de fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. Distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente de causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detectar de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação. • Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões são fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, incluindo as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 09/04/2020. **Bourichter, Pasquini & Cordi** - Auditores Independentes S/S - CRC 2SP 5.526/O-2, **João Paulo Antonio Pompeo Cordi** - Contador - CRC 1SP057611/O-0

Jornal O DIA SP

Ligue: 3258-1822 3258-0273

www.jornalodiasp.com.br

Pacer Logística S.A.

CNPJ/MF nº 22.601.274/0001-87

Edital de Convocação - Assembleia Geral de Debenturistas

Ficam convocados os Titulares das debêntures da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, Com Esforços Restritos de **Pacer Logística S.A.** ("Escritura de Emissão", "Debêntures", Emissora, respectivamente), a se reunirem em Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), nos termos da Cláusula IX da Escritura de Emissão, datado de 30 de março de 2017, conforme aditado, que será transmitida e realizada, em primeira convocação, no dia 08 de maio de 2020, às 11:00 horas, nos termos do inciso I, §1, artigo 124 Instrução Normativa ORDI nº 70 de 14 de abril de 2020 ("IN 79/2020"), sendo que as informações para participação e voto poderão ser consultadas no site da Emissora (www.pacer.com.br) ou do Agente Fiduciário (www.fiduciario.com.br), nos termos da Medida Provisória n. 931 de 30 de março de 2020 e da IN 79/2020 supracitada ("MGD"), para deliberar e precisar acerca dos seguintes matérias: (i) aprovação do pagamento dos parcelas de Amortização do Valor Nominal Unitário e Remuneração com vencimento previsto para o dia 13/05/2020, nos termos das cláusulas IV.7 e IV.8.3.1, da Escritura de Emissão, respectivamente, para 13/07/2020; e (ii) autorização para que o Agente Fiduciário adote todos e quaisquer procedimentos necessários para a efetivação das matérias descritas no item anterior. **Informações Gerais:** Os Debenturistas que se fizerem representar por procuradores, deverão entregar o respectivo instrumento de mandato, com poderes específicos nos termos da MGD, na sede social da Agente Fiduciário ou via e-mail, fiduciario@stamcapital.com.br, nos termos do Decreto nº 10.278 de 18 de março de 2020, em prazo de hábil (no mínimo) minutas antes da realização da AGD.

GRUPO RCFA FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO - CNPJ nº 27.771.586/0001-44 - **Convocação para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Cotistas** - Considerando os seriíssimos cotistas do **Grupo RCFA Fundo de Investimento Imobiliário** ("Fundo"), CNPJ nº 27.771.586/0001-44, a comparecer à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Cotistas, a realizar-se de forma semi-presencial, por meio de **link para vídeo-chamada e ser disponibilizado aos cotistas** e no escritório da Firam Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Administrador"), localizado na **Rua Eduardo de Souza Aranha, nº 153 - 4º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, no dia 29 de maio de 2020, às 10:00h**, para deliberar sobre: **(i)** Aprovar as contas e das demonstrações financeiras do Fundo referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 ("Demonstrações Contábeis"); **(ii)** Tendo em vista a manifestação de desinteresse do Administrador na continuidade da prestação de serviços de administração fiduciária, deliberar sobre a substituição do prestador de serviços de Administração fiduciária do Fundo, a qual passará a ser realizada pela **Terra Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, instituição financeira devidamente autorizada pela CVM para a administração fiduciária de fundos de investimento imobiliário, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 100, 9º Andar, Itaim Bibi, CEP 04534-000, inscrita no CNPJ sob o nº 00.751.794/0001-13 ("Nova Administradora"), conforme proposta de prestação e serviços disponível para consulta na sede do Administrador; bem como deliberar sobre os procedimentos inerentes à transferência da administração fiduciária do Administrador para a Nova Administradora, incluindo, mas não se limitando, à contratação do Auditor Independente do Fundo para elaboração e laudo de auditoria nos termos da regulamentação em vigor ("Transferência do Fundo"); **(iii)** a 2ª emissão de Cotas do Fundo ("2ª Emissão") a ser

Planova Planejamento e Construções S/A.

CNPJ 47.383.971/0001-21

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2019

Balanços Patrimoniais em 31 De Dezembro 2019 - (valores em milhares de reais)

Ativo		2019	2018 Reapresentado
Ativo Circulante		**167.598**	**124.393**
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	20.453	12.416
Clientes	6	31.281	8.499
Conta Corrente Consórcio		16.084	23.541
Imposto e Contribuições a Recuperar		2.701	1.450
Partes Relacionadas	8	75.057	42.293
Outros Créditos		20.793	34.672
Despesas Antecipadas		1.129	1.522
Ativo Não Circulante		**58.982**	**102.168**
Realizável a Longo Prazo		**37.880**	**43.317**
Clientes	6	37.880	43.317
Partes Relacionadas	8	-	48.764
Outros Créditos		139	6.555
Adiantamentos para Futuro aumento de capital	9	1.598	2.400
Depósitos Judiciais		1.656	1.152
Tributos Diferidos		17.709	17.853
Investimentos	**9**	**86.480**	**75.498**
Controladas e Coligadas		68.521	57.577
Outros investimentos		12.268	11.820
Propriedades para Investimento		5.701	5.701
Direitos de Uso		**290**	**-**
Direitos de Uso		290	-
Imobilizado/Intangível	**10**	**1.809**	**6.482**
Bens Tangíveis		5.039	4.625
Bens Intangíveis		211	4.976
(-) Depreciação/Amortização Acumulada		(3.441)	(3.119)
Total do Ativo		**315.169**	**326.414**

Passivo e Patrimônio Líquido		2019	2018
Passivo Circulante		**91.975**	**65.315**
Fornecedores	11	12.172	12.380
Emprestimos e financiamentos	12	19.842	19.113
Obrigações Sociais e Trabalhistas		8.323	5.407
Obrigações Tributárias		917	1.747
Parcelamento Tributário	13	8.221	8.186
Conta corrente Consórcio		9.257	8.699
Partes relacionadas	8	500	-
Adiantamentos de clientes		27.784	624
Outras Obrigações		4.669	9.159
Arrendamento Mercantil		290	-
Passivo Não Circulante		**-**	**-**
Exigível a Longo Prazo		**88.576**	**95.386**
Emprestimos e financiamentos	12	8.769	7.393
Partes relacionadas	8	26.442	23.033
Provisões trabalhistas	14	1.738	1.749
Arrendamento Mercantil		290	-
Parcelamentos Tributário	13	52.972	57.492
Tributos Diferidos		4.490	4.935
Outras Obrigações		139	158
Patrimônio Líquido		**134.618**	**165.713**
Capital Social		265.514	265.514
Ajuste de conversão moeda estrangeira		204	(261)
Prejuizos acumulados		(129.489)	(114.363)
Lucro/Prejuizo do exercício		(1.611)	(13.619)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**315.169**	**326.414**

Demonstrações do Resultado - (valores em milhares de reais)

		2.019	2.018
Receita Operacional Líquida	**16**	**166.894**	**401.299**
(-) Custos dos serviços Prestados		(141.149)	(385.823)
Lucro Bruto		**25.745**	**15.476**
Receitas/(Despesas) Operacionais:			
Despesas Administrativas		(32.758)	(29.967)
Outras Receitas/Despesas Operacionais		(53)	(4.247)
Resultado Operacional		**(7.066)**	**(18.738)**
Receitas Financeiras		-	(4.531)
Despesas Financeiras		(5.276)	-
Resultado Financeiro		**(5.276)**	**(4.531)**
Resultado de equivalência Patrimonial		3.282	3.097
Lucro/(Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**(3.060)**	**(20.172)**
Contribuição Social		(27)	(123)
Imposto de Renda PJ		(101)	(211)
Diferidos		1.577	6.897
Lucro/Prejuízo do Exercício		**(1.611)**	**(13.619)**
Lucro por ação		(0,03)	(0,29)

Demonstração do Resultado Abrangente para o Período findo em 31/12/2019 - (valores em milhares R$)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	**(1.611)**	**(13.619)**
Outros Resultados Abrangentes		
Variação cambial de investimentos no exterior	465	1.693
Total do resultado abrangente	**(1.146)**	**(11.926)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o Período findo em 31/12/2019

(valores em milhares R$)

Historico	Capital	Ajuste avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31/12/17	**293.956**	**(1.954)**	**(111.498)**	**180.505**
Outros Resultados Abrangentes				
Variação cambial de investimentos no exterior	-	1.693	-	1.693
Lucros distribuídos SCP			(2.866)	(2.866)
Prejuízo do exercício			(13.619)	(13.619)
Saldo em 31/12/18	**293.956**	**(261)**	**(127.983)**	**165.713**
Ciclo - Planova				
Infraestrutura 01/2019	(28.442)	-	-	**(28.442)**
Arrangando Opus 4 - 03/2019	-	-	(1.506)	(1.506)
Outros Resultados Abrangentes - variação Cambial de investimentos no exterior	-	465	-	465
Prejuízo do Exercício	-	-	(1.611)	(1.611)
Saldo em 31/12/19	**265.514**	**204**	**(131.100)**	**134.618**

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto - Valores em milhares de R$

1) Fluxo de Caixa Proveniente das Atividades Operacionais	**2019**	**2.018**
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(1.611)	(13.619)
Ajuste de reconciliação do lucro do exercício para o caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Depreciação e Amortização	434	597
Resultado de Equivalência Patrimonial	(9.282)	(3.434)
Impostos de Renda e Contribuição Social diferidos	(1.577)	(6.887)
Provisão para Contingência	-	(25)
provisão jurosi s/ empréstimos	(1.339)	(1.330)
Receitas acres tecnicos	-	(4.766)
Provisão perda de investimentos	-	337
Total	**(13.375)**	**(29.127)**
Variação de Ativos e Passivos		
Clientes	(17.263)	52.297
Impostos e contribuições a recuperar	(1.251)	1.480
Outros créditos	22.819	(7.212)
Despesas Antecipadas	393	152
Depósitos judiciais	(504)	(111)
Fornecedores	(208)	(7.329)
Obrigações Sociais e trabalhistas	2.914	(1.637)
Obrigações e Tributárias	(830)	(13.951)
Outras Obrigações	29.943	(32.525)
Conta Consórcio Infraestrutura	(28.442)	-
Parcelamentos tributários	(4.485)	10.555
Caixa Obtido nas Atividades Operacionais	**3.086**	**1.719**
Disponibilidades Líquidas Geradas pelas Atividades Operacionais	**(10.289)**	**(27.408)**
2) Atividades de Investimento		
Aquisição de Participações	(444)	(872)
Aquisição de Ativo Imobilizado	(806)	(593)
Venda de imobilizado/investimentos	4.945	-
Baixa investimentos	-	77
Caixa Aplicado nas Atividades de Atividades de Investimento	**3.695**	**(1.388)**
3) Atividades de Financiamento		
Captações de empréstimos e financiamentos - Principal	41.071	41.558
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - Principal e juros	(42.790)	(38.413)
Partes relacionadas	16.350	20.791
Caixa Aplicado nas Atividades de Financiamento	**14.631**	**23.936**
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalente de Caixa	**8.037**	**(4.860)**
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalente de Caixa	**8.037**	**(4.860)**
Caixa e Equivalente de Caixa no Inicio do Período	**12.416**	**17.276**
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	**20.453**	**12.416**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 - (Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto Operacional: A PLANOVA **Planejamento e Construções S.A.**(a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado. Foi fundada em 1975, sendo hoje uma empresa que atua no sistema SGI – Sistema de Gestão Integrada nas áreas de construção civil, montagens industriais e um player no setor de EPC – Engineering Procurement and Construction nos segmentos de petróleo e gás, petroquímica, geração e transmissão de energia, produção de açúcar e álcool, processamento e recicagem de lixo. Tem por principais objetivos operacionais as atividades de Construção Civil em geral, além da participação no capital de outras empresas. **2 Resumo das Principais Políticas Contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 29 de abril de 2020. **2.1 Base de preparação:** A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas críticas e também o exercício de julgamento da Diretoria por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade estão divulgadas na Nota 3. **(a) Demonstrações contábeis:** As demonstrações financeiras contábeis foram preparadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). Nas demonstrações contábeis individuais, as controladas e coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. No caso da Companhia as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas nas demonstrações contábeis individuais, diferem do IFRS aplicado às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo. **(b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.2 Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações da receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e conclui que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos a seguir devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: **(a) Prestação de serviços de empreitada:** A receita de um contrato para prestação de serviços de empreitada é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão do contrato. O estágio de conclusão dos contratos é assim determinado: As receitas de prestação de serviços decorrentes dos serviços de empreitada são reconhecidas por ocasião da medição do progresso físico das obras, independentemente de seu recebimento. As medições são realizadas por engenheiros devidamente habilitados. **(b) Acordos de controle em Conjunto:** De acordo com o CPC 19 (R2) (IFRS 11), de acordo de controle em conjunto são divididos em dois tipos, a saber: **"Operação conjunta:** é uma operação na qual as partes controladoras em conjunto, controladas como joint ventures, têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos, relacionados a esse acordo. • **Joint Venture:** é aquela por meio da qual as partes controladoras em conjunto, conhecidas como joint ventures, têm direitos sobre os ativos líquidos (ou seja, patrimônio líquido). **(c) Receita financeira:** Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que renderam juros classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. **(d) Impostos sobre vendas:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • e valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas. O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como montante líquido, conforme cabível, nas demonstrações financeiras. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo e alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4 Ativos financeiros: (a) Classificação e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, mensurados ao valor justo através do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **(b) *Empréstimos e recebíveis:*** Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **(c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante e não circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem. **2.5 Contas a receber:** As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas, quando for o caso, da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que os clientes não serão capazes de liquidar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais da conta a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **2.6 Ativos circulante e realizável a longo prazo:** São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando do houver efeito relevante. **2.7 Investimentos:** Consistem em investimentos em controladas e coligadas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial avaliados pelo custo de aquisição. Os investimentos correspondem aos ajustes de aquisições são ajustados contra o custo do investimento. Ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e sua controladas são eliminadas na medida da participação da Companhia, sendo não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidência de perda de valor temporário. **Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos financeiramente relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecido como um ativo separado, conforme apropriado, somente quanto for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com confiabilidade. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contraparte ao resultado do exercício, quando incorridos. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras ganhos/(perdas), líquidos" no demonstrativo de resultado. **2.9 Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como não circulantes. **2.10 Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia, quando aprovado, é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas. **2.11 Outros passivos circulante e não circulante:** Os demais passivos circulante e não circulante são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante. **2.12 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado com base no lucro real. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos mensalmente sobre bases de cálculo ajustadas através de adições de vendas não tributadas, exclusões de receitas, não formas e alíquotas previstas na legislação vigente. **2.13 Tributos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as respectivas bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, quando aplicável. Os tributos e contribuições diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Sociedade apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os tributos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinações de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afeta o lucro tributável nem o lucro contábil. **2.14 Provisões:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. Quando houver uma obrigação semelhante, considerando a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a possibilidade de uma saída de recursos em relação a um item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. **2.15 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo, quando aplicável e registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de apuração do valor presente de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em outros casos implícita, de maneira específica para cada ativo e passivo com a análise realizada sobre as operações da Companhia, a Administração acredita que a não necessidade de constituição de ajuste de ativos e passivos a valor presente. **2.16 Instrumentos financeiros:** Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e de capital, clientes, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através do resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. **2.17 Arrendamento Mercantil:** Arrendamento é um contrato, ou parte de um contrato, no qual o arrendador transfere ao arrendatário, em troca de contraprestação, o direito de usar um ativo por determinado período. A Companhia aplicou a IFRS 16 apenas para os contratos vigentes em 2019 e que foi previamente identificado como arrendamento. Ela utilizou os seguintes expedientes práticos previstos na norma para a isenção do reconhecimento de um arrendamento: (i) arrendamento de curto prazo (vigência de até 12 meses); (ii) itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado inferior a US$ 5 mil); e (iii) arrendamentos variáveis (geralmente baseados em percentuais de faturamento). Sob forma, o impacto mais significativo na adoção da IFRS 16 foi: • Aluguéis de escritórios e residencial para a instalação dos escritórios administrativos localizados em São Paulo e Barueri; • Valor Mensal dos Aluguéis: R$ 33.088,90. A Companhia utilizou as suas taxas de captação incremental de empréstimos e financiamentos tomados em bases equivalentes à data de transição. Essa taxa leva em consideração o risco de crédito e foi ajustada ao prazo do contrato de arrendamento, o qual é substancialmente pelo IGPM/GFV. O impacto produzido na demonstração de resultados a partir da adoção da IFRS 16 é a substituição do custo linear com aluguéis (anteriormente operacional) pelo custo financeiro. Não houve direito de uso do ativo objeto desse contrato e pela despesa de juros sobre a obrigações de arrendamento ao longo do período e a partir da época da contratação dessas transações. **2.18 Reclassificação dos saldos referentes de clientes correspondentes ao Exercício findo em 31 de Dezembro de 2018: Em conjunto com a Companhia, a Comissão de Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) – Apresentação das demonstrações contábeis, o saldo contábil de "Retenções de Clientes" no montante de R$ 17.873 MM, registro na conta de "Outros Créditos" no ativo circulante. Os montantes contábeis na conta de Contas a Receber no Ativo não Circulante, para melhor apresentação entre os exercícios. 3 Estimativas e julgamentos contábeis:** As estimativas e os julgamentos são contínuos são contínuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. **3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativa com relação aos futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e suposições que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contemplados a seguir. **(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** A Companhia está sujeita ao imposto de renda e a contribuição social. E necessário um julgamento significativo para determinar a provisão desses tributos. Em muitas operações, a determinação final dos tributos é incerta. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que os tributos adicionais devam ser pagos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. 3.2.1 Novas normas e interpretações ainda não adotadas: A seguir apresentam-se as normas efetivas a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2020: • IAS 1 /CPC 26 e IAS 8/ CPC 23 - Definição de material; • CPC 00 - Estrutura conceitual para relatórios financeiros; • IFRS 3 / CPC 15 – Definição de negócio; • Revisão de pronunciamentos técnicos nº 14; • Revisão de pronunciamentos técnicos nº 15; • IFRS 17 Contratos de Seguro. Considerando as atuais atividades da Companhia e de suas controladas, a Administração não espera que estas alterações produzam efeitos relevantes para as demonstrações financeiras a partir de sua adoção. **4 Demonstrações contábeis consolidadas:** Apesar da PLANOVA Planejamento e Construções ser a controladora de outras entidades, a administração da Companhia optou em não apresentar as suas demonstrações contábeis consolidadas, em virtude dos seguintes aspectos: • A Companhia é subsidiária integral de uma holding, a qual não fez objeção quanto a não apresentação das demonstrações contábeis consolidadas; • Os instrumentos de dívida ou de capital da Companhia não são negociados em um mercado aberto (bolsas de valores no País ou no exterior) ou um mercado descentralizado de tíbulos não cotados; • Não ocorreu a emissão de demonstrações financeiras a partir de suas controladoras

DRIELLE Participações S/A

CNPJ 31.263.629/0001-58

(Demonstrações findas em 2018 e 2019)

BALANÇO PATRIMONIAL

	31.12.2018	31.12.2019
Ativo		
Ativo Circulante		
Caixa ou Equivalente Caixa	593,05	3.819,69
Não Circulante		
Imobilizado	-	10.518.844,10
Total do Ativo	**593,05**	**10.522.663,79**
Passivo		
Passivo Circulante		
Obrigações Tributárias	-	21.217,50
Patrimônio Líquido		
Capital Subscrito	1.000,00	10.213.470,00
Lucros / Prejuízos Acumulados	(406,95)	287.976,29
Total do Passivo	**593,05**	**10.522.663,79**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	31.12.2018	31.12.2019
Receitas		863.958,37
Receitas Operacionais		863.958,37
Reembolsos e Recuperação de Despesas	-	75.000,00
Despesas		
Despesas Operacionais	-	(75.000,00)
Administrativa	(250,00)	-
Tributarias	(156,95)	(102.346,13)
Financeiras	-	(729,00)
Lucros / Prejuízos do Exercício	**(406,95)**	**760.883,24**

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS / PREJUÍZOS ACUMULADOS

Descrição	31.12.2018	31.12.2019
(-) Saldo Inicial do Exercício	-	406,95
(+) Resultado do Exercício	406,95	(760.883,24)
(-) Dividendos ou Lucros distribuídos	-	472.500,00
(-) Lucros / Prejuízos Acumulados	**406,95**	**(287.976,29)**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	31.12.2018	31.12.2019
Modo Direto		
Fluxo de Caixa Originado de: Atividades Operacionais		
Caixa Gerado pelas Operações		
Tributos Pagos	-	(80.315,65)
Fluxo de Caixa antes de Itens Extraordinários		
Outros recebimentos/pagamentos líquidos	(406,95)	862.416,39
Caixa Líquido Proveniente Atividades Operacionais	**(406,95)**	**782.100,74**
Atividades de Investimentos:		
Caixa Líquido Utilizado Atividades de Investimentos		
Atividades de Financiamentos:		
Integralização de Capital	1.000,00	-
Pagamento de Lucros e Dividendos	-	(472.500,00)
Pagamento de Empréstimos de Debentures	-	(306.374,10)
Caixa Líquido Gerado Atividades de Financiamentos	**1.000,00**	**(778.874,10)**
Aumento nas Disponibilidades	**593,05**	**3.226,64**
Disponibilidades - Início do Período	**-**	**593,05**
Disponibilidades - Final do Período	**593,05**	**3.819,69**
Resultado do Período:	**(406,95)**	**760.883,24**
Ajustes conciliar resultado valor disponibilidades geradas (aplicadas)		
Variação nos Ativos e Passivos		
Aumento das Despesas Antecipadas		
Aumento Fornecedores e Contas a Pagar	-	2.737,50
Aumento Impostos Renda e Contribuição Social	-	18.480,00
Total de Ajustes	**-**	**21.217,50**
Disponibilidade Líquida Gerada Atividades Operacionais	**593,05**	**3.226,64**

Clarex S.A.

CNPJ nº 01.761.359/0001-24

Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balanços patrimoniais

	2019	2018
Ativo/Circulante	**3.079**	**13.240**
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	2.399	3.225
Contas a receber de clientes (Nota 8)	-	54
Empresas ligadas e controladas (Nota 14)	231	9.135
Impostos a recuperar	422	414
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4 (b))	9	6
Outros ativos circulantes	7	406
Não Circulante / Realizável a longo prazo	**82**	**24**
IR e CS diferidos (Nota 11 (a))	73	22
Imobilizado	9	14
Total do Ativo	**3.161**	**13.264**
Passivo/Circulante	**1.844**	**11.670**
Fornecedores	13	55
Empréstimos e financiamentos (Nota 9)	-	10.877
Salários e encargos sociais	22	28
Impostos a recolher/pagar	2	2
Empresas ligadas e controladas (Nota 14)	95	30
Outras contas a pagar	53	42
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4 (b))	-	636
Patrimônio líquido (Nota 11)	**1.317**	**1.594**
Capital social (Nota 11)	1.500	1.500
Reservas de lucros	203	139
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**3.161**	**13.264**

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31/12/2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais - A Clarex S.A., sociedade anônima de capital fechado ("Companhia") com sede em Guarulhos - SP, atua como exportadora comercial (trading) inscrita no Secex e tem como objeto social a atividade preponderante a exportação de produtos manufaturados e semi-manufaturados. A Companhia é controlada pela Brasil Lita. Controladora Brasil Ltda., que detém 99,99% das suas ações, que por sua vez pertence ao grupo econômico Uniclare N.V. empresa de capital aberto, com sede na Bélgica. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração da Companhia em 30/04/2020. **2. Resumo das principais políticas contábeis**. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação das demonstrações financeiras**. As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base e valor justo no caso de alguns investimentos, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **2.2 Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação**. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). Essas demonstrações financeiras são apresentadas em R$, que é moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **(b) Transações e saldos**: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou de avaliação, no caso dos itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e em conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração de resultado, como "Outras Receitas (despesas) operacionais, líquidas". **2.3 Caixa e equivalentes de caixa**: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor, sendo cada apresentado líquido de saldos em conta garantidas ou demonstração do fluxo de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Financiamento", no passivo circulante. **2.4 Ativos Financeiros: 2.4.1 Classificação**: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob os seguintes categorias de mensuração: (i) Mensurados ao valor justo por meio do resultado. (ii) Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para gerão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. A Companhia classifica como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, se o investimento em ativos financeiros for adquirido com a finalidade de ser vendido no curto prazo. **2.4.2 Reconhecimento e mensuração**: No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. **2.4.4 Impairment**: A Companhia avia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas a seus ativos financeiros registrados ao custo amortizado. A metodologia de empreendimento aplicada depende de ter houvido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para os contas a receber de clientes, a Companhia reconhece as perdas esperadas no longo da vida útil dos títulos a receber a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis, quando identificar que não riscos de perdas suspeitas ao mesmo valores por ocasiões de crédito Bolsa B. **2.4.5 Compensação de instrumentos financeiros**: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidar em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser condicionado em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. **2.5 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge**: Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente, mensurados ao seu valor justo. Os instrumentos derivativos Non-Deliverable Forward (NDF) contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio. Os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente, mensurados ao seu valor justo. Os instrumentos derivativos Non-Deliverable Forward (NDF) contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio. Os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente, mensurados ao seu valor justo. Os contratos de câmbio são contratos de derivativos, que não são designados como outras operações cambiais operações líquidas. O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado na Nota 9 (b). Todos os valores justos em 2017 e 2018 têm um vencimento remanescente de itens prolongão referente a 12 meses. **2.6 Contas a receber de clientes**: As contas a receber de clientes, incluindo partes relacionadas, correspondem aos valores a receber de clientes pelo desempenho de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia. O prazo médio de recebimento é de 15 dias a partir do embarque das mercadorias, sendo assim, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. O valor contábil das contas a receber de clientes que foram objeto de uma renegociação de termos, cujo valor contábil é ajustado pelo valor do ajuste a valor presente, considerando o prazo remanescente do contrato e a taxa de juros efetiva original do contrato. Subsequentemente, a medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros, utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento. **2.7 Distribuição de dividendos**: A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo ao final do exercício, com base no estatuto social vigente que prevê a distribuição de dividendos mínimos de 1% ao final do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado no passivo na data em que são aprovadas pelos acionistas em Assembleia Geral. O saldo a distribuir foi agrupado em conta do patrimônio líquido denominada "Dividendos a distribuir". **2.15 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: Alterações adotadas pela Companhia**. As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 01/01/2019 e não tiveram impactos materiais para a Companhia: IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil. Com essa nova norma, as arrendatárias passam a ter que reconhecer a posição dos pagamentos futuros e o direito de uso dos ativos arrendados para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo as operações, podendo ficar fora do escopo determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. A administração da Companhia avaliou os contratos vigentes, avaliando se se trates contratos que não se enquadrariam em IFRS 16. Estas são as novas normas e interpretações emitidas pelo IASB, que ainda não estão em vigor para os exercícios de 2019. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). Estudos Conceitual, em maio de 2018, o IASB emitiu a revisão do Estudo Conceitual para Relatórios Financeiros, substituindo a versão anterior, emitida em 2010. As principais mudanças foram: • aumenta da prominência da gestão no objetivo da prestação de relatórios financeiros; • restabelecimento da prudência como um componente da neutralidade; • definição de entidade; • revisão das definições de ativo e passivo; • revisão dos critérios para reconhecimento de ativos e passivos e critérios de baixa; • revisão de orientações sobre diversos conceitos de mensuração; • revisão de orientações sobre bases diferentes de mensuração; e • afirmação que o resultado é o principal indicador de desempenho e que, em princípio, as receitas e despesas em outros resultados abrangentes devem ser reciclados quando isso aprimorar a relevância ou a representação fiel das demonstrações financeiras. **Alterações ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Financeiras" e IAS 8 "Contábil Policies, Change in Accounting Estimates and Errors"**: em outubro de 2018, o IASB emitiu a definição de "material" e "ter diferações preliminares do IAS 1 e IAS 8, cuja versão revisada possui data efetiva de aplicação a partir de 10/01/2020. **Alterações ao IFRS 3 "Business Combinations"**: em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações ao IFRS 3, que possui data efetiva a partir de 10/01/2020. A Companhia não mantém e nem tem expectativa de manter operações dentro naturezas. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos**: As estimativas e os julgamentos contábeis são constantemente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as ocorrências. **3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas**: Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão relacionadas a contemplativas a seguir: **(a) IR e CS diferidos**: A Companhia reconhece IR e CS diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando-se as alíquotas em vigor. A Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos referentes de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro tributável futuro e os lucros tributáveis futuros projetados, de acordo com estudos de viabilidade técnica. **(b) Valor justo de derivativos**: O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para avaliar dívidas de natureza não cotadas em mercados ativos, considerando suas condições de mercado existentes no final de cada balanço. **4. Gestão de riscos financeiros: 4.1 Fatores de risco financeiro**: As atividades da Companhia a expõem a alguns riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de mesma), risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco é realizada pelo departamento financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo grupo econômico Uniclare N.V., com sede na Bélgica, que avalia e protege a Companhia de riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais. O grupo econômico estabelece princípios para a gerão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. **(a) Risco de mercado. Risco cambial**: A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar americano. Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, sendo principalmente especulativos e sendo a descoberta (Nota 4(b)). **(b) Risco de crédito**: O risco de crédito decorre de operações com instrumentos financeiros derivativos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Para bancos e instituições, são aceitas preferencialmente filiais de entidades independentes classificadas com rating mínimo "A". No caso de clientes que não sejam classificados de rating independente, a área de crédito avalia os limites de clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada em outras avaliações e outros fatores. Os limites de crédito individuais são revisados mensalmente e o risco de crédito é transferido para a COFACE em contratação de seguro. **(c) Risco de liquidez**: As previsões de fluxos de caixas são realizadas e monitoradas de modo a assegurar adequado suprimento de recursos para atender as necessidades operacionais da Companhia. Em 31/12/2019 e de 2018 a Companhia possuía um capital circulante líquido positivo e utilizava substantivamente de contratos de clientes junto aos instituições financeiras. **5. Instrumentos financeiros por categoria: (a) Instrumentos financeiros por categoria**

Ativos, conforme o balanço patrimonial	Ativos mensurados ao custo amortizado	Derivativos ao valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	2.399	3.525	2.399 3.525
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	231	9.229	- 231 9.229
Instrumentos financeiros derivativos	-	6	- 6 6
	2.630	12.760	- 2.630 12.760

Passivos, conforme o balanço patrimonial	Passivos ao custo amortizado 2019	2018	Derivativos ao valor justo por meio do resultado 2019	2018	Total 2019	2018
Empréstimos e financiamentos (incluindo obrigações líquidas)	1.817	10.877	-	-	1.817	10.877
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	1.017	-	1.017
	1.817	10.877	-	1.017	1.817	11.894

(i) O saldo compreende as operações financeiras de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas, mencionadas na Nota 14(a). As obrigações decorrentes do legal que perdem excluídas do saldo, uma vez que essas são de natureza não financeira. **6. Caixa e equivalentes de caixa**

Item	Cons 2019	Cons 2018	Em 2019	Em 2018
Contas a receber de clientes e ligadas	-	54	-	2.736
Total do ativo	**-**	**54**	**-**	**2.736**
Contas a pagar	(1.817)	(10.877)	-	(10.877)
Empréstimos e financiamentos	-	-	(2.663)	(10.877)
Total do passivo	**(1.817)**	**(10.877)**	**(2.663)**	**(21.754)**
Exposição líquida	**(1.817)**	**(10.823)**	**(2.663)**	**(19.018)**

A exposição negativa é tratada pela Companhia utilizar de contratações de instrumentos financeiros derivativos NDF - Non-Deliverable Forward. **7. Caixa e equivalentes de caixa**

	2019	2018
Caixa e bancos	2.399	3.225
Caixa e equivalentes de caixa	**2.399**	**3.225**

8. Contas a receber de clientes

	2019	2018
Mercado interno	-	54
Total	**-**	**54**

9. Empréstimos e financiamentos

Tipo	Rating	Valor de referência (nacional) em USD	Valor justo	Custos/ perdas realizadas 2019	Custos/ perdas não realizadas 2019
Contratos a termo (NDF)				**2019**	**2018**
				2019	**2018**
Bradesco (*)	(bra) (bra)	(96)	- (3)	- (283)	(85) (3)
Itaú (*)	AAA AAA (bra) (bra) AAA	290	- 9	- -	9 -
Santander (**)	br	A-2	-	- 11	- -
JP Morgan (*)	BAAA	AA-	- 11	17 162	- -
		194	6	17	162

(*) Fitch; (**) Moody's. **I. Custos e equivalentes de caixa**

	2019	2018
Caixas e bancos a vencer	-	54
	-	**54**

As transações da Companhia são mantidas principalmente com partes relacionadas, e que poderiam ser diferentes se fossem com partes não relacionadas. Em 31/12/2019, a diretoria entende que as transações não foram necessárias em constituir provisão para devedores duvidosos, devido a não exigência de saldo devedor junto à seguradora COFACE, conforme descrito na Nota 14. **10. Fornecedores e financiamentos**

Modalidade	2019	Reais	2019	2018
Adiantamento contratos de câmbio exportação - ACC	-	-	-	10.866
Adiantamento contratos de câmbio exportação - ACC (juros)	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos - circulante	-	-	-	10.877

Detalhes dos contratos - em ECS	Moeda de origem	Encargos ao ano - %	Início	Final
ACC 12600347 - SANDANER	US$	2,850%	10/12/2018	08/01/2020
ACC 19402347-6 - SANDANER	US$	2,950%	17/12/2018	25/01/2019
ACC 19400866 - BRADESCO	US$	3,170%	20/12/2018	25/01/2019
	US$			

A Companhia, durante o exercício de 2019, mantém as suas obrigações e saldos das empréstimos e financiamentos em aberto em 2018, bem como os empréstimos adquiridos em 2019 no valor nominal de USD 305.275,27 e data de pagto de 2,3232% a.a. **10 a CS (a) Compromisso de IR e CS diferidos**: Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam os seguintes **Diferidos ativo**

Provisões fiscais temporárias	2019	2018
Contas com contratos de derivativos não realizados	(6)	(6)
Provisão para participação nos resultados	5	3
Provisão com serviços de consultoria	37	31
Perdas contábeis não realizadas	40	22
	76	**50**
Alíquota nominal	34%	34%
IR e CS diferidos ativos	26	17

(b) Período estimado de realização: Os valores dos ativos fiscais diferidos apresentam os seguintes expectativas de realização: **Ano**

	2019	2018
2019	-	17
2020	26	5
	26	**22**

(c) Reconciliação de benefícios (despesa) de IR e de CS:

Contas antes do IR e da CS	2019	2018
Alíquota nominal combinada de IR e de CS - %	34	34
IR e CS de alíquota nominal	(13)	(7)
Outros despesas (receitas) indedutíveis, líquidas	36	29
Despesas de IR e CS no resultado do exercício	**23**	**22**
IR e CS correntes	(11)	(5)
IR e CS diferidos	34	27
	23	**22**

11. Patrimônio líquido: (a) Capital social: O capital social atual de R$1.500, totalmente integralizado, representado por 1.500.000 (2018 - 1.500.000) ações ordinárias nominais (R$1,00 cada), assim distribuídas em 31/12: **Acionistas, 2019**: Uniclare Brasil Ltda., 1.499.999; ULF Carrier Berlil Gerlemann, 1.500.000. O capital social da Companhia foi reduzido em R$ 795, conforme aprovação em Assembleia Geral realizada em 11/01/2019, sendo que o valor foi devolvido aos seus acionistas em dinheiro. A redução foi determinada de forma a eliminar o capital social em excesso à necessidade da Companhia. **(b) Reservas de lucros**: A Reserva Legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não pode ser maior que 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. O 2018, a Companhia reduziu sua reserva legal em R$ 0,8, para manutenção do limite de 20% do capital social. **(c) Dividendos a distribuir**: Aos acionistas está assegurado pelo Estatuto Social, um dividendo mínimo correspondente a 1% do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado conforme a legislação em vigor. A Companhia apurou, em 31/12/2019, o qual foi absorvido pelos reservas de lucros dos dividendos não distribuídos de exercícios anteriores. Em 31/12/2018 - dividendo distribuído de R$20. Adicionalmente, em 2018, foram distribuídos R$R34 referentes a dividendos adicionais de 2017, conforme deliberação da AGE acontecida em 11/05/2018.

12. Importação e compra de mercadorias:

	2019	2018
Revenda de produtos no exterior	355.998	334.852
	355.998	**334.852**

Deduções: Devoluções e abatimentos

	2019	2018
	-	**-**

Receita líquida de vendas

	2019	2018
13. Custos e despesas por natureza:	**2019**	**2018**
Produtos para revenda	(302.391)	(284.350)
Remunerações, encargos sociais e benefícios a empregados	(134)	(134)
Despesas de depreciação e amortização	(1)	(1)
Serviços a consultores	(118)	(107)
Despesas com viagens, aluguéis, etc	(21)	(18)
Despesas de transporte (engloba seguros com transporte e estadias)	(257)	(254)
Outras despesas	(651)	(1.000)
	(303.573)	**(285.864)**
Custo dos produtos vendidos	(302.391)	(284.350)
Despesas com vendas	(455)	(332)
Despesas administrativas e gerais	(731)	(1.182)
	(303.573)	**(285.864)**

14. Outras receitas (despesas) operac., líquidas: Variação cambial

	2019	2018
Ganhos com variações cambiais	4.721	19.719
Ganhos com operações de hedge	-	-
Perda com contratos de derivativos relacionados a mesmos	(1.047)	(956)
Ganhos com contratos de derivativos relacionados a mesmos	401	1.693
Formação/reversão de provisões	3	-
Receitas diversas	-	21
Outras despesas	(7)	(6)
	(1.050)	**(1.242)**
Despesas financeiras	(2.663)	(2.877)
Juros passivos	(2.663)	(2.877)
	(2.663)	**(2.877)**
Receitas financeiras	**1.671**	**16.842**
Juros ativos	1.671	16.842
ECS e CDB Sociedade de Crédito	1.671	16.842

16. Empresas ligadas e controladas: (a) Saldos e transações com partes relacionadas:

Saldos	Uniclare Brasil Ltda. 2019	Uniclare Brasil Ltda. 2018	Ligadas no Brasil 2019	Ligadas no Brasil 2018
	Ativo	**Passivo**	**Total**	**Total**
Contas a receber de clientes	-	54	-	54
	-	**54**	**-**	**54**
Passivo circulante - Fornecedores	231	9.135	-	-
Dividendos a distribuir	4	4	4	4
Outras contas a pagar	41	26	50	26
	45	**30**	**54**	**30**
Transações				
Operações mercantis. Vendas	100.504	100.504	-	101.096
Compras	81.227	81.227	77.930	77.930
Dividendos adicionais	-	-	814	814
Dividendos de exercício	-	-	3	3
Despesas financeiras	22	22	3	3

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração: Os administradores da Companhia são também administradores de outras companhias. As despesas são compartilhadas entre as empresas baseadas em critério de rateio e calculadas mensalmente. O montante da remuneração que coube à Companhia pago aos seus diretores estatutários foi de R$24 (R$21 - 2018). Demais, R$108 (R$ - 2018) correspondem a benefícios e encargos. **17. Compromissos assumidos**: Em 31/12/2019 e de 2018, não existem compromissos significativos de médio e longo prazos a serem assumidos pela Companhia. A Companhia baseia no mercado após de consultores de seguros para estabelecer cobertures compatíveis com o seu porte e suas operações. Foram contratados os seguintes temos no contrato de contratação de seguro corporativos: responsabilidade civil, lucros cessantes e transportes. Para o seguro de crédito COFACE, contrato-se uma linha de crédito específica para cobrir a conta de quanto o valor faturado. Adicionalmente, existe de cobertura em caso de inadimplência por parte do devedor e de 95% do valor contratado. **18. Eventos Subsequentes**: O mercado financeiro mais estabilizou-se no primeiro trimestre 2020, devido a ação dos bancos posseiros, ao acaso da epidemia do vírus Covid-19 e às medidas restritivas que estão sendo adotadas no Brasil e em outros países, na tentativa de minimizar a expansão do doença, o que pode ocasionar a economia global. Em uma comunicado à empresa em 17/02/2020, referente aos resultados do ano de 2019, a empresa controladora final, Uniclare S.A., declarou os riscos relacionados ao impacto do surto de coronavírus em suas perspectivas para 2020. A controladora alcançou o impacto em 25/03/2020 através de um novo comunicado à empresa. Dada a parte para controladora final Uniclare S.A., diante do cenário de incerteza relacionada a magnitude e duração, é impossível para a Clarex S.A. prever o impacto do COVID-19 em seus mercados e atividades. A Companhia está monitorando os desenvolvimentos subsequentes e os possíveis impactos em suas operações. No momento da assinatura, a Companhia não sofreu impactos significativos em sua liquidez, em seus riscos de crédito nem em mesmo riscos de redução ao valor recuperável dos seus ativos. O surto de COVID-19 é considerado um evento subsequente sem ajustes.

Diretoria

Ulf Carsten Berlil Gerlemann - Diretor

Solange de Castro Figueiredo Monteiro - Contadora CRC 1SP203318/O-9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas **Clarex S.A. Opinião**: Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2019 e as demonstrações do resultado, demonstrações do resultado, demonstrações abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixas para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Clarex S.A. em 31/12/2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos outras demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase**: Chamamos atenção para a Nota 16 das demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia mantém saldos e realiza transações com suas controladoras e outras partes relacionadas em montantes significativos em relação à sua posição patrimonial e financeira e aos resultados de suas operações. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável por avaliar a capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso desse base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar a cessação das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com as responsabilidades de supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditor contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam alterar decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detectar distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Avaliamos a apresentação, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo a divulgação, e se as escas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros assuntos, do escopo e da época planejados para a execução da auditoria e significativas constatações, não as ressalvadas, deficiências significativas no controle interno que identificamos durante nossos trabalhos. **Pricewaterhousecoopers - Auditores Independentes** - CRC 2SP000160/O-5S. **Ibanez Lima dellaRosa** - Contador CRC 1SP202287/O-1.

Edital de Intimação. Prazo: 20 dias. Processo nº 1009014-89.2017.8.26.0100. A Dra. Flávia Poyares Miranda, Juíza de Direito da 28ª Vara Cível do Foro Central da CapitalSP. Faz